

Francisco Josênio Camelo Parente
(Organizador)

**MAIS POLÍTICA,
SEMPRE POLÍTICA.**



**MAIS POLÍTICA,
SEMPRE POLÍTICA.**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Reitor

José Jackson Coelho Sampaio

Vice-Reitor

Hidelbrando dos Santos Soares

Editora da UECE

Erasmus Miessa Ruiz

Conselho Editorial

Antônio Luciano Pontes
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes
Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso
Francisco Horácio da Silva Frota
Francisco Josênio Camelo Parente
Gisafran Nazareno Mota Jucá
José Ferreira Nunes
Liduina Farias Almeida da Costa
Lucili Grangeiro Cortez
Luiz Cruz Lima
Manfredo Ramos
Marcelo Gurgel Carlos da Silva
Marcony Silva Cunha
Maria do Socorro Ferreira Osterne
Maria Salete Bessa Jorge
Sílvia Maria Nóbrega-Therrien

Conselho Consultivo

Antônio Torres Montenegro (UFPE)
Eliane P. Zamith Brito (FGV)
Homero Santiago (USP)
Ieda Maria Alves (USP)
Manuel Domingos Neto (UFF)
Maria do Socorro Silva Aragão (UFC)
Maria Lírida Callou de Araújo e Mendonça (UNIFOR)
Pierre Salama (Universidade de Paris VIII)
Romeu Gomes (FIOCRUZ)
Túlio Batista Franco (UFF)

Francisco Josênio Camelo Parente
(Organizador)

MAIS POLÍTICA, SEMPRE POLÍTICA.

Fortaleza - CE

2015



APRESENTAÇÃO

Aceitei, com muita honra, o convite para apresentar a obra “Mais Política, Sempre Política”, organizada pelos Professores Josênio Parente e Osvaldo Araújo. Minha satisfação começa com o título. Em tempos tão dominados pelo desingênuo moralismo na condução da política no Brasil e no mundo, o risco do regresso de tantas conquistas dos últimos oitenta anos parece-me concreto. Se se pode dizer que há responsabilidade dos políticos e dos que participam direta e cotidianamente na política no desencanto com a política, não se deve esquecer, por outro lado, que foram estes mesmos políticos e política que deixaram no Brasil e no mundo o período mais longo e ininterrupto de democracia, e sem guerras mundiais. Liberdade religiosa, laicismo, igualdade entre homens e mulheres, reconhecimento de outras formas de famílias, periodicidade regular dos processos eleitorais, dignidade humana prevalecendo sobre o discurso de ódio são apenas alguns dos pontos que me conduzem a crer que o balanço da política e dos políticos é mais positivo que negativo. Daí meu contentamento com o título da obra.

Os ataques a tais direitos e garantias, que pensávamos já consolidados, ressurgem sobre a forma da intolerância étnica, religiosa e sexual e do forte retorno ao individualismo liberal de inspiração desigualitária. Quando se imaginava que o fracasso do nazismo e do fascismo, que em 08 de maio de 2015 celebra seus setenta anos, seria definitivo, eis que a possibilidade do regresso abre-se como um desafio, com uma

política que na verdade esconde e nega outra política: a do atraso. Assim é que os discursos de ódio e de intolerância ganham expressão, travestidos de liberdade de manifestação de expressão e pensamento, quando na verdade desejam o fim desta liberdade política, para sua substituição por outra política que, com certeza, não será a democrática. A recuperação da política organizada neste volume desencadeia em todos nós esta indagação. Porém, resalto que o título já muito diz sobre seu conteúdo.

Não é apenas pelo título que a obra chama nossa atenção e deve ser lida. O livro incorpora rápidas reflexões de diversos autores sobre os mais variados temas da atualidade. Todos os autores são intelectuais reconhecidos por suas digressões acerca dos temas que escolheram e aqui publicam. Os textos organizados por cada autor possuem pertinência com as temáticas de suas respectivas áreas de pesquisa e produção acadêmica, e já foram publicados na imprensa cearense. O caráter não inédito dos textos traz ao leitor a possibilidade de, com a necessária distância temporal a afastar paixões, retomar as discussões sobre assuntos relevantes em nossas sociedades. As eleições de 2014 – a nacional e a estadual, com discussão sobre a estrutura político-partidária brasileira e seus desdobramentos regionais, a questão do elevado grau de competitividade destas mesmas eleições, além do acirramento das posições e das candidaturas; a autonomia do Banco Central; o crescimento econômico do País; o discurso do ódio perpetrado por parlamentares; a corrupção financeira em – todas – campanhas políticas; o papel do Poder Judiciário; os cinquenta anos do golpe militar de 1964; o protagonismo que o cidadão deve desempenhar na vida

civita. Todos os temas escolhidos oferecem breves, porém percucientes olhares. Todos os textos possuem a virtude de dialogarem com o concreto da situação econômica, política e social brasileira, sem se descuidar dos comentários sobre os desdobramentos noutras sociedades.

Desta forma, não há como este esforço coletivo não vir a ser bem recebido. Entendo que a mensagem da obra também se destaca. Desconheço os motivos pessoais dos autores a se debruçarem sobre os tópicos escolhidos. Registro que tenho como clara a intenção destes mesmos autores: provocar o debate, sempre aberto e plural, numa proposta de resgatar a política democrática como a alternativa que temos para o sincero enfrentamento de nossos desafios. Atrevo-me a dizer que livro e autores deixam uma evidente mensagem: fora da política democrática, do conflito inerente a esta mesma democracia não haverá solução possível. A escolha por este caminho afigura-me como aquela que é proposta pelos autores. Antes de mais nada, são eles racionalmente convencidos de que o caminho da democracia será sempre a melhor opção para as sociedades e seus cidadãos. Eis mais um bom motivo para lermos este livro e reconhecermos o mérito de seus bons autores.

Martonio Mont'Alverne Barreto Lima.

Professor Titular da Unifor e Procurador do Município de
Fortaleza

PREFÁCIO

Depois do golpe militar de 1964, o país viveu, por mais de duas décadas, uma experiência de vida pública sem política, tempo do arbítrio, do autoritarismo, gerais agiam sem qualquer consulta à população. Nesse período, a imprensa adotou várias posições: ora apoiou o tal regime, ora viveu sob forte censura, ora sob autocensura, só enfrentou o regime quando ficaram mais fortes os sinais de abertura. A imprensa não fazia praticamente nenhuma análise política, não emitia opinião política.

Quando, nos anos 1980, os ares democráticos foram se restabelecendo, a política voltou às páginas de jornais e revistas, e a vida pública voltou a ser objeto da análise e da crítica. Desacostumados, os jornalistas profissionais da política eram poucos, os veículos tinham poucos analistas e pouco espaço para opinião. A análise rasa e pobre. Foi necessário atrair novos analistas e formadores de opinião.

A mídia abriu suas páginas para a participação de professoras das universidades. A abertura foi pequena, é verdade, e os mestres da Academia não se adaptaram rapidamente ao ritmo ágil da imprensa e ao estilo breve e conciso dos textos solicitados. Entretanto, uma estrada abriu-se para opiniões políticas qualificadas, refletidas, originais, incômodas (às vezes), radicais (eventualmente)...

Na medida em que avança a democracia, mais se pede, mais se precisa da análise política. Os brasileiros estão dando sinais evidentes de que querem participar da vida pública,

querem fazer política, basta olhar para as manifestações de rua de 2013 e de 2015. É estimulante.

A imprensa brasileira é concentrada geograficamente (no eixo Rio-SP), concentrada em poucas mãos, constrói facilmente convenientes consensos em suas páginas e nos seus espaços noticiosos de rádio e TV. Uma versão única dos fatos costuma prevalecer, porque há uma quase perfeita identidade ideológica e uma consolidada leitura política entre os proprietários dos meios de comunicação de massa que lideram a audiência e a circulação (leia-se a preferência de leitores, ouvintes e telespectadores com quase nenhuma opção).

A internet se transforma na opção possível de escapar deste córner, enquanto alguma reforma institucional possa acontecer e desconcentrar o (digamos) mercado informação e da opinião política. As redes sociais têm pouca qualidade e pouca profundidade, mas funcionaram e funcionam como importante espaço de iniciação e estímulo ao debate.

Neste mundo virtual, personagens especiais que se caracterizam como blogueiros ou como jornalistas independentes ou ainda como editores da nova mídia abriram heroicamente um espaço de liberdade e debate, criando tribunas mais ou menos livres e criaram um novo paradigma de jornalismo de opinião.

O SEGUNDA OPINIÃO surge nesse contexto como um espaço aberto e independente que, a partir de 20 de julho de 2012, abriga pessoas qualificadas do mundo acadêmico e do mercado da comunicação que querem contribuir politicamente para a formação de leitores críticos, através de artigos opinativos que tratem de temas de interesse amplo e

de assuntos relevantes com textos que, pela qualidade, sejam passíveis de permanente consulta. Reserva espaço destacado para o Parlamento. Tem a coordenação de professores universitários e não tem fins lucrativos.

Recebeu importante apoio do NUPES, da Uece, que estimulou seus professores do Mestrado Profissional em Políticas Públicas a colaborarem, escrevendo, e cedeu (junto com a Fanor/Devry) seus estúdios e equipamentos para gravação de entrevistas, que estão apenas começando.

Mais de cem professores universitários já escreveram artigos específicos para o SEGUNDA OPINIÃO. Mais de mil textos de alta qualidade já foram publicados. Mais de sessenta livros foram resenhados. Mais de cem trechos de livros de prestígio foram transcritos para releitura numa única seção. Mais de cinquenta obras de arte foram exibidas, comentadas e criticadas. Uma das entrevistas chegou a ser assistida por mais de onze mil pessoas.

Dois aspectos mais devem ser considerados neste momento.

A Universidade abre-se, através de seus melhores mestres, para levar o equilíbrio do saber ao mundo apaixonado e febril da política, numa forma moderna de aumentar e qualificar sua ação de extensão.

O acadêmico, ao expor suas opiniões para a sociedade, retoma o papel essencial do intelectual público, oferecendo-se ao debate esclarecedor, expondo-se pessoalmente para alcançar o bem coletivo.

Este livro reúne os textos de doze autores que publicaram sua opinião sobre questões políticas ao longo do ano eleitoral de 2014. As questões mais relevantes e polêmicas foram analisadas por profissionais de alto nível de formação acadêmica, quase todos professores universitários. O Brasil foi radiografado nessas páginas.

Leitura necessária. Recomendamos com prazer.

Oswaldo Euclides de Araújo
Coordenador do Segunda Opinião

SUMÁRIO

Alexandre Aragão de Albuquerque	16
Entre o passado e o futuro	19
As lições de amália	21
Filomeno Moraes.....	25
STF: o expansionismo revelador e a reforma política	26
Assim se passaram 50 anos... do golpe de 64	28
A democracia política brasileira: a propósito das “Diretas Já” e das eleições presidenciais	30
A tragédia partidária do Ceará	32
O decreto da presidente e candidata a presidente	34
A caixa de Pandora da eleição presidencial.....	36
Francisco Horácio da Silva Frota.....	39
50 Anos do golpe: a direita não morreu.....	42
Tv globo: a emissora arrependida.....	45
“Existe muito mais coisas entre o céu e a terra”: quem quiser que acredite em coincidência.....	47
Mídia: propaganda política e manipulação	50
Francisco Josênio Camelo Parente	53
Davos: Democracia e Globalização	56
1964: o Brasil condenado à modernidade!	58
Futebol e política: reflexões sobre democracia	60
Os percalços da campanha eleitoral de 2014	63
Em defesa da democracia	65

Francisco Uribam Xavier de Holanda	68
O esgotamento de um modelo.....	68
As ameaças do neodesenvolvimento petista.....	70
As ameaças que vêm do pac	73
O esgotamento do modelo neodesenvolvimentista.....	77
Governo, aliados e oposição:.....	87
A guerra de todos contra todos.....	87
João Paulo Bandeira de Souza	96
Os Rolézinhos e as promessas não cumpridas da Democracia de <i>Facebook</i> ..	98
Os Fantasmas mascarados da Democracia Brasileira.....	99
A campanha eleitoral entre o cômico e o ridículo.....	101
Cibermilitância: as eleições que vi no <i>Facebook</i>	104
Julio Cavalcante Neto.....	107
Desenvolvimento não ocorre sem que a população tenha acesso à educação, à saúde e às oportunidades de ocupação e renda.....	108
A baixa produtividade da indústria brasileira.....	109
Luis Eduardo Fontenelle Barros	112
Banco central independente no brasil. Realidade ou utopia?	113
Foi positivo o crescimento acelerado do salário mínimo?	114
Luiz Alberto Gomes Barbosa Neto.....	117
O sistema prisional e os linchamentos.....	123
Acesso à justiça e os métodos alternativos de solução de conflitos.....	126
Sociedade do espetáculo, simulacros e simulação nos tempos de eleição	128
Maria Andréa Luz da Silva	132
“Ouvir ou não ouvir, eis a diferença”	134
21 De abril: liberdade mesmo em um mundo globalizado.....	136
O valor do voto e do cidadão.....	138

Oswaldo Euclides de Araújo	141
A catedral da mediocridade	142
Sonhática ou pragmática	143
Matadores de velhinhas	145
Matadores de velhinhas - 2.....	147
Rui Martinho Rodrigues	150
Transparência na política	151
Uma eleição e quatro lições	153
Transparência na política	155
Ricardo Aquino Coimbra	158
Liquidez monetária: inflação e crescimento.....	159
Pós eleição, pré-posse: o que será proposto pela nova equipe econômica.....	160

Alexandre Aragão de Albuquerque

Especialista em Democracia Participativa e Movimentos Sociais (UFMG),

Mestre em Políticas Públicas e Sociedade (UECE),

Pesquisador do Grupo Democracia e Globalização (UECE/CNPQ),

Autor do livro Juventude, Educação e Participação Política (Paco Editorial, 2012).

INTRODUÇÃO:

Dois são os componentes que definem a Modernidade como evento histórico. O primeiro é a crença na razão e na racionalidade científica e técnica como fundamentos da construção do novo mundo. O segundo componente, mais afinado com as ciências humanas, é a afirmação dos direitos humanos individuais, independentes de todo atributo e de toda particularidade da ordem social, econômica ou outra qualquer. O texto fundador contido na Declaração dos Direitos Humanos e do Cidadão, datado de 1789, diz: “Os homens nascem livres e vivem livres e iguais em direitos”. A afirmação do universalismo de direitos em todos os domínios concretos da vida, quer se trate de direitos políticos, sociais ou culturais, é uma postura histórica conquistada pela luta. A afirmação de direitos humanos jamais estará assegurada, pois os poderes tendem a negar este universalismo, que se lhes aparece como negação do seu papel central enquanto poder.

Grandes estudiosos do Brasil apontam para problemas de ordem estrutural econômica e cultural política que fazem desta nação um caso particular de elaboração histórica que ainda não atingiu a Modernidade. Grosso modo, podemos relembrar, por exemplo, Raymundo Faoro ao defender a tese

de que no Brasil não houve feudalismo, sistema político-econômico que, segundo o pensamento dialético marxista, seria uma fase necessária anterior para o capitalismo vir a ser implantado por meio da luta entre a classe burguesa (identificada pelo autor como a classe revolucionária daquele momento histórico) e a aristocracia com o clero, detentores do poder de então, baseado na desigualdade natural. Para Faoro, houve no Brasil um patrimonialismo estamental centralizado nas mãos do poder central, o Rei. Outro grande autor, o parai-bano Celso Furtado, defende a ideia de que heterogeneidade existente no Brasil é de natureza estrutural, pelo formato adquirido não apenas pela centralização do poder político, como também, e principalmente, pela concentração do poder econômico no sudeste brasileiro, mais precisamente no eixo Rio - São Paulo, somando-se a isso questões de natureza climática que flagelam a região do nordeste brasileiro até hoje. Portanto, o Brasil foi construído desigualmente e continua sendo um país desigual, com forte concentração de poder político e econômico.

No final do século XX, após a abertura política democrática, por meio da promulgação da Constituição de 1988, e com o advento do movimento de globalização econômica e cultural, comandado pelo poder hegemônico mundial, o Brasil, ainda sem um projeto de nação definido de forma racional amplamente debatido pela sociedade, afinal Sarney, presidente no início deste novo momento democrático brasileiro, não fora escolhido diretamente pela população, encontrava-se numa encruzilhada entre abrir-se forçosamente ao movimento que se prenunciava, ferindo interesses tradicionalistas nacionais, ou manter-se fechado e pagando o preço histórico por essa escolha. Coube ao primeiro presidente

eleito deste período, Fernando Collor de Mello, começar o processo de abertura econômica. Contudo, pela ausência de apoio político partidário e de instituições da sociedade civil, foi-lhe imposto um impeachment, articulado por aqueles setores tradicionais que se sentiram ameaçados em seu poder pelo processo de abertura iniciado. Em seu lugar, assumiu o vice-presidente Itamar Franco. Dando continuidade ao processo iniciado por Collor, elaborou com sua equipe econômica o plano de estabilização econômica – o Plano Real – fundamento para abertura da economia brasileira à globalização hegemônica mundial.

No século XXI, após a desastrosa administração dos oitos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, eis que a democracia brasileira dá um novo passo rumo à conquista de sua modernidade elegendo um ex-metalúrgico para a presidência da República. O receituário político de Luiz Inácio Lula da Silva mantinha as condições básicas pensadas no Plano Real para manutenção da estabilidade monetária, mas incluía novos elementos de caráter redistributivo da renda entre indivíduos e regiões, priorizando os mais pobres. Nestes últimos 12 anos, o Brasil começou a viver finalmente a sua revolução burguesa, em ritmo globalizado e cibernético. Logicamente, diversos interesses tradicionalistas de poder foram atingidos nesse projeto redistributivo. Todavia, ao contrário de Collor, Lula não sofreu impeachment, porque soube, como bem ensina Maquiavel em seu realismo político, articular virtù e fortuna, construindo um apoio político alicerçado em partidos, como também em instituições da sociedade civil. Mas esses interesses continuam vivos e conspirando.

Neste sentido, temos a satisfação de oferecer ao leitor algumas reflexões, na busca de fazer leituras pontuais de momentos desse processo, vividos ao longo do ano de 2014, com o objetivo de colaborar para uma compreensão sempre mais verossímil do momento contemporâneo brasileiro. Desejamos aos eleitores um bom proveito, na espera de podermos estar contribuindo de alguma forma para o aprimoramento da vida democrática brasileira, que depende da participação de todos nós cidadãos.

ENTRE O PASSADO E O FUTURO

Em seu livro “O Capital no século XXI”, o economista francês Thomas Piketty apresenta o resultado de sua pesquisa, na qual analisa o aumento da concentração do capital na mão de uma elite minoritária ao longo dos últimos duzentos anos de existência do capitalismo. Explica, de forma muito acessível, as características dessa concentração, observada nos 20 países mais ricos, destacando que o nível de concentração dessa riqueza alcançou enorme dimensão e desproporção, além de garantir sua reprodução ao passar de pai para filho, configurando assim uma nova oligarquia mantida pelas políticas de Estado.

Pegando carona com Piketty e fazendo uma volta ao início do século XVIII, para uma breve leitura dos primeiros documentos que analisam a história de nossa fundação brasileira, vamos encontrar nas lavras de frei Vicente de Salvador uma constatação muito sintonizada com o tema. Ele afirma que “nenhum homem nesta terra é repúblico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular”, a partir do rei todo-poderoso que, segundo o historiador, só cuidava do país para lhe colher as rendas e direitos.

Continuando nossa viagem, dando um novo salto no tempo, vamos deparar com um documento muito peculiar de 31 de março de 1979, data em que se registrava o décimo quinto ano do golpe militar, numa edição especial do jornal Folha de S. Paulo. Conforme a reportagem, ao fazer uma avaliação crítica daquele momento, para o gal. Alfredo Souto Malan, a opinião pública reclamava, com razão, impacientemente, pelo fim do arbítrio, uma vez que, depois de 15 anos, o movimento golpista “não conseguiu acabar com a corrupção, não conseguiu organizar a vida administrativa do País, não conseguiu ordenar suas instituições políticas, nem conseguiu dar melhores condições de vida para o povo e, pelo contrário, só tem feito aumentar a área de miséria e a concentração da renda nacional nas mãos de uns poucos”.

Em seu estudo, Piketty assinala que uma desigualdade muito forte, como no caso da brasileira, pode levar ao sequestro das instituições democráticas por parte de uma pequena elite que não vai necessariamente investir na sociedade pensando no conjunto da população. Por isso, o crescimento no século XXI vai depender, em grande medida, do investimento em educação e formação para uma imensa maioria da população, e não unicamente para uma pequena elite. Consequentemente, as tensões pela distribuição da riqueza tendem a se ampliar, na medida em que a informação chega a mais pessoas e de forma mais diversificada, em virtude do surgimento das tecnologias da informação, diferentemente do que ocorria no passado.

A história também nos mostra que o processo de emancipação dos trabalhadores, no correr dos séculos XIX e XX, ampliou a concepção dos direitos que o liberalismo de-

finia como civis ou políticos, introduzindo a ideia de direitos econômicos e sociais, cuja ênfase recai sobre a prática da participação popular, ora entendida como intervenção direta nas ações políticas, ora como interlocução social que determina, orienta e controla a ação dos representantes. Ou seja, sem uma larga participação na vida política democrática de um corpo de cidadãos vigoroso e informado, e com uma retirada geral a um refúgio na vida privada, até mesmo as mais bem projetadas instituições políticas cairão nas mãos daqueles que buscam dominar e impor sua vontade através do aparelho de Estado, seja por sede de poder, seja por razões de interesse econômico. A garantia da liberdade e da igualdade democráticas exige a participação ativa dos cidadãos. Uma sociedade autônoma, como coletividade, que se autogoverna, pressupõe o desenvolvimento da capacidade de todos os seus membros participarem nas suas variadas atividades deliberativas. A democracia, no sentido pleno, pode ser definida como o regime da participação e reflexividade coletivas. Somente pela formação e pela participação política teremos garantida em nosso futuro uma divisão mais equânime da riqueza produzida socialmente.

AS LIÇÕES DE AMÁLIA

Há vários ângulos para poder-se compreender um determinado fenômeno. Para isso faz-se necessário exercitar o campo de visão, buscando colocar-se em perspectivas novas e variadas, para com elas colher elementos que possam revelar o máximo possível uma verdade almejada. Exemplo de um exercício interessante, no caso do segundo turno das eleições presidenciais de 2014: se isolarmos o Estado de São Paulo, e

computarmos a votação dos eleitores dos outros três estados da região sudeste – Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo – constataremos que o total de votos obtidos por Dilma nesses estados somou 11.379.511 contra 10.173.976 destinados a Aécio, perfazendo uma ampla diferença de 1.205.535 em favor de Dilma. Ou seja, o sudeste, sem São Paulo, é francamente favorável ao projeto político desenvolvido pelo PT e seus aliados nesses últimos 12 anos.

Em sua *Crítica do Juízo*, Kant insistiu em um modo de pensar – ao qual ele denominou de pensamento alargado – que consiste em ir além de uma concórdia do eu consigo mesmo, para incluir o pensamento das demais pessoas que compõem a realidade humana. Ir além do diálogo de mim comigo mesmo, para elaborar uma comunicação dinâmica com outros, com o objetivo de afinarmos nosso pensamento e chegarmos a um acordo. Trata-se de não pensar egocentricamente, a partir de uma perspectiva individual isolacionista, mas de buscar entender o pensamento dos outros com suas realidades históricas existenciais. Assim, o pensamento alargado requer não apenas a presença do eu, mas a presença de outros no ato de pensar o mundo concreto.

Além disso, por seu modo de julgar, uma pessoa revela algo de si mesma, que pessoa ela é, e tal revelação – que é involuntária – ganha tanto mais em validade quanto mais se liberam as idiosincrasias meramente individuais. Mas a capacidade para julgar é uma faculdade tipicamente política, como lembra Hannah Arendt, pois ela permite ver as coisas não apenas do próprio ponto de vista, como na perspectiva de todos aqueles que porventura estejam presentes, possibilitando a orientação num domínio público em um mundo

comum. É precisamente no domínio do agir e do falar, isto é, no domínio político, que uma pessoa se revela em seus talentos e em seus preconceitos.

Em política, nada é neutro, nem política econômica, nem política social. O Brasil vive uma transição em suas relações sociais por meio de um processo de democratização, iniciado com a promulgação da Constituição Cidadã e aprofundado nos últimos 12 anos, nos quais se acelerou o processo da criação de oportunidades para todos os brasileiros, diferentemente do que ocorria no passado, onde a sociedade brasileira da Casa Grande e Senzala se caracterizava por uma estrutural e enrijecida hierarquização. Nesta última década, contudo, a política melhorou a condição de vida de grande parte dos brasileiros, e um vasto número de pessoas se tornou proprietário de suas residências, de seus automóveis, de seus pequenos negócios, de sua capacidade de planejamento e previsibilidade de sua capacidade de consumo. Conquistaram sua cidadania.

Sem dúvida que este fenômeno democratizante, de ampliar as condições de oportunidades para brasileiros e brasileiras que jamais foram contemplados por projetos políticos do passado, pode estar incomodando estados isolados ou grupos de privilegiados, aqueles do topo da pirâmide econômica, que pensam única e exclusivamente a partir de si mesmos, sem levar em consideração o pensamento e a realidade dos outros. O pensamento deles refletiu-se no enunciado de alguns candidatos: “fora Dilma”, “fora PT”.

Como lembrava Tocqueville, quanto mais democrática é uma sociedade, menor são os sinais de diferenciação entre as pessoas que nela vivem. No Brasil, apesar de tardio, esse

processo de democratização da vida começou. Agora, governo e oposição estão renovados pelo voto popular de outubro passado. Que cada um assuma responsabilmente o seu papel no jogo institucional da democracia tendo presente uma compreensão profunda do marco que conquistamos para garantir novos patamares a todos os brasileiros nos próximos quatro anos de mandato conferido pelos soberanos eleitores.

Filomeno Moraes

Professor Adjunto (Ciência Política) da Universidade Estadual do Ceará;
professor titular do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional/
Mestrado e Doutorado da Universidade de Fortaleza.

INTRODUÇÃO

Esta seleção de artigos foi publicada no “Segunda Opinião”, nos meses de janeiro a julho de 2014. Cinco deles tratam da conjuntura nacional e um, da conjuntura cearense.

Nos referentes à conjuntura nacional, paira a preocupação com a problemática da continuidade/mudança institucional, ressaltando os dilemas e as potencialidades do sistema representativo, como está posto nas instituições formais e informais brasileiras. Por tudo, complementam-se, pois abordam temas como reforma política, judicialização e ativismo judicial em matéria político-eleitoral e político-partidária, partidos, eleições, eleição presidencial, representação e participação. Enfim, a nossa “fortuna” e a nossa “virtù” em matéria de construção institucional.

No artigo que trata do Estado do Ceará, subsiste a preocupação com o que se denominou a “tragédia partidária”. Na verdade, seria melhor dizer um misto de tragédia e de comédia, dadas as dificuldades de afirmar-se um subsistema partidário com algum grau de consistência institucional, sobretudo por conta das escolhas dos atores políticos.

Nos escritos de ocasião em tela, o presente, e alguma projeção do futuro, não prescindem da visão histórica em que a análise das instituições políticas, sob pena de resultar incompleta, tem de situar-se. São pequenos artigos, desprezíveis todos, mas que chamam a atenção para o tão importante debate que se trava no Brasil, em geral, e no Ceará, em especial, no momento atual.

STF: O EXPANSIONISMO REVELADOR E A REFORMA POLÍTICA

A Constituição Federal completou, em outubro último, 25 anos de promulgação. A propósito, constata-se que o Brasil, apesar dos problemas, tem dado passos importantes no que concerne à consolidação democrática. Todavia, alguns aspectos do desenvolvimento político-constitucional despertam preocupação, entre os quais o da judicialização da política e, no limite, o do ativismo político praticado pelo Supremo Tribunal Federal.

Cumprir rememorar um pouco. Até 1997, o Brasil, dada a casuística das regras do jogo, vivenciava sobressalto à aproximação de cada eleição. Com a edição da Lei das Eleições, criou-se mais previsibilidade e segurança jurídicas em relação à competição política. Todavia, desde 2002, novo fator de instabilidade veio a compor o processo político nacional, qual seja a realização da reforma política pela via judicial. Referendando decisões do Tribunal Superior Eleitoral ou de moto próprio, acabou o STF por promover fortes intervenções no processo partidário-eleitoral, como no caso da verticalização de alianças eleitorais, a menos de um ano das eleições e contra

a tradição de federalismo partidário brasileiro, e da decisão sobre a fidelidade partidária e a quem pertence o mandato parlamentar. Agora, vê-se a discussão sobre as doações de campanha por pessoas jurídicas, já em fase de julgamento, e, podendo entrar em pauta, pelo menos uma dezena de temas que envolvem mudanças político-eleitorais e político-partidárias. Por sua vez, manifestações públicas, através de votos ou de declarações à imprensa, formuladas por ministros do STF, apontam a existência de uma “teoria política” extremamente crítica em relação ao establishment político-constitucional brasileiro, a lastrear um expansionismo revelador do que devem ser a sociedade política e a sociedade civil.

Dois exemplos. Do presidente Joaquim Barbosa, calaram fundo as diatribes contra o sistema partidário. Para ele, “nenhum sistema político funciona bem com 10, 12, 15, muito menos com 30 partidos”, o que é “péssimo para a estabilidade do sistema político” e que “mais cedo ou mais tarde” o Brasil deverá adotar uma cláusula de barreira (Folha de São Paulo, p. A5, 1º/10/13). Agora, alegando ser “um estudioso aplicado das ideias e possibilidades de um sistema normativo legítimo - e um observador atento da realidade brasileira”, o ministro Luís Roberto Barroso sentencia que “temos uma democracia representativa em que o povo não se sente representado por seus representantes” e que é necessária uma “alteração drástica do sistema político”. Assim, cumpre ao que já chamou de uma “vanguarda iluminista” a missão de “empurrar a história”, com tudo o que isto possa significar (Consultor Jurídico, São Paulo, 26/12/13).

Atribui-se ao general Golbery do Couto e Silva, criador do (de triste memória) Serviço Nacional de Informações,

a constatação de que havia criado um monstro. Respeitadas as coisas que mudam e dada a tendência expansionista em progressão do ativismo político do STF, conclui-se que os constituintes de 1987/1988 resultaram “entendidos em incitar o Leviatã”, o monstro bíblico tão afeito a representar a hipertrofia do Estado.

ASSIM SE PASSARAM 50 ANOS... DO GOLPE DE 64

O Brasil iniciava, cinquenta anos passados, o seu segundo período escancarado de ditadura. Com o golpe de Estado civil-militar que derrubou o governo João Goulart, ruía o populismo, que, iniciado nos anos 30, com a inclusão seletiva de setores urbano-industriais do “povo”, como objeto da política pública, fazia desse mesmo povo, evolucionariamente, ator político importante. Enfim, o populismo proporcionaria um Estado constituído, temporariamente, por uma aliança de classes: um proletariado nascido da industrialização e uma burguesia necessitada da proteção estatal.

Nos anos 60, o modelo já se mostrava decadente, sendo notória a disjunção, de um lado, com a busca de uma definição de corte nacionalista mais radical e, de outro, com a busca de um lugar bem definido no capitalismo cada vez internacionalizado. A intervenção de 1964 significou a vitória da segunda alternativa, inauguradora de um padrão de golpe militar diferente na América Latina. A literatura mais conspícua denominou o fenômeno de “autoritarismo-burocrático”, que, ocorrendo no Brasil 1964, espalhou-se pela Argentina (1966 e 1976) e pelo Chile e Uruguai (1973). No Brasil, os militares passariam 21 anos à frente da presidência da República. Do ponto de vista político-institucional, são

marcantes dois desastres, com repercussões perversíssimas no futuro, a saber, a intervenção no sistema partidário e o molde de Congresso Nacional levado a efeito.

De fato, em 1965, o Ato Institucional nº 2, extinguiu os partidos políticos, cancelando-lhes os respectivos registros. Em seguida, no mesmo ano, o Ato Complementar nº 4, dispôs sobre a organização das agremiações, estatuinto, entre outras medidas, as seguintes: a) a criação, dentro do prazo de 45 dias, de organizações que teriam atribuições de partidos políticos; b) número não inferior a 120 deputados e 20 senadores, caberia a iniciativa. Ocorre que o sistema partidário que se desenvolvia, mostram-no estudos posteriores, dava sinal de franca institucionalização.

No que diz respeito ao Poder Legislativo, tolerou-se-lhe a existência. Assim é que, de 1964 a 1985, o Congresso Nacional funcionaria regularmente, exceto por cerca de um mês durante o governo Castelo Branco, no interregno entre a edição, em dezembro de 1968, do AI-5 e outubro do ano seguinte, e, por quase uma quinzena, em 1977, durante o governo Ernesto Geisel. Todavia, o Poder Legislativo foi paulatinamente diminuído nas suas funções e prerrogativas, com a retirada da capacidade de legislar autonomamente, ficando a reboque do Poder Executivo no iniciar a legislação mais importante, com a implantação do decreto-lei e com a consignação da urgência para os projetos oriundos do Executivo. Ademais, tornou-se débil a função fiscalizadora do Congresso Nacional e a pequenou-se a atividade parlamentar, com a presença dos atos institucionais e da Lei de Segurança Nacional e com a cassação dos mandatos e a suspensão dos direitos políticos.

Hoje, não são poucos os dilemas enfrentados pela institucionalização de um sistema partidário e pela busca de um lugar importante para o Congresso Nacional no sistema político. Assim se passaram cinquenta anos, mas o passado morto continua a atormentar o presente vivo e a montar desesperanças para o futuro.

A DEMOCRACIA POLÍTICA BRASILEIRA: A PROPÓSITO DAS “DIRETAS JÁ” E DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Eleições presidenciais têm tido centralidade ímpar, ontem e hoje, da República Velha ao ano 2014, no desenrolar do processo político republicano brasileiro, ao longo do qual ora foram permitidas ora, suprimidas. Deste modo, um dos momentos mais importantes das vicissitudes por que - inaugurado em 1964 - passou o Estado burocrático-autoritário em decadência – ocorreu com as “Diretas Já”. Com desenlace exatamente há trinta anos, tal movimento foi um dos curtos-circuitos que redefiniram os termos da transição (“lenta”, “gradual” e “segura”) do autoritarismo para a democracia política. Em 1983, o deputado federal Dante de Oliveira, do PMDB de Mato Grosso, recém-chegado ao Congresso Nacional, apresentou emenda constitucional que, alterando os artigos 74 e 148, da Constituição vigente, restabelecia a eleição direta para presidente da República. O que poderia ser mero arroubo de um parlamentar desconhecido acabaria por dar origem, talvez, ao maior movimento de massas da sociedade brasileira.

Por que a saliência, na história política brasileira, das “Diretas Já”? Na verdade, mesmo o autoritarismo iniciado em 1964, atribuiu à eleição presidencial verdadeiro ritual de passagem. Ritual de passagem por meio de que, periodicamente e sempre com muita tensão, a extravasar os muros castrenses, entronizaram-se na presidência da República cinco generais de exército, a saber, Castelo Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo. Todavia, consagrara-se, ainda nos albores da intervenção militar, a eleição indireta, por um colégio eleitoral restrito, pois, nas palavras de um dos ministros da Justiça, “o traumatismo da campanha pela eleição direta ou degenera o processo eleitoral ou impede o vencedor de governar em clima de paz e segurança”.

Mas a campanha das “Diretas Já” empolgou o país, sobretudo nos meses de janeiro a abril de 1984. Catalisando a opinião pública e a classe política, comícios se realizaram nas capitais e nas cidades mais importantes levando à praça pública milhares e milhares de pessoas, com dois deles – realizados no Rio de Janeiro e em São Paulo - ultrapassando um milhão de pessoas. Mesmo o Partido Democrático Social (PDS), situacionista, dividiu-se, surgindo um grupo que se denominou “Pró-Diretas”. No Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Ulysses Guimarães tornou-se o “Senhor Diretas”, o político símbolo da campanha. Partidos oposicionistas nascentes, como o PT e o PDT, também participaram. O amarelo tomou as ruas e praças, transformando-se na cor da campanha.

Por fim, a Emenda Dante de Oliveira foi votada na Câmara dos Deputados: 298 votos a favor, 65 contrários, 113 ausências. O quórum constitucional de dois terços não foi atingido, faltaram 22 votos, o que levou a proposição para o arquivo. Em 1985, a substituição do último general-presidente ainda se daria por meio do Colégio Eleitoral, indiretamente, no âmbito do acordo que possibilitou a formação da chapa Tancredo Neves-José Sarney, restando derrotado Paulo Maluf.

A eleição direta só viria em 1989. De lá para cá, já se teve seis eleições presidenciais e se apresta para a sétima. Apesar dos percalços e problemas, a rotina das eleições diretas é um bom indicador da institucionalização da democracia no Brasil. Parece que o Brasil vai...

A TRAGÉDIA PARTIDÁRIA DO CEARÁ

A observação dos fatos parece demonstrar que, no Ceará, partidos políticos de fato pouco significam. A não ser, em obediência à prescrição constitucional, segundo a qual monopolizam a função representativa, ou seja, pertencer a um partido é condição necessária à elegibilidade, aspectos outros das suas existências e potencialidades não têm valor.

O noticiário da conjuntura escancara a dimensão trágica da vida partidária estadual. Aqui, diz-se que o grupo político que se encontra à frente do governo do Estado é objeto da chantagem do partido de ocasião a que se filiou às pressas, a admoestar que nunca se faça do seu partido uma arma... Ali, uma liderança afirma que não seguirá a orientação da sua agremiação se a mesma tomar posição que a contrarie. Aco-

lá, o registro do abandono da disposição para a competição eleitoral, na expectativa dos ganhos comparativos de algum tipo de butim.

De uma parte, generaliza-se o discurso da lealdade/deslealdade, da gratidão/ingratidão, da atenção/desatenção pessoais, enfim, a regra é a fulanização, em detrimento de estruturas e processos. De outra parte, não se vê a apresentação de um programa, de uma diretriz, de uma linha de ação que aponte para além da racionalidade instrumental, de ocasião. Sequer se considera que, no Brasil, há eleições de dois e dois anos e que o eleitorado se torna cada vez mais exigente, a par de desenvolver sentimento de ojeriza em relação aos políticos e à política.

A existência de partidos tende a constituir um “sistema partidário”, ou seja, a interação que as agremiações desenvolvem, entre si, diante de leis, instituições e mecanismos que regem o processo eleitoral e o processo parlamentar e que acabam por indicar o amadurecimento político-democrático de uma sociedade. Nos Estados federativos, a multiplicidade e a diversidade dos padrões estaduais, econômicos e sociais, políticos e culturais, tendem, ademais, a constituir “subsistemas partidários”, com consequências evidentes em relação ao centralismo partidário.

Nos últimos anos da década de 90, liderado pelo cientista político Olavo Brasil de Lima Jr., um grupo de observadores da cena eleitoral e partidária brasileira e dos Estados, incluído este articulista, produziu a coletânea “O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências, 1982-94” (Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997), em que se analisaram as experiências de oito subsistemas partidários,

entre os quais o do Ceará. No que concerne à realidade cearense, a análise da série histórica de eleições para mandatos federais e estaduais observou indícios de institucionalização - embora devessem ser vistos com cautela - de um subsistema partidário, decorrentes dos seguintes indicadores: a) as eleições legislativas encontravam-se razoavelmente associadas, com os votos dados aos mesmos partidos para os planos federal e estadual; b) as taxas de alienação eleitoral (abstenções, e votos nulos e em branco) diminuía; c) a existência de algum tipo de identificação partidária em torno do eixo situação-oposição.

Embora dependente de uma verificação empírica mais criteriosa, pode-se aventar a hipótese de que, no Ceará, desandou-se em matéria de organização e afirmação de partidos políticos e de institucionalização de um subsistema partidário. O que se tira de algum proveito é que, às vezes, a tragédia partidária cearense beira a comédia, provocando o riso.

O DECRETO DA PRESIDENTE E CANDIDATA A PRESIDENTE

A centralidade da eleição presidencial no sistema político brasileiro faz com que, durante a campanha eleitoral, a sensibilidade fique muito à flor da pele. Para utilizar de metáforas futebolísticas, tão do agrado do ex-presidente Lula, nestes tempos, aspectos da rotina política e administrativa ganham contornos de disputa de final de copa do mundo entre a seleção brasileira e a argentina. Assim, têm sido geralmente os juízos vocalizados em torno do Decreto nº 8.243,

do último dia 23 de maio, pelo qual Dilma Rousseff instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). A PNPS tem o “objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil”. Para tanto, invocam-se categorias como sociedade civil, conselho de políticas públicas, comissão de políticas públicas, conferência nacional, ouvidoria pública federal, mesa de diálogo, fórum interconselhos, audiência pública, consulta pública e ambiente virtual de participação social.

O perigo é que o decreto, portador de teses universais, sem possibilidade de falsificação, acabe por cair no terreno das platitudes, com o discurso evitando a ação. De modo geral, e aceita a provocação do filósofo espanhol Ortega y Gasset, sobre se as formas jurídicas teriam dado algum dia dado a felicidade que sempre prometeram, pode-se afirmar que, no Brasil, mais do que em outras partes, talvez, as formas jurídicas nunca tenham prometido tanto e dado tão pouco a tantos. Mais uma vez, parece ser o caso. Ademais, a matéria ali disposta é possível de ser regulada por um simples decreto, ou há uma clara invasão das competências do Congresso Nacional? Depois, o assunto vindo à luz tão subitamente, constitui mais um comportamento “aloprado” do que trabalho legislativo preocupado com os resultados.

No entanto, a edição do decreto pode comportar duas consequências benéficas. Uma, tirar o Congresso Nacional da abulia em que sobrevive, fruto continuado da inércia em que o pôs o regime autoritário e que, sob a democracia, renitentemente insiste em não romper. Estado tal agravado pelo

presidencialismo de coalizão, com as suas concessões a partidos e parlamentares (que vão, entre outras, de ministérios de “porteira fechada” a “mensalões”), porém com as contrapartidas dos acaçapamentos dos partidos e parlamentares. Outra, a necessidade de afirmação de que a nossa “fortuna” está na previsão constitucional do sistema representativo, cabendo à nossa “virtude” torná-lo constitucionalmente efetivo. Afinal, plebiscitos e referendos - no sentido amplo, como estabelecido pela Constituição, ou restritos, como quer o tal decreto - são “omnifuncionais”, podendo servir ao bem como ao mal, como já lembrou Wanderley Guilherme dos Santos, no seu “O paradoxo de Rousseau”.

Convém meditar sobre a lição do futebol, segundo a qual, certa feita, em que a seleção do Brasil jogaria contra a da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, depois de instâncias do técnico para fazer um conjunto fantasmagórico de jogadas, o atleta perguntou se ele já havia combinado com os russos. Destarte, nunca é demais lembrar que, em ano eleitoral, há um “russo” muito voluntarioso - o eleitorado - que se compraz em colocar incerteza no processo. Afinal, o que pensa o eleitorado sobre o decreto em questão?

A CAIXA DE PANDORA DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

Neste ano, tem-se mais uma eleição presidencial. Depois de um jejum de 29 anos, 1989 reabriu o ciclo, interrompido pela ditadura militar, e os pleitos de 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010 acabaram por cristalizar a rotina democrático-eleitoral.

Enfim, conseguiu-se naturalizar processo que, no regime constitucional de 1946, esteve ligado à crise recorrente, e que, antes, durante e depois do processo eleitoral, contaminava-o e, ao fim e ao cabo, engendrava distúrbios políticos vários, com suicídio, renúncia, golpes preventivos ou reativos. Anteriormente, na República Velha, as eleições presidenciais da política do “café-com-leite” consignavam resultados “a bico de pena” e a presença dos “carcomidos”, acabando por trazer à luz as demandas de “representação e justiça”, que haveriam de animar as insatisfações tenentistas e a Revolução de 30. Depois, entre 1930 e o fim do Estado Novo, aconteceu apenas uma eleição presidencial, indireta. Já entre 1964 e 1985, foram indiretas as eleições presidenciais, em 1964, 1966, 1969, 1974, 1978 e, por fim, em 1985, com a qual, na esteira de cinco generais, escolheu-se um presidente civil.

Nunca é demais enfatizar a centralidade da eleição presidencial na evolução político-constitucional brasileira, com as suas promessas e as suas frustrações, as suas virtudes e as suas taras, os seus êxtases e os seus anticlímax. Não se olvide a desventura da adoção da reelegibilidade, cravada no texto constitucional em 1997, nem, em compensação, a sabedoria de fugir das tentações bolivarianas das reeleições infinitas. Não se esqueça, também, o papel das eleições presidenciais na resultante “delegativa”, a marcar a política brasileira e que age em detrimento da institucionalização da representação.

A par de tudo, o fenômeno do presidencialismo de coalizão assoma como modalidade de governança a distinguir os anos que se seguiram à promulgação da Constituição de 1988. Destacando o papel do presidente da República, responsável, em última instância, pela continuidade ou des-

continuidade da coalizão e o bom ou mau êxito da governança, tal arranjo institucional e operacional tem sido, em regra, exitoso no que diz respeito ao quesito governabilidade. Todavia, tem sido cruel tanto pela ação desagregadora que exerce sobre os partidos políticos quanto pela ação deletéria relativa à autonomia do Congresso Nacional.

Agora, mais uma vez, a crer nos dados das primeiras pesquisas de intenção de voto vieram, e tal conclusão é oferecida a preço de hoje, está-se diante de uma disputa, nomeadamente, que caminha nos eixos “petista”-aliados e “tucano”-aliados. Para bem e para o mal, parece que se dá continuidade à disjunção hegemônica que, constituindo-se desde a segunda metade dos anos 80 até agora, atribuiu dois mandatos a Fernando Henrique Cardoso e três a Luiz Inácio Lula da Silva-Dilma Rousseff.

Por fim, mais uma vez, está-se diante do olho do furacão da “fortuna” presidencialista brasileira: mais uma eleição presidencial. Como na caixa de Pandora, se já se liberaram todos os males políticos, lá dentro ainda restou a esperança. Que seja a de que a eleição presidencial possa produzir a “virtù” que, transcendendo as limitações do varejo político, dos interesses mesquinhos de grupos e indivíduos e da realidade patrimonialista, lidere o esforço de realização dos valores constitucionais da democracia política e da representação, da república e do desenvolvimento, da soberania nacional e da justiça social.

Francisco Horácio da Silva Frota

Sociólogo, Mestre em Educação pela UFC e Doutor pela Universidad de Salamanca – Espanha. Professor do Centro de Humanidades e Centro de Estudos Sociais Aplicado da Universidade Estadual do Ceará. Coordenador do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da UECE.

INTRODUÇÃO

Desde março de 2014, comento acerca do processo de crescimento das forças conservadoras no Brasil. Os artigos publicados no Segunda Opinião tratam exatamente de como tais forças estão se articulando no contexto da sociedade e o papel que parte da imprensa desempenha nessa conexão.

Os dias se passaram, vieram a Copa do Mundo, a campanha eleitoral, a posse da Presidenta eleita e os primeiros dias de governo: o diagnóstico não mudou... O cotidiano político aponta para uma radicalização das posições e desnudamento de uma direita raivosa. O destempero verbal tem colocado evidência um estado de espírito marcado pelo preconceito, intolerância e saudosismo dos “anos de chumbo” da sociedade brasileira.

Seis dias após as eleições, manifestantes, inconformados com o resultado das urnas, saíram às ruas, gritando: “É necessária a volta do militarismo!”; “O PT é o câncer do Brasil!”; “Pé na bunda da Dilma”; “O Brasil não é a Venezuela” e “90% do PIB não elegeu Dilma”.

No mesmo clima de ódio, o deputado Bolsonaro repetiu a ofensa que proferiu contra Maria do Rosário, Secretária

Nacional de Direitos Humanos e colega de Parlamento, em 2003: “Fica aí, Maria do Rosário, fica. Há poucos dias, tu me chamaste de estuprador, no Salão Verde, e eu falei que não ia estuprar você porque você não merece. Fica aqui pra ouvir.”

A Rede Globo fazendo do caso “Lava Jato” um mantra diário que se repete incessantemente por todo o dia, transforma denúncias seletivas em sentenças capazes de condenar pessoas sem o direito de defesa. Luis Nassif, comentando um dos editoriais do jornal “O Globo” diz que o interesse maior do veículo impresso não é o de punir malfeitos, prender corruptos e corruptores: é mudar o sistema de partilha do pré-sal. A crítica de Nassif está ancorada em posturas de um jornal que vai além do direito de informar e criticar livremente, haja vista a filiação clara da empresa de comunicação ao que não querem uma Petrobras escrita com “s” e sim com “z” ou “x”: “Se a Petrobras, em condições normais, já tinha dificuldades para tocar esse plano de pedigree “Brasil Grande” [diz o editorial do jornal O Globo], agora é incapaz de mantê-lo. Não tem caixa nem crédito para isso. Não há como sustentar o modelo”.

Os fatos ocorridos no Paraná, alerta Leonardo Avritzer – cientista político e professor da UFMG – também antecipam a contrarrevolução conservadora que se anuncia no Brasil: o assalto aos trabalhadores do setor público pelo governador Beto Richa; a tentativa de partidarizar as delações da operação “Lava-Jato” e a absoluta imobilidade da Polícia Federal em investigar os vazamentos seletivos durante o processo eleitoral.

Segmentos da sociedade brasileira, insuflados pelo discurso de uma parte da mídia e do parlamento saudosista de velhas práticas parlamentares, começam a falar em impeach-

ment, mesmo não existindo base para tal ação, não havendo evidências de envolvimento da presidenta no escândalo da Petrobras e não existindo maioria parlamentar para fazer vitoriosa dita proposta.

O último resultado eleitoral mostrou o aprofundamento do que já vinha se consumando desde a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2006: o realinhamento das bases políticas do Partido dos Trabalhadores. Claramente evidenciado é o fato de que os setores mais pobres estão “vestindo a camisa” do PT e parte da classe média transfere seus votos para setores mais conservadores.

Os descontentes com o PT não são obrigatoriamente de direita como também não se pode dizer que toda a direita tem o comportamento de um Bolsonaro. O que estava encoberto, contudo, começou a ganhar forma e se expandir. Hoje não é difícil para nenhum analista identificar os setores inconformados com a possibilidade de sucesso de mais uma administração de caráter desenvolvimentista e os que vão além, destilando ódio contra tudo que tem caráter popular.

A direita brasileira, a de ontem e a de hoje se assemelham nas suas práticas. O velho discurso contra Getúlio, JK e Jango se repete na forma de tratar os casos atuais de corrupção. “O Mar de Lama” de Lacerda encontra-se atualizado nos discursos contra a Petrobras, haja vista que a revolta se faz mais contra a própria empresa pública do que contra os corruptos que estão delatando o ocorrido. O pavor implantado contra os inimigos vermelhos, “O ouro de Moscou” e a “República Sindicalista” encontram-se traduzidos para o contexto atual na frase: “Aqui não é Venezuela”. Antes queriam a cabeça de Getúlio, JK e Jango. Agora querem a cabeça da Dilma...

As forças sociais, entretanto, não são as mesmas. O realinhamento de forças eleitorais pode significar uma mudança mais profunda no contexto da sociedade brasileira atual. Nesse sentido, aventuras golpistas poderão ter um resultado distinto do que a direita sempre alimentou.

O mais importante, contudo, ainda é apostar no confronto de ideias e propostas políticas. A defesa da democracia é um valor maior que deve nortear a todos os brasileiros.

50 ANOS DO GOLPE: A DIREITA NÃO MORREU

50 anos do golpe militar: o povo avançou, a democracia vem sendo conquistada, mas a direita não morreu. O golpe com que os militares e uma elite conservadora afastaram um presidente democraticamente eleito e deu sustentação a um período sangrento da sociedade brasileira está completando 50 anos. O distanciamento temporal permite que algumas questões, não muito esclarecidas, sejam aprofundadas e parte da verdade seja restabelecida. Após um tempo geracional, os dados ainda devem servir de ensinamento para os que militam na atualidade.

A existência de uma Comissão Nacional da Verdade avança não só no esclarecimento das violações dos direitos humanos, identificação de torturadores, elucidação de casos envolvendo desaparecimento de militantes políticos, como também para o entendimento do significado do apoio civil ao golpe e aos 21 anos de ditadura.

Parte da sociedade civil, que temia a aproximação de Jango com a esquerda, apoiou a intervenção militar e comemorou nas ruas a chegada dos tanques e a ocupação arma-

da das instituições. O que acontecia era uma resposta a um presidente que tinha ousado anunciar, diante de milhares de pessoas, as reformas de base e prometer uma reforma agrária.

O aprofundamento sobre tal apoio civil, no entanto, evidencia que as ações de tais segmentos não se deram somente nas manifestações de apoio inicial à ditadura, mas o envolvimento no apoio e financiamento aos órgãos de segurança, como declarou Rosa Cardoso, advogada criminalista e componente da CNV. O acervo em vídeo do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), por exemplo, foi instituído por empresários cariocas e paulistas, tendo como objetivo criar as bases de uma oposição para impedir o avanço dos ideais socialistas no País. “Foram produzidos 14 filmes que serviram de instrumento de convencimento da sociedade para que aceitasse e ansiasse pelo golpe”, acentuou a Pesquisadora. Empresários paulistas financiaram a Operação Bandeirante (OBAN) e o Centro de Defesa Interna (DOI-Codi), como diz a tese de Jorge Melo.

Qualificar a participação de elementos civis na ditadura militar é importante para identificação de processos de desestabilização de governos na nossa vizinhança. O discurso de hoje sobre algumas democracias da América Latina é muito parecido com o que foi feito pelo clero conservador, parte da imprensa, uma faixa do empresariado e a direita em geral. Em São Paulo, a “Marcha da Família Com Deus pela Liberdade” reuniu cerca de 500 mil pessoas.

Os militares foram saudados pela “grande imprensa” com manchetes de que não se espera repetição. É inquietante, contudo, a semelhança nas análises atuais sobre países vizinhos que avançam na participação popular:

Ressurge a Democracia! Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir se todos os patriotas, independentemente das vinculações políticas simpáticas ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é de essencial: a democracia, a lei e a ordem (O Globo – RJ – 4/4/64).

Multidões em júbilo na Praça da Liberdade. Ovacionados o governador do estado e chefes militares (O Estado de Minas – BH – 2/4/64).

A população de Copacabana saiu às ruas, em verdadeiro carnaval, saudando as tropas do Exército. Chuvas de papéis picados caíam das janelas dos edifícios enquanto o povo dava vazão, nas ruas, ao seu contentamento (O Dia – RJ 2/4/64).

Escorraçado, amordaçado e acovardado, deixou o poder como imperativo de legítima vontade popular o Sr João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comuno – car-reiristas negociastas – sindicalistas (Tribuna da Imprensa – RJ– 2/4/64).

A paz alcançada. A vitória da causa democrática abre o País à perspectiva de trabalhar em paz e de vencer as graves dificuldades atuais. Não se pode, evidentemente, aceitar que essa perspectiva seja toldada, que os ânimos sejam postos a fogo. “Assim o querem as Forças Armadas, assim o quer o povo brasileiro e assim deverá ser pelo bem do Brasil (Editorial de O Povo – Fort.– 3/4/64).

Enfim, “quem vê a barba do seu vizinho arder bota a sua de molho”.

TV GLOBO: A EMISSORA ARREPENDIDA

Embora ciente do que ensinava o experiente político Tancredo Neves - Não se pode fazer política olhando para o que passou, sem correr o risco de virar estátua de sal – relativizo essa afirmação, ao analisar a TV Globo. Estudando o comportamento atual da emissora, desponta como necessário o registro de alguns fatos passados para não se cometer injustiça com a “coerência” da empresa ao longo do tempo.

Embora a emissora tenha feito um arremedo de desculpas no concernente a sua atuação ao ser decretado o golpe militar, os fatos demonstram que, tanto ontem quanto hoje, as preferências políticas foram e são as mesmas. O Clube Militar, em 04 de setembro do ano passado, fazendo referência a esse comportamento de “arrependimento”, afirma que o fato de a emissora dizer que se equivocou no momento da ação militar em 31 de março é falso e se trata de uma dupla mentira:

[...] em primeiro lugar, o apoio ao Movimento de 64 ocorreu antes, durante e por muito tempo depois da deposição de Jango; em segundo lugar, não se trata de posição equivocada “da redação”, mas de posicionamento político firmemente defendido por seu proprietário, diretor e redator chefe, Roberto Marinho, como comprovam as edições da época; não foi, também, como fica insinuado, uma posição passageira revista depois de curto período de engano, pois dez anos depois da revolução, na edição de 31 de março de 1974, em editorial de primeira página, o jornal publica derramados elogios ao Movimento; e em 7 de abril de 1984, vinte anos passados, Roberto Marinho publicou editorial assinado, na primeira página, intitulado “Julgamento da Revolução”,

cuja leitura não deixa dúvida sobre a adesão e firme participação do jornal nos acontecimentos de 1964 e nas décadas seguintes.

No momento, a emissora do “Plim!!! Plim!!!”, realmente “coerente” com seu passado contestatório a todas as formas de avanço dos movimentos populares - dentro e fora do País - vem se dedicando a combater o Governo Dilma. A obsessão jornalística em defesa dos princípios neoliberais, não importando qual seja o horário, ou qual seja o programa, faz com que o discurso colérico seja repetitivo: o governo é corrupto; os preços estão subindo; a inflação vai voltar; os gastos com políticas sociais são desperdícios eleitoreiros; o Brasil não possui a confiança dos mercados; quando passar as eleições o povo vai sentir o resultado das medidas do Partido dos Trabalhadores etc.

Os dados empíricos não levam a “Vênus Platinada” questionar suas verdades, haja vista que a realidade deve ser o resultado da compreensão repetida inúmeras vezes ao dia em todas as horas. O “Bom dia Brasil” inicia falando dos preços da feira-livre, do engarrafamento dos carros e a mesma cantilena segue até quem se aventura ir para cama com o “Programa do Jô”. Espaços jornalísticos, humorísticos, de auditório, amenidades, não importam: o povo deve voltar às ruas para contestar os gastos com a copa, contra a violência e as dificuldades de acessibilidade nas capitais.

Qualquer análise mais independente pode registrar facilmente os mecanismos de manipulação ideológica utilizados de forma permanente pela maior empresa de comunicação do País. As notícias procuram se apresentar envoltas em legitimidade, pois os editores induzem os telespectadores a

crerem que toda as transmissões se encontram de conformidade com verdades inquestionáveis: os valores hegemônicos produzidos pelo grande capital e pelos governos neoliberais dos diversos continentes se transformam em certezas universais. A dissimulação nas informações ocorrem por meio das técnicas de deslocamento das questões tratadas pelos apresentadores: tanto unificando e aproximando fatos nem sempre relacionados entre si, quanto fragmentando o que não deve ser separado.

A TV Globo, justiça seja feita, continua mantendo coerência durante toda sua existência. A posição da emissora é muito clara: procura desacreditar o Governo, apontar como erro os gastos sociais que aumentam o custo do Estado e prever o dilúvio após as eleições. A empresa que deu sustentação ideológica ao regime militar continua lutando por um Brasil menos distributivo e afinado com o receituário da “banca” internacional. Os programas do dia a dia, portanto, revelam: essa é uma oposição para valer.

“EXISTE MUITO MAIS COISAS ENTRE O CÉU E A TERRA”: QUEM QUISER QUE ACREDITE EM COINCIDÊNCIA

No período de Getúlio, a direita denunciava pelos jornais e rádios o “mar de lama” da política nacional. No Governo Jango, ao lado das críticas a corrupção, a mídia alardeava, gerando o terror de forma permanente e enfática, a iminência de um golpe de esquerda para implantação de uma “República Sindicalista”. No momento, o processo é aperfeiçoado tecnologicamente, mas o “andar da carruagem” é o mesmo:

a rede Globo divulga com destaque as denúncias da revista Veja, o jornal Folha de São Paulo dedica um editorial ao que foi motivo da denúncia e, com base nos fatos denunciados, a oposição no Congresso Nacional estabelece sua pauta de ação.

A luta é incansável: nada do que foi feito pela Dilma está certo; o que é desenvolvido pelo Governo do PT é de forma incompetente, dispendiosa e desnecessária a um Projeto de Brasil; a política nacional está envolta em permanentes escândalos de corrupção; o autoritarismo do governo faz lembrar a ditadura militar e os noticiários econômicos fazem crer que a inflação vai voltar. Todas essas denúncias não necessitam de provas, a repetição das informações por órgãos importantes da mídia nacional já as qualificam como verdadeiras.

Relembrar momentos da nossa vida política não significa nostalgia, mas um exercício de reflexão sobre algo aparentemente banal. As campanhas contra Getúlio e contra Jango traumatizaram a Nação, haja vista que, no primeiro dos casos, terminou com o suicídio do governante e no segundo, com um longo período de ditadura. Embora não estejamos querendo dizer que existe um golpe em andamento, o registro da similitude da ação conservadora das elites brasileiras e da mídia com relação a governantes que ousam sair do receituário liberal desautorizam qualquer tipo de análise ingênua sobre o que está ocorrendo.

Os documentários que registram os antecedentes dos acontecimentos de 1964 apontam para o papel do IBAD como articulador do pensamento de direita no período. No momento, outra grande aliança se formou: empresas de mídia como o Grupo Abril (revistas Veja e Exame), Gru-

po OESP (O Estado de S. Paulo) e Grupo RBS (afiliado à Rede Globo no Sul do Brasil), a segunda maior universidade privada do Brasil (Estácio de Sá), conglomerados industriais (Grupo Gerdau e Suzano), seguradoras (Pottencial e Porto Seguro) e corporações financeiras, como o Bank of America Merrill Lynch, criaram o Instituto Millenium.

Seguindo o exemplo da organização criada antes de 1964, a que foi fundada em 2005 também teve (e tem) por objetivo divulgar os princípios da liberdade individual, do direito de propriedade, da economia de mercado e da democracia representativa. Os seus participantes são pensadores, políticos e personalidades vinculados a um espectro ideológico conservador.

Empresas de comunicação e nomes como os de Roberto Civita, Otávio Frias Filho e Roberto Irineu Marinho estão juntos ao de Rodrigo Constantino, Reinaldo Azevedo, Olavo de Carvalho, Demétrio Magnoli, Ali Kamel, Marcelo Madureira e da blogueira cubana anticastриста Yoani Sánchez. A página do Instituto do Millenium na Internet salienta que suas ideias estão associadas ao pensamento do Instituto Liberal, Instituto Liberdade, Instituto Ling, Instituto de Estudos Empresariais, a rede chilena Latinoamerica Libre e a global Atlas Economic Research Foundation.

Numa sociedade democrática, não só a imprensa deve acompanhar e denunciar as falhas de qualquer governo, como também é algo normal a direita se organizar para defender suas ideias. Isso acontece em quase todos os países do Continente Europeu: o cidadão ouve os diversos projetos e, sabendo que são leituras diferentes da realidade, escolhe a que acredita ser mais correta.

O perigoso no caso brasileiro, no entanto, é que a grande mídia associada em torno de um projeto conservador manipula as informações fazendo crer que suposições são realidades objetivas e inquestionáveis.

MÍDIA: PROPAGANDA POLÍTICA E MANIPULAÇÃO

Este é o título de um livro de Noam Chomsky, intelectual de renome, professor de Linguística do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e crítico do papel que a mídia ocupa na sociedade contemporânea.

O mencionado livro começa relatando o que aconteceu no governo de Woodrow Wilson, em 1916, na metade da Primeira Guerra Mundial. Segundo o autor, foi a primeira propaganda governamental e tornou-se responsável para modificar o sentimento do povo dos EEUU no que era pacifista e não via motivo para entrar numa guerra europeia. A Comissão Cree, agência responsável pela propaganda política daquele período, conseguiu transformar, em seis meses, uma população pessimista numa população “histérica e beliciosa”. Chomsky alerta para o perigo da propaganda política na qual não existe espaço para contestação: predominando, portanto, a manipulação e “o controle da mente da população.”

A revista VEJA, conforme denúncias feitas anteriormente, por diversos intelectuais, poderia servir de exemplo para as denúncias de Chomsky; haja vista que transformou o combate a Dilma e ao PT em algo que ultrapassa jornalismo de oposição. O comportamento dessa revista, juntamente com o dos jornais de São Paulo e da TV Globo, estão se

transformando em ações obsessivas: “O Brasil é o pior dos mundos”; “o governo vive um mar de corrupção” e “o povo tem que votar contra tais personagens políticas”. O compromisso ético de bem informar é reiteradamente substituído pelo refinamento na arte de manipular.

Nassif, comentando a capa e o último artigo da lavra de tal jornalismo, disse que a revista estimulou o boato de que iria ser denunciado o esquema de corrupção da Petrobras. Segundo o Jornalista, por mais uma vez, Veja vendeu o que não tinha, ou muito mais do que tinha. A revista não trouxe as prometidas informações sobre negociatas na Petrobras. O único exemplo mencionado foi uma notícia requentada sobre uma operação de debêntures, que supostamente envolveria a Postalis (e que não se realizou porque os supostos autores foram presos).

A Globo, de forma sensacionalista, replicou a matéria da revista como verdadeira. Tanto na revista quanto na TV, contudo, não foi mostrado nada que comprovasse as denúncias, nem um indício sequer de que tais fatos correspondem à verdade. A revista não cita fontes, reais ou fictícias. Não ousa escrever que “teve acesso ao depoimento”. Sequer recorre ao surrado “uma fonte ligada às investigações”. Segundo Nassif: Veja blefa, mais uma vez.

O que importa a verdade, para quem pretende apenas semear a dúvida, o medo e a injúria? Não tem significação a confirmação dos fatos. O que foi dito está envolto numa névoa que, embora possa ser dissipada com o tempo, cumpre a sua utilidade no atual momento: foi sempre assim com a UDN e seus simulacros.

Chomsky, falando da manipulação política da mídia estadunidense, acentua que agentes publicitários dos grandes grupos financeiros sentem a necessidade de instigar a população para que apoie suas aventuras externas, para instigá-las, é preciso amedrontá-las: como foi o caso em 1954, na campanha em defesa da United Fruit Company, quando os EEUU derrubaram o governo democrático da Guatemala; como escreveu o *Washington Post* durante a histeria da Guerra do Golfo, que era necessário incutir nas pessoas o respeito pelo “valor marcial”; ou como os inúmeros casos acontecidos nas últimas décadas.

O que estamos vendo acontecer aqui no Brasil, portanto, não é novo. A manipulação foi tentada inúmeras vezes dentro e fora do País; algumas vezes motivadas por interesses endógenos e outras vezes, por razões inconfessáveis. O mais importante, contudo, é saber que muitas vezes tais planos fracassaram e o povo saiu vitorioso. A sorte está lançada.

Francisco Josênio Camelo Parente

Graduado em Ciências Sociais pela UFC, Mestre em Sociologia pela mesma Universidade, Doutor em Ciência Política pela USP e Pós-doutor em Ciência Política pelo IUPERJ. Professor aposentado do UFC e, em exercício, na UECE. Coordena o Grupo de Pesquisa Democracia e Globalização, ligado à UECE e CNPq.

INTRODUÇÃO

Nossa estreia como analista da política, a convite de Osvaldo Araújo, para um site de opinião, durante o ano de 2014, nos deu oportunidade não apenas para registrar, como para acompanhar os passos relevantes do caminho democrático da sociedade brasileira. O momento foi bastante significativo, não apenas de sua história num momento onde a correlação de forças da sociedade civil teve oportunidade de se expressar, revelando-se, mas pelo fato de poderá ser um momento em que a sociedade brasileira dará ou não um salto de qualidade na longa transição democrática. Nossos netos ficam na expectativa!

Se PT e PSDB foram os principais partidos que lideraram o projeto político brasileiro nessa transição, a participação dos outras agremiações partidárias foi decisiva para chegarmos nessa fase. Assim, os presidentes da República destes partidos tiveram que ter o apoio de muitos outros, mesmo de Estados com práticas políticas mais tradicionais, embora estejam em processo de mudanças significativas. O PSDB, por exemplo, precisou do PFL, hoje DEM, e o PT recebeu ajuda expressiva do PMDB e do PSB, para citar os principais, não desprezando a contribuição de outras legendas correspondentes do mesmo espectro político que formam a longa lista de partidos políticos na realidade brasileira.

Assim, se a estabilidade da moeda foi a grande marca do PSDB, a inclusão social foi a do PT. A inclusão, no Brasil, não aconteceu apenas no nível dos excluídos do mercado, mas também no nível de orientar um novo pacto federativo. O desenvolvimento regional foi bastante evidente, distribuindo poderes, incrementando uma dinâmica na política brasileira. Enfim, chegamos às eleições de 2014 consolidando dois colégios eleitorais fortes, São Paulo e Nordeste. Alguns ainda radicalizam e querem que seja Sul e Sudeste de um lado e Norte e Nordeste do outro, uma divisão clara do Brasil. Mesmo não sendo real, a existência desse debate já mostra o nível de polarização que a eleição representou para o debate do novo pacto federalista.

Fatos de massa ganharam significado nessa realidade. Logo no primeiro semestre de 2014 assistimos mobilizações nas grandes cidades, aparentemente espontâneas, organizadas pelas redes sociais, um novo instrumento da democracia. Era, inicialmente, um protesto contra o aumento das passagens de ônibus, mas que continuou contra os dois principais eventos no início do segundo semestre: a copa do mundo que o Brasil sediou e, pouco tempo depois, a sétima eleição presidencial direta pelo povo após 1964. Se o PSDB ficou nos dois mandatos iniciais, oito anos, o PT entraria no quarto, doze anos, portanto. São os dois projetos que deram a cara de nossa modernidade!

Se esses fatos mostram o novo momento da correlação de forças políticas da sociedade civil, a ética necessária para a política teve também novo ânimo com o chamado “Petrolão”: o financiamento de campanha que a Petrobrás realizou fora da legislação. O chamado “mensalão”, o processo ilícito

to de cooptar deputados para aprovar projetos do governo, chegou ao clímax ao colocar na prisão muitos parlamentares e operadores do esquema. A consequência política imediata foi o fortalecimento do Lula como líder do partido e o símbolo, pois desestruturou o PT paulista, o anti-Lula dentro do partido no sentido do debate interno para as disputas eleitorais. Fortaleceu o PT que ganhou eleição para a capital paulista, o reduto privilegiado do PSDB, nas eleições municipais de 2012.

Para esta coletânea, então, escolhemos cinco artigos publicados durante este ano que cobrem esses principais momentos. No primeiro artigo, publicado logo no início daquele ano, identificávamos a fonte de oposição ao governo Dilma Rousseff identificada na sua política neodesenvolvimentista. Mostra também, de forma rápida, que o projeto do PT e seus aliados reagem para mostrar que seguem os padrões de integração ao mundo globalizado pelo mercado e, ainda, que a dinâmica da economia será orientada por sua lógica, enfatizando o mercado interno. Em seguida comentamos o papel das ditaduras no Brasil num momento em que se refletia sobre os cinquenta anos de golpe de 1964. A ênfase é a construção de nossa modernidade.

Os três últimos textos são reflexões rápidas sobre democracia, como as eleições gerais de 2014 poderão servir de um momento para seu aperfeiçoamento, como também o desafio do novo federalismo. Estamos construindo um novo pacto civilizatório e o ano de 2015 está repleto de novos desafios. Não chegamos a discuti-lo nessa coletânea. O novo governo de Dilma Rousseff apenas começou e assiste ao desfecho do “Petrolão” aliado a uma crise econômica que dá

ânimo a uma oposição ainda com adrenalina para reivindicar um terceiro turno eleitoral. Mas isso é a conjuntura que será acompanhado de perto.

DAVOS: DEMOCRACIA E GLOBALIZAÇÃO

O mês de janeiro deste ano eleitoral, 1914, fechou com vários fatos significativos para o Brasil e destacaremos três deles, interligados, que mostram que o foco do mundo globalizado enfatiza a democracia e é o caminho mirado pelo Brasil: Dilma em Davos; a entrada em vigor da lei contra a corrupção; e uma portaria do Banco Central minimizando o papel dos cartórios.

A ida de Dilma, pela primeira vez, a Davos objetiva acalmar as feras do mercado, os empresários e investidores mais ricos do mundo que lá estarão. Um impulso desenvolvimentista no último ano de seu governo os afastou. Podemos medir esse fato com o registro de que o déficit externo de 2013, pela primeira vez, não foi coberto pelos investimentos estrangeiros diretos em empresas do país. Esse dado mostra como o mercado impõe sua lógica num mundo global, Brasil incluído, buscando uma hegemonia. Reforça também a importância da política externa para o debate dos candidatos a presidente da república. O Brasil mostra, assim, que apesar dos pesares, o caminho é a democracia com uma economia de mercado.

O desafio democrático é a ética. No penúltimo dia do mês, a Lei de Combate à Corrupção (nº 12.846/13) entrou em vigor. Se a lei anterior punia apenas pessoas físicas, a nova é severa com as empresas, as verdadeiras beneficiárias da cor-

rupção. Bate, assim, num ponto vital do presidencialismo de coalizão, o toma lá dá cá, pois estimula o presidente a negociar projetos para o Brasil, via fortalecimento de partidos. José Álvaro Moisés, em artigo na Folha de São Paulo, no dia 30 de janeiro, chega a ser categórico: “Se não for enfrentada, a questão dos incentivos para que partidos apoiem o governo, comprometerá parte das conquistas das diretas”.

Por fim, para estimular o empreendedorismo, uma portaria baixada pela Receita Federal aboliu, na maioria das situações, a necessidade de se fazer o reconhecimento de firma antes de apresentar documentos à entidade. Em editorial de 31 de janeiro, ainda o Jornal Folha de São Paulo, cita estudo da Fiesp, de 2010, estimando que “a redução da burocracia brasileira para níveis semelhantes ao da média de países considerados acolhedores para os negócios – como Chile, Estados Unidos, Finlândia e Canadá – representaria poupança equivalente a 1,47% do PIB (de 2009)”.

Esses fatos são definidores do caminho que trilha o Brasil na sua integração ao mundo globalizado: fortalecimento democrático, com regras claras e respeito aos contratos para estimular empreendimentos privados. Mesmo com essa fórmula estrutural do mercado, os candidatos competitivos para as eleições presidenciais mostram divergências importante na condução do processo, onde a ênfase na inclusão social para o fortalecimento do mercado é um ponto importante da clivagem. O mundo global já apresentara a diversidade cultural na busca de padrões civilizatórios, enquanto na construção da democracia nos Estados nacionais, a presença desses conflitos apenas lança desafios importantes para o debate político. Os antigos impérios se deparam com

emergentes na construção de nova ordem social ainda não consolidada após a desestruturação da guerra fria.

Se o final de 2013 mostrou uma democracia buscando governabilidade, 2014 vai mostrando um cenário onde o debate político dos candidatos tem rumos estruturais já definidos. Vamos em frente!

1964: O BRASIL CONDENADO À MODERNIDADE!

Em março fará meio século do golpe militar de 1964. Em nossa história, já assistimos outros movimentos semelhantes, como em 1930, que representou uma ruptura com a primeira República, a chamada política café com leite. Há uma continuidade nesses movimentos de corte da democracia, pois é, contraditoriamente, um processo da construção de nossa modernidade. É também a entrada do Brasil no mundo globalizado. Apesar do alto preço que a geração afetada pela dinâmica de um governo baseado na exclusividade do uso da força, tem sido o caminho encontrado por setores da elite.

Euclides da Cunha escreveu “Os Sertões” observando o massacre que o Estado republicano exerceu para eliminar uma comunidade no interior da Bahia, liderada por um cearense, Antônio Conselheiro. O autor, já pelo lado dos camponeses e seu modo de vida, conclui com uma frase decisiva: estamos condenados à civilização! O mesmo aconteceu com uma comunidade no sul do Ceará, o Caldeirão. Era preciso destruir aquele paraíso para que a modernidade se instalasse: os donos de terra já tinham dificuldade de encontrar trabalhadores suas propriedades rurais e houve dificuldade para

que a divisão do trabalho capitalista ou não, se instalasse. “Estamos condenados à civilização”, é o veredicto de Euclides da Cunha.

Há, contudo, uma especificidade em 1964. Não apenas por que a geração que participou daquele momento ainda vive e está na dinâmica da disputa de poder, nos partidos competitivos para a presidência da República, mas por que o Brasil, nestes últimos 30 anos, com a retomada do voto popular, caminha célere na consolidação de uma sociedade de mercado com democracia. Era o objetivo por trás dos movimentos anteriores das elites. Mas do que isso, o Brasil chega, nessa nova fase, a se tornar um ator relevante nas relações internacionais.

Como o golpe de 1964 foi possível? Fatores internos relevantes levaram os militares, uma força “neutra” na sociedade, a dar um golpe de tamanhas proporções. Sem apoio de setores da sociedade organizada, os militares não conspiram o domínio. O apoio estratégico da sociedade civil veio de empresários e a parte conservadora da Igreja, além da classe média, amorfa e sem projetos políticos. O emergente processo de industrialização da época traz uma massa do meio rural, com vida comunitária, para as cidades. Sem compreender o processo individualista do meio urbano, o populismo político tenta controlá-las. Foram aqueles que tiveram medo da reforma de base com o apoio dessas massas, ainda com o espectro do comunismo dominando, que o pavio da ruptura foi desencadeado.

Não se pode esquecer, contudo, o contexto externo regido pela guerra fria. Basta lembrar que não foi só o Brasil a instaurar uma ditadura militar na época. Na América Latina

ficaram famosos também os casos do Chile e da Argentina e do Uruguai, além do controle que se fazia nas elites dos outros países que não tinha um processo de organização das massas. Os Estados Unidos foram também responsáveis. Depois de perder Cuba no seu quintal, não permitiram que nenhum outro país da América repetisse aquele percurso. E apoiaram elites conservadoras. E, assim, a renda concentrada não se distribuiu.

Vale lembrar que a guerra fria era a disputa, no cenário internacional, de duas hegemonias, dois impérios que competiam por espaços estratégicos no cenário global: Estados Unidos e União Soviética. Interessante é que pela primeira vez que a disputa imperial se apresenta com os valores laicos da modernidade, para não dizer burguesa e já nominando, mas valores inerentes a uma sociedade de mercado, que seriam a liberdade e a igualdade. No passado, mesmo no período da hegemonia inglesa, eram os valores religiosos que orientavam as conquistas colonizadoras.

A Comissão da Verdade terá a missão de mostrar as bases de uma ditadura para que a sociedade brasileira não reviva essa experiência. Que as novas gerações, ao conhecerem a realidade dramática em que essa geração viveu, em verdadeira guerra civil, não sejam tentados a estimularem novas experiências de ditaduras.

FUTEBOL E POLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE DEMOCRACIA

O placar de 7x1 da Alemanha sobre o Brasil não tem uma explicação, sobretudo realizado “a posteriori”. Foi humi-

lhação ou deu a lógica? Era um time estruturado sobre um salvador da pátria, com outro time integrado e mais racional, agindo como equipe coesa. Para agravar o desafio da comoção que esse jogo trouxe, estamos próximos a outra competição, com o mesmo teor de envolvimento.

Dentro de três meses, o Brasil viverá uma eleição para todos os níveis, de Presidente a governador, passando por senadores, deputados e governadores, exceto eleições municipais. Isso em todo território nacional. Momento mais importante, portanto, onde a soberania popular é chamada a se expressar vontade geral, a fonte do poder democrático. As paixões, como no futebol, irão explodir novamente, pois a sociedade civil é dividida em “torcidas organizadas”, em setores da sociedade civil, todas com alto nível de competitividade. Os três candidatos mais competitivos, com seus projetos, tentam, cada um, convencer aos cidadãos de que é o mais competente para realizar a busca do bem comum. É o espetáculo da democracia! Essa grande comunidade imaginária, com sua diversidade social e cultural, os cidadãos que exercerão sua prerrogativa política. A democracia é a forma apropriada de governo numa sociedade movida por interesses, com níveis de competitividade entre si, buscando a realização de seus objetivos privados, numa convivência civilizada.

Roberto da Mata já observou no futebol o esporte onde a democracia se expressa na sua totalidade, com seus valores de igualdade e liberdade típica da sociedade moderna. Basta observar que é onde todos conhecem as regras e sabem aplicá-las, de forma que a competição aconteça com ética. Todos podem participar efetivamente e têm opiniões formadas sobre os acontecimentos. Futebol e política viram

assuntos de debates acalorados nos momentos de grandes decisões. Todos viram técnicos e analistas. No campeonato, como nas eleições, quem ganha tem os louros da vitória e quem perde, respeita o resultado e passa a se preparar para o próximo embate. E a alternância de poder anima a sociedade: o vencido vê sua derrota como a perda de uma batalha e não da guerra. Numa sociedade com competitividade imanente e com potencialidade de uma guerra civil, essa qualidade legítima o poder político. A copa e as eleições muito próximas uma da outra é emoção redobrada.

Desenvolveu-se, assim, o mito de que o Brasil, vencendo no futebol, a reeleição da Dilma seria garantida. Não há como comprovar. Em 1998, o Brasil perdeu a copa, Ronaldo se contundiu, e Fernando Henrique Cardoso reelegeu-se. Lula também foi reeleito com o Brasil perdendo a copa da Alemanha.

Perder a copa, do mesmo modo, não é ganhar a eleição, como os exemplos citados. Há igualdade de oportunidades para todos. A Alemanha, quando sediou uma copa, não foi campeã. Nesta copa, há o exemplo da Espanha que foi logo para casa, como também a Inglaterra, que fazia coro de que não haveria copa no Brasil por causa dos movimentos sociais. Costa Rica foi uma das surpresas que mostra como a igualdade de oportunidade realmente acontece.

Na política, como no futebol, portanto, há racionalidade e emotividade, com regras claras, garantindo a ética pela presença de um juiz, representante do povo, a fonte desse espetáculo. O vencedor e o vencido se preparam para novo embate. Saímos de uma comoção, a copa, e entraremos em outro momento de muita emoção. Repito: haja coração!

OS PERCALÇOS DA CAMPANHA ELEITORAL DE 2014

A campanha eleitoral começou trazendo não apenas as mesmices do modelo tradicional, onde o voto não significa tanto para muitos eleitores, mas, sobretudo, ela foi atropelada por fatos novos de grande significação: a morte trágica de Eduardo Campos num desastre de um avião. O que poderia ser apenas uma notícia triste entre outras da nossa rotina, este fato vai mais longe, pois desestruturou as campanhas eleitorais dos candidatos competitivos. Pode até não afetar o resultado eleitoral já esperado, mas fez com que os partidos de origem paulista, PT e PSDB, sentissem o peso que o Brasil tradicional ainda tem.

Mentes privilegiadas já compararam o momento atual com o caso de Itamar Franco, que subiu à condição de presidente da República com a morte de Tancredo Neves. Foi um momento de preparação para o PSDB entrar em cena com a estabilização da moeda realizada por um de seus ministros, depois presidente, Fernando Henrique Cardoso. A entrada de Marina na campanha, contudo, é mais próxima da eleição que elegeu Collor de Mello presidente, pois ambos não eram candidatos preferidos do empresariado. Na época de Collor, o candidato era Mário Covas, que prometia um choque de capitalismo. Mas por não subir nas pesquisas, os empresários apoiaram Collor, aquele que mais poderiam ameaçar a chegada de Lula à presidência. Era 1989, ano da queda do muro de Berlim e o vermelho da bandeira do PT ainda assustava. O fim da guerra fria ainda não fazia parte da estrutura mental daquela geração.

Collor ganhou as eleições e, como também prometera, fez um choque de capitalismo. Com sua coragem de

enfrentar os marajás, fez um choque de competitividade, não apenas prendendo as poupanças, mas sobretudo quebrando o Nacional Desenvolvimentismo, modelo que dava reserva de mercado ao empresariado nacional, uma “bolsa família” necessária para fortalecer a nossa incipiente economia de mercado. Não por acaso, foi o primeiro e único presidente a sofrer um impeachment. Sem partido estruturado e sem base na sociedade civil organizada, como parece ser o caso de Marina, não teve como se equilibrar na corda bamba da soberania popular.

Mas foi em outra eleição entre PT e PSDB que assistimos caso parecido com o momento atual. A candidatura de Ciro Gomes, uma personagem fora de São Paulo, desestabilizou o PSDB. Em pouco tempo, Serra teve que primeiro desestruturar a candidatura de Ciro para depois enfrentar Lula. Conseguiu a primeira etapa, mas não teve tempo para enfrentar o Lula paz e amor.

A história, aqui, não tem nada de lição para dar aos principais concorrentes. A novidade é que a candidatura de Marina desestabilizou a de Aécio e, para Dilma, empurrou-a para uma segunda chance. É uma mexida na campanha eleitoral, sem dúvida. Mas a permanência do tradicional e o moderno na sociedade brasileira sempre trarão esses desafios. A história não é linear e nem progressiva, mas as correlações de forças irão ajustando o Brasil na direção de uma sociedade mais humana e solidária, pelo próprio amadurecimento do soberano, segundo a constituição: o povo. Que os partidos políticos assumam seu papel de intermediar e representar a diversidade da sociedade civil. Só assim o caminho será mais sólido e as novas gerações agradecerão. Vamos em frente!

EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Pesquisas de opinião realizadas pelo Datafolha (Folha de S. Paulo) e pelo IBOPE (O Estado de S. Paulo), nos dias 8 e 7 de dezembro, respectivamente, mostram resultados diferentes sobre a melhor forma de governo. Destes, o Datafolha mostrou que 66% dos entrevistados acham que a democracia é a melhor forma, enquanto o IBOPE diz que foi apenas 46%. Esses dados são, contudo, significativos para esse momento em que a sociedade brasileira se apresenta com uma diversidade social, política e cultural atuando de forma construtiva. É o fortalecimento da via democrática. Embora a busca de hegemonia seja o desejo de todo partido político, a sua existência anula esta essência democrática, que é a diversidade.

Dizer que democracia é o governo do povo não vai acrescentar muito à compreensão do momento político brasileiro. Como o povo vai ter poder nessa rede de intermediários? A resposta mais rápida foi dada por Rousseau: a democracia direta. Seria a forma extrema, com consultas populares para todas as questões e políticas a serem incrementadas pelo governo. O soberano exerceria a Vontade Geral, o povo, e não minorias eventuais. É a representação da igualdade.

Hobbes, ao contrário, já havia alertado de que as pessoas não tinham mais tempo para discutir o bem comum, pois estavam motivados na posse de bens. O soberano, então, seria uma pessoa ou um grupo de pessoas depois de pactuado e submetido ao Estado. O resultado desse pacto, para ele, seria a garantia da paz, enquanto para Locke, seria a segurança burguesa, a liberdade de ganhar dinheiro e não ser assaltado. É a expressão do conservadorismo e do liberalismo político no seu processo de formação.

A Democracia representativa, deste modo, é a forma mais apropriada para uma sociedade competitiva, movida por interesses materiais, com uma diversidade social e cultural em interação. A competitividade inerente, nestes casos, pode levar essa dinâmica, sem ética consolidada, a um potencial estado de guerra civil. É, como já observou Churchill, um sistema político apropriado a uma sociedade de mercado, garantindo assim um pacto civilizatório, com uma divisão de poderes e eleições para potencializar uma estrutura que permita alternância de poder e contemple a diversidade. A competição pelo poder, como na economia, gera a possibilidade do fortalecimento institucional permitindo o controle ético das regras do jogo. Permite também a luta por valores, como a paz, a liberdade e a igualdade.

Essa é a caracterização clássica das possibilidades da democracia se apresentar e mostra como o Brasil está resolvendo os desafios colocados nesse processo. Ter presente na sociedade formas diversas de expressão da vontade popular, apresentadas acima, como defende o ilustre constitucionalista cearense Paulo Bonavides, já comentado nesse espaço, é enfatizar a sua institucionalização. Dr. Paulo Bonavides defende se enfatizar a forma de democracia direta.

Com esta visão materialista histórica da democracia, e como ela se apresenta na sociedade brasileira, nos lança um olhar mais otimista para o contexto dessa eleição ao observar a força da competitividade que foi incorporada ao dinamismo da sociedade brasileira. A redemocratização, a partir das eleições de Sarney, tem desencadeado um processo de reformas estruturais na consolidação de uma sociedade de mercado, mas trazendo a política para que os benefícios sejam

compartilhados. A diversidade é a riqueza nesse processo e a participação é a forma do novo soberano, o povo, exercer sua prerrogativa. Oliveira Vianna iria perceber que a sociedade e a política brasileira vão se encontrando e as instituições democráticas irão fazendo sentido.

Francisco Uribam Xavier de Holanda

Graduado em Filosofia Política e Doutor em Sociologia; professor da Área de Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais. Autor do Livro “O Capital e a Política”, editora Livro novo, São Paulo, 2012.

INTRODUÇÃO

Tentamos nesse pequeno espaço oferecer uma reflexão sobre o curso do governo petista a partir de duas dimensões: uma análise mais estrutural do modelo de desenvolvimento adotado, onde sustento a tese de que o modelo se esgotou a partir de 2010 e destaco alguns de suas ações que vão à contramão de um modelo que respeita o meio ambiente e os direitos humanos.

A outra análise tem um caráter conjuntural, são textos feitos no calor da hora e trata-se do registro de minhas percepções sobre os rumos do governo, são artigos mais curtos voltados para formação de opinião e debate de ideias.

O ESGOTAMENTO DE UM MODELO

No que pese o Brasil ter conseguido durante o governo Lula [2003-2010] uma projeção positiva na mídia internacional como um país emergente, a ponto de o presidente estadunidense [Barack Obama] ter dito que o Lula era “o cara”; no que pese, ainda, o fato de o governo gozar de prestígio político por explorar de forma competente o fato de ter oportunizado mecanismos que permitiram que milhões de pessoas saíssem da condição de miséria para pobreza, com

acesso a certo grau de consumo, e, embora isso seja um grande feito, o governo manipula a realidade dizendo que esses miseráveis se tornaram classe média por estarem na faixa de renda mensal entre 291 a 1.019 reais. Não obstante esses fenômenos, paradoxalmente o governo petista de Lula e Dilma [2011-2014] permite facilitar a criação de condições para que o capital nacional e transnacional possa explorar nossos recursos naturais [hídricos, terras, litoral, minérios e toda biodiversidade] impondo um processo de reconcentração de terras e a destruição do modo de vida e de ser dos nossos povos originários, camponeses, pescadores e quilombolas.

Em nossa epocalidade, ou seja, no Brasil do século XXI, as ameaças aos nossos bens naturais são praticadas pelos aliados do governo que se articulam em torno da Frente Parlamentar Agropecuária, mais conhecida por “bancada ruralista”. Essa frente é formada por representantes de latifundiários, usineiros, plantadores de soja, mineradores, criadores de gado, donos de madeireiras e de indústrias extrativistas, e são eleitos por vários partidos [PMDB, PP, DEM, PSD, PR, PTB, PDT, PPS, PSDB]. A aliança do governo petista com a bancada ruralista, embora crie paradoxos, não é uma contradição em essência, mas uma complementação necessária, pois as ações da bancada ruralista dão sustentação econômica ao projeto neodesenvolvimentista implantado pelo governo Lula e seguido por Dilma. O governo petista fez opção por um modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio, na reprimarização da economia e na exportação de *commodities*. A bancada ruralista, como aliada estruturante desse projeto, controla dois ministérios importantes, cujas políticas implantadas rivalizam com os interesses de camponeses, povos

indígenas e quilombolas: o Ministério da Agricultura e o de Minas e Energias.

É reconhecido por toda sociedade que, durante o governo Lula, setores pobres da sociedade ampliaram sua capacidade de consumo e obtiveram alguns avanços nas políticas de assistência social, mas o PT não vai além de uma política de negação das políticas neoliberais, pois não tem mostrado disposição para sinalizar com políticas anticapitalistas, seu projeto neodesenvolvimentista é um projeto de conciliação de classes. Segundo o editorial do jornal Brasil de Fato [edição de 18 a 24 de outubro de 2012], o neodesenvolvimentismo petista:

não é uma alternativa de natureza popular e não dissemina valores e posições históricas da esquerda, como a defesa da soberania nacional e a necessidade de efetivarmos mudanças estruturais na sociedade como a reforma agrária, tributária, urbana e outras. Portanto, o neodesenvolvimentismo não educa politicamente as massas para um projeto pautado nesse conjunto de reformas de natureza nacional, democrática e popular que dão conteúdo à esquerda.

AS AMEAÇAS DO NEODESENVOLVIMENTO PETISTA

Entre as vitórias alcançadas pela Frente Parlamentar Agropecuária contra os camponeses, povos originários e quilombolas, durante o governo petista, podemos citar os mais importantes em termos estruturais e de impactos negativos para o meio ambiente e para os direitos humanos.

I – A aprovação da Lei de Biossegurança ou Lei dos Transgênicos, aprovada em 2005, permitiu que o país produzisse sementes e comercializasse produtos transgênicos. Antes da sua aprovação, o governo já havia liberado, por meio de Medidas Provisórias [de números 113, 131 e 223] autorização para que fazendeiros plantassem soja transgênica no país. A soja é o principal produto de exportação do Brasil e, por falta de uma política industrial, contribui para o equilíbrio da balança comercial, e um dos maiores produtores é a multinacional Monsanto. Priorizar o equilíbrio da balança comercial com produção de monoculturas [produtos primários que não agregam valor] é um dos elementos que integram o projeto desenvolvimentista e de governabilidade, uma vez que o governo petista tem os ruralistas como aliados. Um aliado que tem mais iniciativa e agressividade na defesa de seus interesses do que o próprio governo. Uma lembrança importante é a de que, quando não era governo, o PT apoiava e participava da campanha da sociedade civil contra os transgênicos, uma campanha cujo *slogan* era “por um Brasil livre de transgênicos”.

II – A aprovação do novo Código Florestal publicado no Diário Oficial em 18.10.2012, com nove vetos por parte da presidenta Dilma. A presidenta não cedeu às pressões da sociedade civil, de ambientalistas e artistas que, em campanha pelo veto total, suplicavam “veta Dilma”. Todavia, os vetos parciais deixaram os ruralistas inconformados e ameaçando recorrer através de algumas medidas para reverterem os vetos. Tudo isso demonstra que esses aliados do governo não têm medo de enfrentar o governo, e que a aliança só serve para o governo ter o apoio deles naquilo que não os afeta diretamente em seus interesses, mas quando seus in-

teresses são ameaçados, eles derrotam o governo. O governo petista, ao abandonar os movimentos indígenas, sem-terra e quilombolas, ao cooptar o movimento sindicalista (urbanos e os rurais ligados à Contag) e partes de ONGs, para se aliar com os ruralistas, acabou ficando refém de uma agenda que vem levando o governo para uma política de desenvolvimento conservadora.

III – Aprovação da proposta de Emenda Constitucional – PEC - 215/2000, de autoria do deputado Almir Sá [PPB-RR], na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara Federal no dia 21.3.2012. A PEC altera os artigos 49, 225 e 231 da Constituição Federal permitindo colocar como competência exclusiva do Congresso a aprovação da demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e quilombolas; na Constituição atual, a competência é do poder executivo. Assim, abre-se o caminho para a ampliação e o acesso de usineiros, mineradores, latifundiários, empresas nacionais e transnacionais para acumularem terras indígenas e quilombolas no país. A PEC 215, se aprovada pelo Congresso, acelerará o processo de reconcentração de terras em curso no país. A Articulação dos Povos indígenas do Brasil – APIB é radicalmente contrária à aprovação da PEC-215 e vem se movimentando contra sua continuidade de tramitação no Congresso. Essa PEC foi arquivada no final do ano de 2014, depois de várias pressões dos povos indígenas e movimentos sociais, mas pode ser reapresentada a qualquer momento.

Em uma entrevista dada por Cleber Buzatto, secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, ao Instituto Humanas Unisinos, ele informa que das 1.046

áreas de terras indígenas no país, apenas 363 estão regulamentadas, 335 encontram-se em alguma fase do processo de demarcação e 348 são reivindicadas por povos indígenas do país. A aprovação final da PEC-215 no Congresso paralisará o processo moroso de demarcação dessas terras. A PEC-215, como se pode analisar, é uma medida que se soma a opção de desenvolvimento petista que tem uma clara opção pelo agronegócio – que controla toda cadeia de produção, comercialização e exploração – em detrimento de um modelo focado na agricultura familiar e na proteção de nossa biodiversidade e dos povos que dela tiram sua sobrevivência.

IV – Resgate e encaminhamento acelerado do Projeto de Lei 1610/96, que tramita no Congresso Nacional e tem como objetivo regulamentar a exploração de recursos minerais em terras indígenas. O PL 1610 reforça o desenvolvimentismo agroextrativista exportador através da concentração de terras e de capital em poucas mãos. Se for aprovado, qualquer empresa poderá requerer ao Departamento Nacional de Produto Mineral [DNPM] o direito de minerar em qualquer terra indígena do país.

AS AMEAÇAS QUE VÊM DO PAC

Além das ameaças e violações sob diversas modalidades contra os direitos culturais, econômicos, patrimoniais e sociais dos povos indígenas, quilombolas e camponeses, num descarado processo de desconfiguração da Constituição Cidadã de 1988, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, iniciado no governo Lula e continuado no governo Dilma, tem como maior obra a construção da Usina Hidrelé-

trica de Belo Monte na Bacia do Rio Xingu, no Estado do Pará. Dimensionada para ser a terceira maior do mundo [a primeira é a de Garganta profunda, em construção na China; a segunda é a binacional Itaipu, na fronteira do Brasil com o Paraguai], tem previsão para entrar em operação em 2015 e motorização total até 2019.

Argumenta o governo que a construção da usina contribuirá para: i – geração de energia para garantir o ciclo de desenvolvimento do país; ii – criação de empregos e geração de renda; iii – melhoraria da qualidade de vida da região. Em um comunicado do Ministério do Planejamento [de 7.10.2011, publicado no Portal Brasil], a ministra do Planejamento, Mirian Belchior, afirmou que a hidrelétrica de Belo Monte irá seguir um novo modelo de implantação: vai garantir os direitos da população afetada, vai diminuir os impactos socioambientais e construirá uma perspectiva de desenvolvimento regional sustentável.

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte está sendo construída através do sistema de parceria público-privada. O Consórcio Construtor Belo Monte – CCBM é formado por dez empresas de construção pesada do país [Andrade Gutierrez, Camargo Correia, Odebrechet, Queiroz Galvão, OAS, Contern, Galvão, Serveng, J. Malucell e Cetenco], e venceu o leilão de abril de 2010 e foi contratado pela Empresa Norte Energia S.A. [NESSA]. Por meio deste empreendimento, o governo pretende acrescentar cerca de 11 mil megawatts [MW] de capacidade instalada na matriz energética nacional; a de usina Itaipu binacional tem 14 MW de potência. Segundo o Ministério das Minas e Energia [2011], o Brasil precisa construir Belo Monte “para

alcançar as metas de crescimento anual de 5% do PIB nos próximos 10 anos, bem como de erradicação da pobreza e melhor distribuição de renda, o país precisa instalar, a cada ano, cerca de 5.000 MW de capacidade adicional”.

Movimentos sociais e lideranças indígenas da região do Xingu afirmam que os impactos socioambientais não foram satisfatoriamente esclarecidos e suficientemente dimensionados. No Estudo de Impacto Ambiental – EIA e no Relatório de Impacto Ambiental – RIMA de Belo Monte [AHE, 2009], na parte em que trata dos direitos minerários na região de Volta Grande do Xingu, consta que já existem dezoito requerimentos de empresas mineradoras solicitando autorização para fazerem pesquisas, além de existirem sete empresas com autorização de pesquisa e uma empresa com concessão para extração de estanho. As terras indígenas têm 773.000 hectares delimitados, desse total, 63%, ou seja, 496,373 hectares são alvo de interesses das empresas mineradoras [Companhia Vale do Rio Doce, Samaúna Exploração e Importação, Joel de Souza Pinho, Mineração Capoeira, Mineração Guariba, Mineração Mayara e outras]. Nos últimos anos, foram descobertas na região do Xingu jazidas de bauxita, Caulin, Manganês, ouro, urânio, diamante, fósforo, fosfato, cassiterita, cobre, níquel e nóbio. Daí o grande interesse na aprovação do PL-1610/96. Para ambientalistas e povos da região, a construção da usina é uma forma de acelerar a mineração nas terras indígenas e em áreas que a circundam, principalmente em Volta Grande, trecho de mais de 100 km que vai secar com o desvio das águas do Rio Xingu.

A empresa transnacional canadense Belo Sun Mining Corporação, cuja subsidiária brasileira é a Belo Sun Mine-

ração Limitada, pertencentes ao grupo Forbes & Manhattan Inc, um banco mercantil de capital privado voltado para projetos de mineração em todo mundo, apresentou um projeto de exploração mineral em Volta Grande onde pretende investir US\$ 1.076.724,000,00 em mineração de ouro. Os impactos ambientais desse projeto sobre a biodiversidade vão desde o assoreamento dos cursos das águas e poluição das águas superficiais e subterrâneas até a destruição do modo de vida das comunidades indígenas da região. A empresa Belo Sun já conseguiu, não se sabe por que meios, o direito de mineração e exploração de 130.541 hectares, ou seja, 1.305 km² [Monteiro, 2002, p-5].

No Plano Nacional de Mineração – PNM-2030, do Ministério das Minas e Energia, a mineração é colocada como um setor estratégico do modelo de desenvolvimento econômico do Brasil. O PNM afirma que a demanda de bens minerais deverá crescer nos países emergentes, provocando uma pressão cada vez maior para o uso e ocupação dos solos, e cabe ao país diminuir os entraves [as unidades de conservação, as terras indígenas, as terras de quilombolas e áreas de reforma agrária] e as restrições legais à expansão da atividade mineral. Esse tipo de pensamento, que é uma ameaça a nossa soberania e a segurança de nossos bens comuns [água, terra e a biodiversidade], já foi expresso pelo ex-presidente Lula, quando da inauguração de uma usina de biodiesel no Mato Grosso, em 21.11.2006, ao comentar a necessidade de crescimento econômico no país, classificou de entraves ao desenvolvimento algumas das questões sociais, Lula foi claro: “entraves que eu tenho com o meio ambiente, todos os entraves com o Ministério Público, todos os entraves com a questão dos Quilombolas, com a questão dos índios brasileiros”.

Para eliminar os entraves, o próprio governo reconhece que enfrentará conflitos, mas o PNM-2030, na página 78, destaca: “os conflitos diminuam, sobretudo após a progressiva eliminação, pelo próprio mercado, de empresas que não se adaptam aos novos padrões de sustentabilidade exigidos pelas leis nacionais e pactuados internacionalmente, por convenções e tratados”. Apostar no mercado como regulador de conflitos entre os interesses dos povos indígenas do Xingu e grandes transnacionais, além de covardia, esclarece e escancara a visão neoliberal do governo. Diante dos interesses do grande capital em jogo na região do Xingu, não é sem motivo que as resistências são abafadas e tratadas como entraves ao desenvolvimento, mas desenvolvimento para quem? Desenvolvimento a que preço?

4. O PAC tem em vista a implantação de obras de infraestrutura em setores estratégicos de desenvolvimento: transporte [estradas, ferrovias, portos, aeroportos], geração de energias [elétrica, eólica, bicombustível]. O programa financia e apoia empresas da agroindústria, do agronegócio, empreiteiras da construção civil [como a Delta, envolvida no esquema de corrupção que objetivou a CPI de Carlos Cachoeira], empresas que constroem hidrelétricas e barragens, mineradoras, entre outras.

5. Pesquisa mineral é a fase que visa descobrir e estudar em detalhes as jazidas.

6. Somente na área de aproveitamento hidrelétrico da usina, sem contar com o entorno, serão atingidos os seguintes povos indígenas: Juruna, Xikrin do Bacasa, Arara, Asurini do Xingu, Kararaô, Arawetê, Pararanã.

O ESGOTAMENTO DO MODELO NEODESENVOLVIMENTISTA

O PT, ao se acomodar ao modelito neodesenvolvimentista, que alguns, como Emir Sader, chamam de governo pós-neoliberal no Brasil, e passar a ter o seu foco na perpetuação no poder, ficou assustado com o povo querendo mais,

acreditando que houve uma falta de reconhecimento pelo que realizou durante os dez anos no governo. Além disso, os petistas pensavam que a popularidade de Lula e Dilma refletia uma sintonia plena do governo com as necessidades da população; que o Estado, administrado pelo PT e seus aliados, havia se tornado menos irracional e menos dominador. Como nos esclarece Leonardo Boff [2013]:

“Uma vez no poder, o PT atendeu às principais urgências populares desde sempre negadas ou insuficientemente satisfeitas. Finalmente, a dignidade dos condenados a serem não cidadãos foi resgatada: puderam comer, ter um mínimo de educação, de saúde e de benefícios da modernidade como luz elétrica, acesso à casa e ao sistema bancário. Cerca de uma inteira Argentina de marginalizados foi incluída na sociedade contemporânea. É um feito de magnitude história. A desigualdade social, nossa maior chaga, diminuiu em 17%. Mas este projeto de inclusão alcançou depois de dez anos o teto. A ilusão do PT foi entender-se como a realização do Brasil que queríamos. Abandonou o trabalho nas bases e perdeu a organicidade com os movimentos sociais organizados que o criaram. Nas bases não se discutia mais política nem se sonhava com a construção de um Brasil ainda melhor.

O povo, uma vez desperto, quer mais. Não basta sair da miséria e da pobreza. Postula um outro Brasil, onde não haja contradições escandalosas como a atividade política movida por interesses, conchavos e negócios, como a corrupção fruto da relação incestuosa entre o poder público e os interesses particulares dos poderosos. Os privilégios das elites dominan-

tes contam mais que os direitos dos cidadãos. Para elas são feitos os principais investimentos, restando sobras para as necessidades da população. Daí se explica a má qualidade do transporte coletivo em cidades inchadas, porque não se fez a reforma agrária, a saúde é precária e a educação desqualificada. Acresce ainda a burocracia estúpida, complicada, feita para não atender às demandas do povo”.

Em 2008, quando explodiu uma das mais profundas e complexas crises do capitalismo, consideradas, por alguns economistas, como bem mais profundas do que a crise vivida em 1929. Nessa época, o governo Lula vivia o seu momento de maior glória, parecia que o país rumava para o paraíso, o que significava fazer parte do seleto grupo dos países chamados de primeiro mundo. A euforia vivida pelo governo Lula e seu partido refletia um paradoxo, pois o capitalismo que alguns acreditavam rumar para o primeiro mundo no país, era conduzido por um operário formado politicamente na luta contra a exploração e a opressão das relações promovidas pelo capital. Diante da crise, Lula não titubeou em dizer que a crise aqui não passaria de uma marolinha e convocou o povo brasileiro a comprar para estimular a dinamização do mercado interno. Frente à crise econômica mundial, a receita do Lula era simples: contra a crise do capitalismo, mais capitalismo e expansão do mercado interno via consumo. Medidas de renúncia fiscal e crédito para consumo foram concedidos. Naquele momento, a receita funcionou, o governo teve sua popularidade ampliada, elegeu seu sucessor e saiu do poder como um mito.

A crise de 2008 explodiu nos Estados Unidos teve impactos profundos e prolongados nas economias dos países europeus [zona do euro]. Todavia, não abalou, de imediato,

a economia chinesa, nem a economia dos países latino-americanos, nem a Rússia e nem parte da Ásia, que passaram a exibir níveis de desenvolvimento positivos, embora que diferenciados. Nesse cenário, Marcio Pochmann [2010] chegou a afirmar que, pela primeira vez, nas crises do capitalismo, a recuperação destas passava a ser realizada pelos países emergentes e não por países desenvolvidos. Assim, a crise do capitalismo estava gerando momentos apropriados para países periféricos assumirem algum grau efetivo de protagonismo no sistema econômico do mercado capitalista.

Para que o Brasil pudesse administrar a crise obtendo melhor posicionamento no mercado globalizado, segundo Marcio Pochmann, o governo precisaria enfrentar a árdua tarefa de refundação do Estado por meio de reformas em três eixos estruturantes: i - reorganização administrativa e institucional que re programe todas as políticas públicas; ii - ampliação das políticas distributivas para as redistributivas e iii - reinvenção do mercado tendo em vista diminuir o poder dos grandes grupos econômicos sobre o Estado. Para Marcio, com a reforma desses três eixos, teríamos uma refundação do Estado capaz de efetivar o tão desejado projeto nacional de desenvolvimento, pois o que foi sonhado por muitos, de Getúlio a FHC, agora poderia se tornar realidade.

O PT, comandando a ordem capitalista no país, não fez as mudanças apontadas como necessárias para o enfrentamento da crise, bem como não aproveitou o momento favorável oferecido pelo mercado durante os dois mandatos de Lula, para investir em uma estrutura econômica industrial sólida capaz de colocar o país em condições de competir no mercado mundial de bens manufaturados, evitando, assim,

a dependência de uma pauta de exportação baseada majoritariamente, em bens primários [*commodities*: soja, carne, minérios]. Também não realizou os investimentos estruturantes, e, quando, enfim, anunciou o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, sua implantação se fez de forma muito lenta, com o governo demonstrando baixa capacidade de operacionalização dos investimentos alocados, com gastos orçamentários destinados às grandes obras marcadas por polêmicas em relação aos impactos ambientais e à violação dos direitos humanos, além de denúncias de tráfico de influência e corrupção nas licitações. A explosão das ruas reflete muitas coisas importantes. Podemos ter várias explicações, uma das minhas chaves de leitura é que esses movimentos refletem:

Primeiro, o experimento de doze anos de governo petista que apostou de forma linear na organização do capitalismo por meio da dinamização do mercado interno de consumo. Segundo Chico Cavalcante, o resultado positivo desse modelo foi “a ascensão social de 40 milhões de pessoas, a redução das desigualdades sociais, a geração de mais de 20 milhões de empregos com carteira assinada, o ingresso de milhões de jovens nas universidades, a ampliação de oportunidades para todos, enfim, o surgimento de um novo Brasil é real”. Para isso, elegeu como consumidor os miseráveis [com o Programa Bolsa Família] e os pobres [com uma política de aumento real do salário mínimo e da disponibilidade de crédito fácil para o consumo]. Essa política, que transformou parte dos miseráveis em pobres, que promoveu a popularidade do governo, deixou muito contente e aumentou a riqueza de alguns setores do mercado.

Segundo, uma política macroeconômica que reduziu a cidadania à condição de consumidor em detrimento do acesso aos direitos e bens culturais. Assim, não promoveu o empoderamento dos indivíduos e nem das organizações sociais, mas privatizou a política e cooptou parte da sociedade civil por meio de convênios, repasses de recursos e editais dirigidos que terceirizavam as políticas públicas. Se a inclusão de setores sociais no mercado garante o direito básico e vital de alimentação e consumo de bens domésticos, o projeto neodesenvolvimentista não vem demonstrando ser suficiente para garantir direitos sociais por meio de políticas públicas que se constituam enquanto mecanismos de qualidade de vida, participação política e reconhecimento das diferenças sociais. Assim, os que passaram a comer e a diversificar seu consumo de bens materiais também sabem, por sentir na pele, que o sistema nacional de segurança pública, o sistema de saúde, o ensino fundamental e médio, o sistema nacional de transporte público entraram em colapso, não têm qualidade, não tratam as pessoas como gente. Os protestos nas ruas não negam as conquistas obtidas durante os dez anos de governo petista, nem as conquistas anteriores à chegada de Lula ao poder, mas afirmam que elas são insuficientes para satisfazer as crescentes expectativas de uma sociedade profundamente marcada pela desigualdade, pela espoliação, pela violência e pelo desrespeito aos direitos humanos.

Terceiro, uma política de alianças conservadoras com os setores mais atrasados da sociedade, fortalecimento do agronegócio e o abandonando da defesa de uma política de reforma agrária e de defesa dos povos indígenas. A implantação de uma política de privatização dos portos e aeroportos e o acolhimento de uma copa do mundo de forma desastrosa,

que desrespeita direitos humanos, que onera os cofres públicos, e na qual o governo se comporta de forma subserviente diante das exigências escabrosas da FIFA. A população sabe que se administra o país a partir de uma prática política conservadora, corrupta, que privatiza a política, e que os governantes fazem demagogia quando falam de transparência e de mecanismos de participação.

Nesse contexto, segmentos petistas vêm difundindo a ideia de que existe uma parte da classe média brasileira que é reacionária, que estaria esboçando, com a ajuda da mídia golpista, uma oposição sistemática contra o governo petista [Lula e Dilma]. A professora Marilena Chaui, intelectual orgânica do PT, conseguiu chocar algumas mentes quando declarou, por ocasião do lançamento do livro “10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil”, ocorrido no dia 13 de maio de 2013, em São Paulo, que: “a classe média é uma abominação política, porque é fascista, é uma abominação ética porque é violenta, e é uma abominação cognitiva porque é ignorante”. Penso que existe uma parte da classe média que não gosta de mudanças, que faz críticas conservadoras ao governo, mas também que o PT vem fazendo uma política conservadora, que a maioria das pessoas que foram protestar nas ruas não faz parte dessa legião de conservadores. Os manifestantes, os insubmissos das ruas, revelaram outro país, um país ainda desconhecido, composto por parte de atores sociais que se sentem traídos pelo PT [camponeses, indígenas, ambientalistas, feministas, jovens, parte dos sindicalistas e militantes dos direitos humanos], por novos atores que não se sentem representados pelo PT [moradores de ruas, catadores de lixo, sem-teto, ativistas digitais, gays] e por um novo segmento de classe, produzido pelo capitalismo contemporâneo, que é o precariado.

Minha percepção é que o neodesenvolvimentismo petista se esgotou e estamos assistindo a seu processo de degeneração. Para seguir em frente com ganhos sociais, políticas de distribuição de renda e garantia dos direitos constitucionais, só com rupturas com o capitalismo, coisa que, com os atuais aliados, o PT não irá fazer. Como em todo mundo, a esquerda institucional não tem uma agenda de transformação e por isso passa por questionamentos em seus limites e contradições. É nesse cenário que a iniciativa política pode passar a ser conduzida a partir das mobilizações de ruas e com uma presença marcante do chamado precariado.

Para Guy Standing [2012], o precariado, não pode ser descrito como classe em si, mas como uma classe composta por grupos revoltosos e frustrados unidos pela insegurança e o medo. Uma classe que pode ser disputada pela extrema-direita, pelo anarquismo, que pode se afastar da política, mas que, em sua maior parte, rumo a construção de uma linguagem e de uma agenda que apontam para um consenso construtivo e transformador. Para Giovanni Alves [2013], o precariado é a espinha dorsal dos protestos nas ruas das cidades brasileiras que realizaram manifestações em junho no Brasil. Para entender esse novo movimento de protestos comandado pelo Precariado, Guy Standing, em seu livro, “Precariado – a Nova Classe Perigosa”, afirma que temos que levar em conta três princípios, geralmente esquecidos pela esquerda tradicional. Primeiro, todo movimento progressista é constituído em cima da raiva, necessidades e aspirações de uma classe emergente. Hoje essa classe é o precariado. Segundo, é que, de todos os avanços em direção a uma sociedade mais igualitária, novas formas de ação coletiva são en-

volvidas. Terceiro, em todos os protestos por direitos existem três lutas sobrepostas: i - por reconhecimento, a luta do grupo emergente para ter uma identidade; ii - a luta por representação; iii - a luta por novas políticas sociais progressistas e pelo controle de recursos chaves da economia.

As manifestações nas ruas no Brasil, que receberam como resposta do governo Dilma a proposta dos cinco pactos, serviram para demonstrar de forma clara, que a base de aliados do governo [PT, PMDB, PSD, PSB, PR, PP, PSC, PC do B] é muito frágil, pois parte dos aliados só vota com o governo em matérias que não se chocam com os seus interesses. Os cinco pactos propostos pela presidente Dilma Rousseff foram desconfigurados e sabotados no Congresso pelos aliados, principalmente pela bancada do PMDB. Os aliados reclamam da articulação política feita pelo Palácio do Planalto e acusam Dilma [executivo] de os atropelarem no Congresso. O clima entre governo e seus aliados ficou demasiadamente tenso. No dia 11 de julho, o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães [PT-CE], usou a tribuna para fazer ameaças de rever a política de distribuição de cargos e liberação de emendas parlamentares entre os aliados, pediu lealdade ao governo e foi duramente reprimido pelos seus pares que gritavam no plenário: “ameaça não seu deputado, ameaça não!”

Críticos e analistas afirmam que o PT faz um governo conservador, por isso abandonou sua aliança com os movimentos sociais e passou a governar para os ricos. Dizem que o Lulismo, expressão cunhada por André Singer, é a repetição do padrão conservador ou patrimonial da velha cultura política brasileira: mudar para não mudar, melhorar em baixo para não fazer rupturas com a estrutura econômica que permite

a acumulação de riqueza nas mãos dos ricos. Leonardo Boff [2013.a] é um dos que expressam esse sentimento e diz que:

No Brasil se fez até agora apenas distribuição desigual de renda, mesmo nos governos do PT. Quer dizer, não se mexeu na estrutura da concentração da renda. O que precisamos, urgentemente, se quisermos mudar a face social do Brasil, é introduzir uma redistribuição que implica mexer nos mecanismos de apropriação de renda. Concretamente significa: tirar de quem tem demais e repassar para quem tem de menos. Ora, isso nunca foi feito. Os detentores do ter, do poder, do saber e da comunicação social conseguiram sempre impedir esta revolução básica, sem a qual manteremos indefinidamente vastas porções da população à margem das conquistas modernas. O sistema político acaba servindo a seus interesses. Por isso, em seu tempo, repetia com frequência Darcy Ribeiro que nós temos uma das elites mais opulentas, antissociais e conservadoras do mundo.

Os grandes projetos governamentais destinam porções significativas do orçamento para os projetos que as beneficiam e as enriquecem ainda mais: estradas, hidrelétricas, portos, aeroportos, incentivos fiscais, empréstimos com juros irrisórios do BNDES. A isso se chama crescimento econômico, medido pelo PIB que deve se equacionar com a inflação, com as taxas de juros e o câmbio. Privilegia-se o agronegócio exportador que traz dólares à agroecologia, à economia familiar e solidária que produzem 60% daquilo que comemos.

O que as multidões da rua estão reclamando é: desenvolvimento em primeiro lugar e a seu serviço o crescimento (PIB). Crescimento é material. Desenvolvimento é humano.

Significa mais educação, mais hospitais de qualidade, mais saneamento básico, melhor transporte coletivo, mais segurança, mais acesso à cultura e ao lazer. Em outras palavras: mais condições de viver minimamente feliz, como humanos e cidadãos e não como meros consumidores passivos de bens postos no mercado. Em vez de grandes estádios cujas entradas aos jogos são em grande parte proibitivas para o povo, mais hospitais, mais escolas, mais centros técnicos, mais cultura, mais inserção no mundo digital da comunicação.

O diagnóstico e as propostas de Leonardo Boff são adequados para a atual conjuntura do país. Todavia, como operacionalizar essas mudanças já que o PT não é mais um partido socialista, não é um partido para rupturas, é um partido que mudou sua natureza, um partido que não vai além do neodesenvolvimentismo tropical, que nega parcialmente o neoliberalismo, mas que não rompe com o capitalismo, ou seja, virou um partido cor de rosa, socialdemocrata mitigado [Holanda, 2012]. Penso que mudanças mais profundas ou mudanças nos rumos da política brasileira vão depender da volta dos insubmissos às ruas, das manifestações do metabolismo social conexão entre rede-rua rebocando os movimentos sociais da esquerda tradicional numa pressão direta ao Congresso e a alguns setores da economia.

GOVERNO, ALIADOS E OPOSIÇÃO: A GUERRA DE TODOS CONTRA TODOS

Com vitória acirrada que deixou o país numa aparência de clivado, o mandato da Dilma foi antecipado pelo partido mais importante de sua base aliada, o PMDB. Ao derrubar o decreto 8.233, de 23/5/2014, que tinha como ob-

jetivo regulamentar o funcionamento dos Conselhos Populares, previsto na Constituição de 1988, o PMDB antecipou o novo mandato de Dilma ao demonstrar que tomou tal atitude para afirmar que o PT não deveria concorrer à presidência da Câmara no próximo governo, pois o PMDB continuaria no cargo com um de seus filiados, o deputado Eduardo Cunha. No senado, Renan Calheiros [PMDB-AL] seguiu o coro do partido e disse que o decreto também seria derubado no Senado, num gesto de que pretendia reeleger-se como presidente da casa. Além desse afronto, o PMDB passou a plantar na opinião pública a informação de que Michel Temer [PMDB], vice-presidente reeleito, não representa os interesses do partido.

Com tal movimentação, o PMDB fez chantagem para continuar com as presidências da Câmara e do Senado, o que lhe permitirá definir a pauta política do país. Assim, ao descredenciar Temer, pressiona Dilma e o PT por mais cargos e sinaliza que quer manipular o mandato presidencial. Já Henrique Alves [PMDB-RN], agora ex-presidente da Câmara, declarou que iria derrotar o governo na sua proposta de realização de um plebiscito para Reforma Política, o que fez com que Dilma recuasse da proposta que foi apresentada à nação no momento em que fez seu pronunciamento para agradecer a vitória que lhe permitiu ser reeleita.

Com esse tipo de aliado, como Dilma e o PT esperam fazer frente à oposição declarada pelo PSDB, durante o período de 2015/2018, e ao cenário desfavorável previsto para os próximos anos? O novo cenário será de limite às exportações do país, inibindo, assim, o crescimento econômico e a formação de excedentes para aplicar em investimentos e

infraestrutura, como as obras do PAC e outras exigidas pelo setor produtivo, além de continuar bancando os gastos com os programas sociais. Teremos, entre março e maio, mobilização de várias categorias de servidores públicos pressionando o governo por aumento salarial, o que pode significar um conjunto de greves. Poderemos ter ainda um desfecho negativo da CPI da Petrobras ou das investigações da Polícia Federal sobre o caso, o que pode levar um conjunto de partidos a ter vários parlamentares cassados, empresários presos e pressões para cassar o mandato de Dilma, bastando, para isso, que o que já se tornou público seja comprovado: que o PT recebeu dinheiro de propina para campanha de seus parlamentares e da Dilma.

No meu entendimento, Dilma e o PT precisam redefinir suas relações com seus aliados, ampliar sua base de apoio, sair da defensiva e apresentar um novo programa de governo que possa ter o apoio de parte da sociedade civil, principalmente dos setores populares, e parte do setor empresarial; abrir um diálogo com a sociedade não organizada sem cair no populismo; trazer o sistema financeiro, bancos e rentistas, para assumirem responsabilidade social a partir de uma política de imposto social e sobre grandes fortunas; e não ter medo, nem timidez de enfrentar o debate sobre o marco regulatório dos meios de comunicação. Se Dilma e o PT optarem por uma política de conciliação, da não ruptura, da timidez e do vacilo no enfrentamento dos conflitos, serão massacrados e os conservadores, agrupados em torno de uma oposição voraz, entrarão em clima de festa. Agora é a hora de o PT fazer o que não fez em treze anos, porém, numa conjuntura desfavorável. Neste momento, o rumo é o confronto com o conservadorismo e com o capital, ou sua entrega vergonhosa ao sistema.

Estamos vivendo uma conjuntura esquisita, porém não se trata só do avanço do crescimento da participação política dos setores conservadores no país escorregando e ganhando terreno com homofobias, tentando transformar valores religiosos em valores políticos, com intuito de alimentar uma ação fundamentalista; não se trata só do racismo, do machismo e do ódio contra pobres, índios e moradores de rua. Trata-se de uma ação organizada e mobilizada de uma nação que perdeu a faculdade racional, que caiu no limbo dos afetos e manipula corpos e máquinas suicidas contra a democracia.

A alegria do PT com a reeleição de Dilma foi muito curta, pois estamos vivendo uma situação de que quem ganhou parece que perdeu. Parece que Dilma ganhou um caos para administrar uma bomba que pode explodir a qualquer momento. O que pode fazer a bomba explodir são fatores múltiplos capazes de funcionar como detonadores isoladamente ou de forma complementar. Pode ser o caso da Petrobras, pode ser a crise mundial do capitalismo, pode ser o esgotamento do modelo neodesenvolvimentista, podem ser os aliados políticos ávidos por cargos e poderes, pode ser o novo Congresso conservador, ou pode ser a mobilização de ruas.

Estamos vivendo uma conjuntura política em que o governo está na defensiva, não consegue dizer nada de novo, e nem parece ter a dimensão da gravidade política do momento, pois ainda não conseguiu ler e entender o sentimento antipetista que se aglutinou em torno das candidaturas de Marina e Aécio. Nesse momento, vacila diante dos acontecimentos. Ao governo Dilma falta altivez e capacidade de aglutinar apoios na sociedade e no parlamento. A legitimidade das urnas parece não existir, por isso passa para muitos

a ideia de que ganhou perdendo; passa a ideia de um governo à espera que o inimigo lhe imponha um xeque-mate.

Estamos diante de um caso em que o presidente da república reeleito encontra-se encurralado por seu principal aliado; parece que o PMDB é governo e a Dilma e o PT coadjuvantes do PMDB. Para completar o quadro dessa conjuntura esquisita, no dia primeiro de novembro de 2014, manifestações nas ruas, comandadas por conservadores e fascistas, pediram o Impeachment de Dilma, colocando-se contra a desmilitarização da Polícia Militar, pregando fora PT, afirmando que vivemos uma ditadura do PT e pedindo a intervenção militar [ditadura] no país. Isso tudo antes da posse.

A situação é muito delicada com o país caminhando para a direita e com um conservadorismo ativo que atua em redes sociais e nas mobilizações de rua. Uma agenda de reformas torna-se difícil, e o preço é muito alto para manter aliados no congresso em torno delas. Assim, para que possamos ter um governo que não recue das políticas sociais, que possa fazer reformas, como a reforma política, tributária e outras, precisamos de um duplo movimento desse mesmo governo: a construção de um novo arco de alianças no Congresso Nacional e a criação de uma ampla rede de apoios na sociedade, com movimentos sociais, pessoas formadoras de opinião pública e mobilização popular nas ruas.

Os partidos socialistas, os que fizeram oposição à esquerda, como o PSOL e PSTU, não podem ficar passivos diante da gravidade da atual conjuntura. Estamos no momento das ruas, no momento das propostas razoáveis para um novo pacto político no país, um pacto contra o conser-

vadorismo, contra o profascismo em curso. Não se trata de livrar Dilma, o PT e os demais partidos de suas responsabilidades diante de possíveis envolvimento no escândalo da Petrobras, mas de um pacto pela democracia que passa pela realização de uma reforma política profunda e de um novo programa de governo.

Enquanto o sentimento progressista esperava que Dilma enfrentasse a crise com um programa político de esquerda, pelo menos com o programa apresentado durante as eleições, e se aproximasse das organizações da sociedade civil, Dilma [em seu segundo mandato], ao contrário do que se esperava, focou a perpetuação do PT no poder, com a volta de Lula nas eleições de 2018, esquecendo, portanto, seu discurso de campanha e passando a se orientar pelos reclames do mercado.

Obedecendo ao mercado e dando às costas para seus eleitores, Dilma elegeu um trio de economistas neoliberais para cuidar do desenvolvimento econômico do país: Joaquim Levy [Fazenda], Nelson Barbosa [Planejamento] e Alexandre Tombim [Banco Central]. O governo inicia-se, então, com um ajuste fiscal, na realidade com uma política de austeridade nos moldes do neoliberalismo anunciado como medida técnica, que tem como um de seus focos o enfraquecimento da garantia de direitos trabalhistas, e o outro foco será o aumento de receitas com a implantação de novos impostos e corte nos gastos do governo em torno de 21 bilhões.

Ao renunciar o projeto neodesenvolvimentista em função de uma estratégia incerta de perpetuação no poder, o segundo mandato de Dilma adota um modelo neoliberal insinuando repetir o praticado por Lula durante o seu pri-

meiro mandato. Nesse jogo, Joaquim Levy disse que o ajuste fiscal será “firme e rápido, e tem como objetivo evitar postergar decisões e se antecipar aos problemas”. A linha de trabalho que vai orientar a política econômica do governo, diz o ministro da fazenda, segue a lógica que predomina no setor privado. Para ele, quando muda o mercado, as firmas têm que se ajustar. Seguindo essa lógica, o Estado tem que ser tutelado pelo mercado: mudou o mercado, muda-se o rumo do governo. Para Joaquim Levy, o cenário atual do país é de inflação alta, crescimento fraco e dificuldade de caixa, o que inviabiliza uma política expansionista anticíclica na qual o governo gasta os recursos poupados em períodos de bonança para fazer a economia reagir em períodos de crise. Assim, o governo anuncia que vai trabalhar praticando tarifas realistas, o que significa reajustes dos preços do petróleo, energia e tarifas públicas, além do fim das isenções fiscais. O setor automobilístico, por exemplo, já sinalizou com demissões. Diante disso, possivelmente logo estaremos assistindo o aumento significativo do desemprego no país, cujo controle era orgulho para o governo e prova de que sua política econômica garantiria o pleno emprego.

Dentro desse foco de se perpetuar no poder, Dilma montou um governo amplo, e alargou a participação do PMDB no poder ao lhe conceder um ministério a mais, ou seja, de cinco ministérios para o controle de seis ministérios. Tratou-se de uma tentativa de ter no Congresso Nacional uma base de aliados capaz de lhe garantir uma governabilidade sem vexames. No entanto, esse objetivo não foi alcançado. O Eduardo Cunha, que derrotou o candidato petista à presidência da Câmara, incluiu na pauta uma agenda de opo-

sição ao governo. Em relação à política de regulamentação da mídia, anunciou que o partido não admite nem dialogar sobre o tema.

O início do governo Dilma parece uma torre de babel, não tem coordenação política, ministros falam coisas desencontradas e contraditórias entre si, dando a entender que não existe um projeto orientando as ações do governo. Vejamos, o ministro do planejamento anunciou que a política de ajuste salarial passaria por mudanças, depois teve que desmentir. A nova ministra da agricultura afirmou que no país não existe mais latifúndio, e entrou em choque com o ministro do desenvolvimento agrário. O ministro do desenvolvimento, indústria e comércio assumiu o cargo, colocando-se contra parte das medidas anunciadas pelo ministro da fazenda. Isso tudo indica que os cargos foram preenchidos na forma de clientelismo e que continuaremos com o patrimonialismo e com o tráfico de influência danoso no poder.

O governo parece achar que pode seguir uma linha neoliberal para se adaptar às pressões do mercado até que a crise do capital iniciada em 2008; acredita que suas influências negativas sobre a região serão amenizadas no espaço de dois ou três anos, permitindo ao governo, depois da metade do mandato, ter recursos em caixa para fazer investimentos em estrutura e políticas sociais com poder de reeleger Lula a presidente, e assim o PT possa seguir o caminho no poder. É uma aposta cara e ousada, já que os fatores favoráveis aos países da América Latina, na primeira década do século, não existem mais e parece que nem vão ser repostos num espaço de tempo tão curto. A função do Brasil na divisão interna-

cional do mercado é de ser um provedor de *commodities* agrícolas e minerais, principalmente para os emergentes, China e Rússia. Porém, os emergentes também passam a sinalizar com o decréscimo econômico. Se o momento parece ser de guerra de todos contra todos, não está claro de onde saíra a sedimentação de um novo pacto ou de uma nova direção moral e política para o país.

João Paulo Bandeira de Souza

Doutorando em Ciências Sociais (PGCS/UFRN), Cientista Político, Mestre em Políticas Públicas e Sociedade (MAPPS/UECE), Professor de ensino superior.

INTRODUÇÃO

Os artigos que seguem foram selecionados entre os escritos pelo autor no decorrer do ano de 2014, como contribuição para o site Segunda Opinião, não são necessariamente os melhores textos, mas os que ainda são pertinentes e guardam significados e ideias para além dos acontecimentos e do calor das conjunturas que motivaram suas escritas.

Os quatro artigos trazem reflexões sobre aspectos da democracia brasileira contemporânea em variados nuances e perspectivas, que permitem olharmos as práticas democráticas a partir de temas aparentemente separados uns dos outros, mas que se encontram sob um guarda-chuva de uma pergunta geral que os perpassa: quais as potencialidades e os limites da democracia brasileira nesses tempos líquidos da cibercultura contemporânea?

O primeiro artigo traz reflexões sobre os Rolézinhos e os limites potencialidades do que chamamos de Democracia de Facebook. Em Os Rolézinhos e as promessas não cumpridas da Democracia de Facebook, os fenômenos que levaram milhares de jovens aos Shoppings Centers a partir de encontros marcados pelas redes sociais são interpretados como consequências dos aprendizados das Jornadas de Junho de

2013 e ao mesmo tempo revelam que a democracia brasileira apesar dos avanços e conquistas dos últimos trinta anos continua permeada pelas desigualdades, violências e contradições que desde muito marcam a vida política brasileira.

O segundo artigo intitulado, Os Fantasmas mascarados da Democracia Brasileira, reflete sobre dois fantasmas que rondam a democracia brasileira: o autoritarismo e a falta de educação política; partindo de uma crítica à uma pretensa tentativa de criminalização das manifestações sociais por meio de uma lei contra mascarados, tendo como desculpa a necessidade de criarmos uma lei antiterrorismo em terras tupiniquins.

O terceiro e o quarto artigos giram ao redor das Eleições de 2014, em A campanha eleitoral entre o cômico e o ridículo, a campanha eleitoral na televisão e no rádio são interpretadas em tom de galhofa através das relações entre a política, o cômico e o ridículo, que desde muito tempo fazem parte da cultura eleitoral brasileira e ainda permanecem em alta definição nas campanhas eleitorais contemporâneas.

O último artigo, Cibermilitância: as eleições que vi no Facebook, discute sobre possíveis impactos da ciberdemocracia nas eleições presidências brasileiras de 2014 que mais que humor ferino, baixaria e muita desinformação, mostraram que a busca por votos agora é cada vez mais na ágora virtual, e já é possível vislumbrar os verdes frutos dos tempos que multidões convencem multidões.

Um outro ponto em comum aos artigos é que todos foram feitos para serem esquecidos nos milhões de turbilhões de informações e opiniões da ágora virtual contemporânea, que a mão de um editor benevolente fez sobreviver nessa coletânea.

OS ROLÉZINHOS E AS PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS DA DEMOCRACIA DE *FACEBOOK*

Os rolézinhos marcados pelo *Facebook* provocaram opiniões e reações de todas as ordens. Pululam nos *feeds*, televisões, revistas e jornais análises e interpretações para todos os gostos: de esquerda, de direita, de ocasião, liberais, autoritárias, democráticas, socialistas! Enfim meteram-se bedelhos de todos os “ismos” e de “ismos” nenhum. Eis o meu!

Os processos sociais e políticos são pedagógicos, as jornadas de junho ensinaram que é possível marcar encontros com milhares de pessoas pelas redes sociais. Na velocidade de um curtir deu-se a continuidade dos processos de invenção, destruição e reinvenção de nossa cultura política, que em tempos de cibercultura estão cada vez mais acelerados; os jovens das periferias transformaram o aprendizado das manifestações de 2013, que tinham ares políticos, numa forma de encontro para paquerar, ficar, conversar com os amigos, enfim, estar uns com os outros, dar um rolé! Logo eles, acusados de não se comunicarem à moda antiga, de estabelecerem apenas relações virtuais, despossuídos de espaços públicos para se encontrarem; eles, os confinados nas periferias, pregarão uma peça nos que insistem em fazer das cidades ilhas de Shoppings cercadas de excluídos.

No *Facebook* é tudo mais fácil, marcar encontros, dar opiniões, exercer as liberdades, ser um personagem, ser intransigente e preconceituoso, xingar os detentores de cargos públicos ou qualquer um que seja o “outro”; até mesmo criar uma “democracia de *Facebook*”, tão “*fake*” como os milhares de álbuns que mostram imagens de vidas 100% felizes. Na vida real, as mudanças políticas e sociais não acontecem de

forma tão efêmera como desejariam os jovens, mal formados e pouco informados para lidarem como cidadãos autônomos e conscientes da sua importância nos processos democráticos; compreendendo, participando e intervindo nas decisões públicas, conhecendo as regras do jogo.

No Shopping estavam: a polícia, as câmeras, a Justiça, os discursos prontos; ávidos para criminalizá-los para dizer-lhes que ali não era o seu lugar. Sem querer, como quem compartilha uma foto, despreziosamente, os rolézinhos escancararam nossas mais escondidas feridas sociais e mostraram como nossas ideias de pluralismo ainda são frágeis, não falta quem defenda os interesses dos grandes grupos econômicos contra os mais vulneráveis, que só conhecem a celeridade do nosso sistema judiciário quando são seus alvos.

Uma democracia não se faz apenas nas redes, mas na luta política real, ocupando espaços públicos de decisão, de divertimento, de aprendizado coletivo, de consumo. Qualquer tentativa de cerceamento de liberdades conquistadas deve ser combatida, velhos preconceitos não podem ganhar novos fôlegos, titubear agora é reproduzir promessas que nunca se realizam, não podemos parar na democracia de *Facebook!*

OS FANTASMAS MASCARADOS DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Dois fantasmas rondam a democracia brasileira. E, ao contrário do fantasma do comunismo que rondava a Europa do século XIX, não são novos. As assombrações que atemorizam e aterrorizam aos que sabem como foram difíceis e

sangrentos os movimentos de invenção das instituições democráticas brasileiras são: o autoritarismo e a falta de educação política.

A tentativa de criminalização das manifestações sociais tendo como desculpa a necessidade de criarmos uma lei antiterrorismo em terras tupiniquins é a mais nova encarnação das sombras que nos acompanham desde os tempos coloniais. Muitas foram as lutas populares sufocadas pelo autoritarismo, muito sangue correu entre Quilombolas, Cabanos, Sabinos, Balaios, seguidores de Conselheiro, resistentes das lutas contra as Ditaduras civis e militares. Nos sertões, nos porões, nas periferias muitos foram massacrados e impedidos de seguir lutando pela invenção uma vida menos sofrida e mutilada.

Eis que em pleno século XXI, surgem novas roupagens da velha tentação autoritária que se aproveita da falta de educação política das maiorias para criar entre subterfúgios e lorotas novas possibilidades de mais uma vez sufocar as vozes dissonantes. As Jornadas de Junho pediram mais democracia, participação, direitos e o que nos tentam oferecer é mais repressão! Quando precisamos empoderar as maiorias, permitir sua participação nas decisões dos rumos dos negócios públicos, de inventar novas formas políticas, nos oferecem uma lei contra mascarados! Seria grande piada se não fosse tão terrível. As máscaras dos deputados são bem piores! Não concorda?

Já viram como alguns deputados ficam vociferando perfídias contra as novas possibilidades de invenção de uma política com menos Gestão e mais Ação? O modo como certos parlamentares cearenses trataram e continuam tratando

as questões postas pelas manifestações são de deixar qualquer um que tenha tido uma mínima formação política: enfurecido e ruborizado. Ruborizado, pois causa vergonha o desapego que alguns daqueles senhores têm pela democracia, não a forma, essa eles dizem cuidar muito bem, mas sua essência. Enfurecido, pois o palavreado chulo e sofismado de alguns ferem mortalmente as conquistas democráticas, impedem sua reinvenção e o pior, tudo em nome da Democracia!

Chega de sermos bonzinhos! Coniventes com opiniões desinformadas e mal formadas, de fazer de conta que discursos mal costurados são as vozes da verdade, que seus preconceitos são válidos! Educarmo-nos politicamente, ensinarmo-nos que a democracia é aprendida nas lutas são os únicos caminhos para exorcizarmos esses fantasmas, o maior dever de um povo é educar seus governantes!

A CAMPANHA ELEITORAL ENTRE O CÔMICO E O RIDÍCULO

Quando você se deu conta, os três jogos de futebol diários da copa do mundo tinham dado lugar aos programas do horário eleitoral gratuito. As primeiras semanas da campanha eleitoral na televisão e no rádio permitem que possamos pensar melhor sobre as relações entre a política, o cômico e o ridículo. O cômico e o ridículo desde muito tempo fazem parte da cultura eleitoral brasileira e ainda permanecem em alta definição nas campanhas eleitorais contemporâneas.

Nas campanhas desse ano continua aquela mesma toada, a genial arte do nada de novo, o brilho das coisas de sempre: adesivaços, caminhadas e beijo em criancinhas.

Mediocremente o mesmo! A invejável vulgaridade habitual: programas reciclados, jingles surrados e pobres de rimas, discursos enlatados e mal decorados (não sei o que é mais evidente a leitura ruim ou a falta de sinceridade de alguns). As campanhas já mostram que propostas de políticas públicas com planejamento, metas, prazos e valores, são artefatos raros, entretanto “*Hashtags* e *Selfies* eleitorais” serão muitos.

Os programas políticos continuam com o mesmo tom de pregação de santidade, que deixam dúvida se a campanha é para escolher governantes ou para canonizar beatas. E não vamos esquecer as propagandas que tentam mostrar que estamos num mundo de sonhos digno das mais belas cenas hollywoodianas ou as que quase nos mostram as cenas de um fim do mundo que acontecerá amanhã de manhã!

E quando tudo parecia estar condenado a ser o mesmo; veio o cômico e agitou o marasmo eleitoral. O fato cômico da campanha foi até agora um dos seus acontecimentos mais comentados, estou me referindo obviamente aos programas do palhaço e deputado cearense Tiririca, as únicas novidades do Horário Eleitoral, foram as propagandas mais originais que vi até agora e penso que só ele poderá bater a si próprio, afinal ao contrário de outros personagens da propaganda eleitoral que na frente das câmeras vestem uma velha fantasia de homem de bem e são useiros e vezeiros em fazer palhaçada com dinheiro público, Tiririca apenas foi ele mesmo. E se não fossem os desconhecidos (e os muito conhecidos por seus mal feitos), que ele levará consigo ao Congresso Nacional sua campanha seria cômica e épica, mas é tragicômica e terapêutica. Algum autor de autoajuda já deve ter dito que rir das tragédias ajuda a superá-las.

Agora falemos do ridículo e assunto não falta. Começemos pelo fato de termos secretários de Estado, prefeitos, vereadores, deputados fazendo campanha para si e apadrinhados no horário do expediente. Favor com dinheiro alheio, se paga com a mesma moeda! E os que rosnam indignados, por não terem tido a justa paga de acordos obscuros ou pela injusta ação de ameaça de demissão de correligionários seus comissionados nas máquinas públicas. Quanta injustiça! E temos mais ridículo: as desbotadas opiniões encomendadas não poderiam faltar, elas são criadas em gabinetes por marqueteiros bem pagos a partir de pesquisas de opinião com o único objetivo de forjar uma opinião sobre mirabolantes soluções nunca vistas em décadas para problemas cotidianos tão comuns e velhos conhecidos. Embustes “cientificamente e marketeiramente” embasados!

Alguns cartazes de candidatos a deputado têm tanta gente que mais parecem foto de time de futebol, é muito *Photoshop* para pouca legitimidade! Há aqueles que não têm meias palavras e mandam um: “Votem em Fulano de tal, ele é amigo do primo, do contraparente, do assessor auxiliar, do sub-carimbador de um homem forte do governo!”. Tem candidato fazendo tanta caminhada que já tão chamando sua campanha de “medida certa”. Pode até não se eleger, mas chegará ao mês de outubro magrinho. Enquanto outros não arredam os pés dos gabinetes geladinhos, só contando com os esquemas de B.U. (Boca de Urna)! “- O voto está cada vez mais caro!”, reclamam por aí indignados. Temos também os que resolveram aderir aos tempos e só fazem campanha virtual. Muitos foram vistos suspirando e sonhando que curtidas e compartilhamentos são votos válidos. Como escolhi uma campanha para ilustrar o Cômico, também escolhi outra

para ilustrar o ridículo. Não vou revelar o nome do santo, mas contarei o milagre. Certo candidato a deputado federal cearense querendo inovar na propaganda política resolveu: cantar, tocar e dançar no clip de seu jingle eleitoral, uma paródia de uma música de forró, na qual ele diz que vai ligar à cobrar pedindo votos aos eleitores.

Um amigo, piadista e pensador de mesa de bar, pensou em voz alta ao ver o clip do deputado-cantor: “- Esse rapaz deve ter tido problemas para conseguir verba de campanha, só pode! Não conseguiu contratar nem um cantor, nem um guitarrista e nem um marqueteiro que preste, e ainda é insensível, pois ligar a cobrar é maldade demais, desse pelo menos o toque, que o eleitor retornava para não gastar os créditos. Imagina se não tivesse pai rico e bem relacionado.” O piadista-pensador tem razão, seria cômico se não flertasse com o ridículo, ou não?

Tudo isso me trouxe à lembrança uma frase dita dias atrás por outro piadista, esse mais famoso que o piadista-pensador, o humorista e brega star cearense Falcão que escreveu nas suas redes sociais o seguinte primor de reflexão política: “O baixo nível de nossa política é um dos mais altos do mundo.”! E você já sabe, se o telefone tocar e for à cobrar, não atenda!

CIBERMILITÂNCIA: AS ELEIÇÕES QUE VI NO FACEBOOK

Uma recente reportagem do jornal Folha de São Paulo dizia que nas mil cidades com menos beneficiários do Programa Bolsa Família os votos de Dilma Rousseff subiram

10,1 pontos percentuais, foram de 28,2% para 38,3% - o que equivale a 4,8 milhões de votos - quase metade da votação incorporada pela presidenta no segundo turno. Dos 11,2 milhões de votos a mais que Dilma obteve entre o primeiro e o segundo, desses 7,3 milhões são originados de cidades aonde apenas 25% dos habitantes são beneficiários do programa bolsa família. Nos dois turnos ela perdeu para Aécio nesse conjunto de cidades, mas o crescimento da candidata-presidenta é bastante expressivo entre quem mais tem acesso à internet e sem ele não teria sido reeleita. E a que se deve esse crescimento? A reportagem não esclarece. Acredito que uma tentativa de entender esse crescimento é buscar compreender os impactos da ciberdemocracia nas eleições brasileiras, esse é o tema do texto que segue.

Em tempos de cultura líquida (Bauman, 2007) e ciberdemocracia (Leví, 2010) o poder que os jornalistas tinham de influenciar politicamente as pessoas divide espaço e disputa públicos com milhões de brasileiros que em 2014 além de técnicos de futebol também viraram cibermilitantes que propagavam ideias, notícias e as novas formas de propaganda política e ao mesmo tempo refletiam e opinavam sobre o que aparecia nos seus *feeds* no *Facebook*, algumas vezes pregando para convertidos, noutras atacando os que tinham opiniões contrárias e desqualificando seus argumentos agressivamente, e até com ódio, outras tantas buscando construir debates e até mesmo diálogos políticos, através das novas tecnologias de comunicações pós-massmedias.

Não que os encantamentos das mídias de massas (massmedia) estejam superados, mas competem agora com um exército fragmentado, multicêntrico, desterritorializado,

coletivamente inteligente e cooperativo que sabe usar as redes para criar uma cibermilitância não paga, não partidarizada, poderosamente criativa e ansiosa por participar e intervir politicamente. Fazendo política com humor para um ou outro candidato, esses exércitos fluídos também se encontraram em movimentações específicas, marcando pelas redes atividades de campanhas de rua ou articulando movimentos de contrainformação, como o pitoresco caso das capas falsas da revista Veja que revelaram que Dilma financiava o Cebolinha para roubar o coelhinho da Mônica e amorteceram os impactos da real capa da revista Veja, que por meio de uma falsa denúncia fazia propaganda política contra a candidata Dilma.

Os milhões de eleitores que moram nas cidades que menos dependem do programa bolsa família, portanto, mais ricas, maiores, com mais acesso e maior presença nas redes sociais decidiram as eleições; eles formavam parte das multidões que irromperam das redes às ruas em 2013 e as eleições confirmaram suas formações multicêntricas, politemáticas, plurideológicas, pois se dividiram entre as opostas candidaturas do segundo turno e entre nenhuma delas.

As eleições de 2014 mais que humor ferino, baixaria e muita desinformação, mostraram que a busca por votos agora é cada vez mais na ágora virtual, espaço político ainda tem os marqueteiros traduzindo ideias complicadas para imagens bem trabalhadas e palatáveis às maiorias, mas estes estão perdendo a capacidade de conduzir multidões às urnas pela televisão e já é possível vislumbrar os verdes frutos da ciberdemocracia que nos apresenta os tempos que multidões convencem multidões!

Julio Cavalcante Neto

Sócio fundador da SB Consultores, Mestre em Administração e co-autor do livro
Gestão da Estratégia – Experiência e Lições de Empresas Brasileiras -Editora:
CAMPUS.

INTRODUÇÃO

Ano passado tivemos mais uma eleição nos níveis estadual e federal, e mais uma vez questões básicas sobre as necessidades mais críticas do país não foram discutidas de forma adequada, e todos os candidatos fizeram promessas parecidas, sem explicar direito como as implementariam, e, portanto, sem convencer os eleitores, mais esclarecidos ou não. Temos escrito ao longo destes últimos anos no Segunda Opinião sobre alguns destes temas críticos, buscando sempre o foco da gestão, como são os exemplos dos artigos abaixo. Passadas as eleições, o que vemos de novo são governos eleitos cortando as despesas ao máximo, sem encaminhar projetos estruturantes. Alguns com a desculpa de que seus adversários no poder deixaram somente dívidas para serem pagas. Outros reeleitos ou eleitos por ex-governantes aliados colocando a culpa na crise interna ou na crise internacional. O certo é que em ambos os casos parecem estar seguindo a velha estratégia de fazer caixa, para trabalhar nos últimos dois anos do mandato, de olhos nas próximas eleições.

DESENVOLVIMENTO NÃO OCORRE SEM QUE A POPULAÇÃO TENHA ACESSO À EDUCAÇÃO, À SAÚDE E ÀS OPORTUNIDADES DE OCUPAÇÃO E RENDA

Resultado é uma questão de escolha, isto é o que acreditamos na nossa empresa, e este é o nosso *slogan*. O problema é que no Brasil as boas ideias muitas vezes não trazem os resultados esperados devido às escolhas de como implementá-las. A nossa tendência latina é de usar o meio como fim, construímos prédios de escola e matriculamos muitos alunos, mas não conseguimos garantir bons indicadores de aprendizados. Isto permite que objetivos da maior parte interessada, a população como um todo, sejam muitas vezes distorcidos para atender objetivos de grupos menores e mais organizados. Isto ocorre nas esferas federal, estadual ou municipal. Para ilustrar podemos citar somente três exemplos rápidos:

1. Construção de vilas populares e bonitas áreas de lazer sem pensar no saneamento básico, segurança e formas de ocupação e renda para seus habitantes;

2. Construção de vistosos prédios de Hospitais com equipamentos de última geração sem garantir as condições para mantê-los em funcionamento;

3. Incentivos a determinados setores da economia com redução de impostos na busca da recuperar a economia, em vez de uma reforma tributária com foco no longo prazo.

Entendendo, portanto que, o objetivo principal a ser atingido por uma AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, é criar e manter todas as condições necessárias a um desenvolvimento integrado e sustentado (mais

que sustentável) do Município, com certeza esta é uma boa ideia a ser implementada.

O mundo tem mostrado que desenvolvimento não ocorre sem que a população tenha acesso à educação, à saúde e às oportunidades de ocupação e renda. De outro lado se percebe que, onde existem estas condições para a população, há uma tendência à diminuição da violência e aumento da segurança e oportunidades de lazer. Do exposto acima, o ponto a ser discutido ao nosso ver, é como implementar esta ideia. Gostamos de pensar que a forma mais segura de garantir uma boa implementação passa por três etapas sequenciadas. O primeiro passo é definir e acordar com todas as partes interessadas os Propósitos a serem alcançados pela ideia. O segundo passo é discutir as possíveis formas de alcançar os Propósitos e escolher a alternativa de maior possibilidade de maximizar os resultados almejados. A terceira é simplesmente fazer um *check-list* da estrutura e dos recursos necessários para implementar a forma definida no segundo passo, e ao mesmo tempo criar os mecanismos de monitoramento para sua boa execução. Se agirmos desta forma vamos mitigar os riscos de iniciar pelo fim, como dissemos no início que costumamos fazer, o que transformaria a Agência em um mero cabide de empregos e de acomodação política, o que com certeza não vai levar aos resultados esperados pela população do Município.

A BAIXA PRODUTIVIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Matéria recente do Jornal Brasil trata de pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria - CNI sobre produtividade da Indústria de Transformação e Extrativa,

quando foram ouvidas 2.002 empresas, entre pequenas, médias e grandes. A conclusão é que há uma melhoria, mas que ainda ficamos atrás dos principais concorrentes internacionais devido a dois vilões bens conhecidos nossos: a precária Infraestrutura e a baixa qualidade da Mão de Obra do Brasil. Eu ainda citaria um terceiro item que talvez por ser mais subliminar não é percebido pelos empresários, que é o nosso ainda tateante desenvolvimento na área de Gestão, seja em empresas privadas como em Organizações públicas.

Mais uma constatação destes fatos, é caso de setores produtivos onde somos reconhecidos internacionalmente pela nossa produtividade, como por exemplo o da Soja, onde a Embrapa se destaca pela excelência no apoio aos produtores, não só na pesquisa, mas também na formação da mão de obra e na gestão. Acontece que aí de novo aparece um dos vilões citados na pesquisa, a Infraestrutura, que consegue destruir com quase toda a vantagem competitiva conseguida no campo, simplesmente no trajeto do produto ate os portos por onde será exportado. Em 2005, a CNI reuniu as 100 principais lideranças industriais do País, entre Controladores e Principais Executivos, para discutir quais desafios estariam envolvidos na construção do Desenvolvimento Sustentado do País. O resultado prático de um conjunto de encontros destes lideres, foi o Mapa Estratégico da Indústria, que define objetivos balanceados e programas capazes de transformar o Brasil numa economia competitiva atendendo todas as partes interessadas: Sociedade, Trabalhadores, Empresários e Governo.

Neste mapa estavam lá dois blocos de Desafios com respectivos indicadores e metas, um voltado para Infraestrutura e outro para Educação e Saúde. Estes dois blocos apa-

recem claramente com uma relação de causa e efeito para o Desafio “Aumentar a Produtividade e a Qualidade na Indústria” também constante no Mapa. Ao analisarmos o acompanhamento dos resultados do indicador deste desafio nos últimos anos através do mesmo link acima (7º Relatório - Mapa Estratégico 2012) temos a seguinte série que demonstra a taxa média de crescimento da produtividade ao ano: 2,2% (2007), -1,7% (2008), 0,3% (2009), 3,2% (2010) e -0,5% (2011). Com metas de 3% até 2010 e de 6% até 2015, claramente as metas não estão sendo alcançadas, sendo que apenas em 2010 houve uma convergência para a meta. Quando olhamos os resultados e metas dos indicadores dos desafios causas em quadro abaixo, Infraestrutura (3 primeiros) e Educação (quinto), vemos claramente a crônica da morte anunciada.

Com certeza não é a primeira vez que vemos este tipo de diagnóstico, desta vez acompanhado de indicadores apurados em um período razoável de tempo. Mas se esta é uma questão chave para o desenvolvimento do Brasil, porque não conseguimos desenvolver ações efetivas para atacar todas as causas envolvidas na busca de dar este grande salto? Grande parte da resposta está no próprio Mapa Estratégico da Indústria, que tem na sua base outros Desafios importantes sobre os quais não estamos conseguindo avançar porque a nossa sociedade talvez ainda não tenha a maturidade e a Organização necessária para brigar por eles. Entres estes Desafios podemos citar “Garantir a Transparência e Eficiência na Utilização de Recursos Públicos”, “Garantir Marcos Regulatórios Estáveis e Sistemas Regulatórios bem Definidos”, “Garantir a Segurança Jurídica e a Eficiência do Judiciário” e “Fomentar o Permanente Aperfeiçoamento do Sistema Político”.

Luis Eduardo Fontenelle Barros

Economista; Consultor de empresas.

INTRODUÇÃO

O ambiente democrático tem seu melhor momento quando acontecem as eleições. As questões mais importantes e delicadas são, então, debatidas. Mesmo assim, infelizmente, o debate não tem acontecido com a riqueza e a profundidade necessárias.

A questão da independência do Banco Central é um exemplo nítido de como a discussão empobrece: a metade dos debatedores propõe a independência do BC em relação ao governo; a outra metade propõe a independência em relação ao mercado.

O modelo de reajuste do salário mínimo, que deverá ser alterado ou renovado em 2015, também é exemplar na discussão que não alcança seu potencial. Não é nem justo, nem economicamente rigoroso, deixar que um instrumento tão relevante de justiça social pague o preço de ser o vilão da inflação.

Os dois artigos a seguir, ambos publicados no SEGUNDA OPINIÃO em plena campanha eleitoral (agosto de 2014), sugerem visões menos radicais e menos simplistas para os dois temas.

BANCO CENTRAL INDEPENDENTE NO BRASIL. REALIDADE OU UTOPIA?

A primeira questão que emerge ao tratarmos da possibilidade de um Banco Central independente no Brasil é saber se: é independente de quem? Entendo que deveria ser independente do “mercado financeiro” e não ter como base de suas decisões um relatório como o *Focus*, em que apenas opinam as instituições financeiras, sem serem ouvidos os demais agentes econômicos como a indústria, comércio, serviços etc.

Interessante é constatar, mesmo que trágica a constatação, que essa independência raramente é discutida. O que ouvimos na imprensa e na literatura especializada é o onipresente e onisciente mercado financeiro exigindo a independência do Banco Central em relação ao Governo. Geralmente recomendam que o Banco Central tenha como balizamento único o controle da inflação. Questões como crescimento econômico, distribuição de renda, déficit público etc. seriam questões de interesse apenas do Ministério da Fazenda.

Os fundos geridos pelo Banco Central são provenientes do Governo, mas este deve abrir mão de usá-los em sua política econômica para que o mercado financeiro possa ter a previsibilidade que deseja. É uma utopia e, para muitos que pensam a economia como um todo, em que os diversos agentes econômicos deveriam maximizar suas possibilidades dentro de uma razoável equidade, esse Banco Central independente iria provocar uma assimetria de direitos, injusta e improdutiva.

Isso não quer dizer que considero aceitável usar o Banco Central de forma irresponsável, como mais uma dependência do Ministério da Fazenda, como sempre foi na história econômica brasileira. Defendo que o Banco Central seja independente do Governo e do mercado financeiro, atuando como nos Estados Unidos e algumas outras economias desenvolvidas, onde o Banco Central é responsável de manter a inflação sob controle dentro de uma faixa aceitável de crescimento econômico.

Assim, caberia ao Banco Central independente complementar a política econômica para manter a inflação no menor nível possível dentro da faixa de crescimento prevista e não apenas focando na inflação e na segurança e higidez do mercado financeiro como usualmente se verifica no Brasil.

Vale lembrar dos anos em que a Bolsa batia recordes mundiais mesmo com a economia sem crescer ou quando, como atualmente, os bancos brasileiros batem recordes mundiais de lucratividade numa economia também sem crescimento. O Banco Central independente deveria manter essa situação ou praticar juros que que estimulassem a produção e renda dos brasileiros como um todo? De qual independência estamos falando?

FOI POSITIVO O CRESCIMENTO ACELERADO DO SALÁRIO MÍNIMO?

A regra de reajuste estabelecida desde o governo Lula prevê a correção do salário mínimo pela variação do INPC do ano anterior, somada ao aumento do PIB de dois anos antes. Em 2011 essa fórmula foi mantida pelo Congresso para

vigorar até 2015. Por sua estrutura, esta regra implica em variações acima da inflação, ensejando um crescimento acelerado do salário mínimo. A questão agora é saber se valeu a pena e, principalmente, se deve ser renovada pelo Congresso.

Avaliar suas consequências é imperioso, na medida em que a regra é inflacionária por definição ao impor a recuperação da inflação acrescida do crescimento do PIB, mesmo que de dois anos anteriores. Por outro lado, o crescimento acelerado do salário mínimo tem implicado num aumento proporcional de todos os salários da economia brasileira, gerando uma pressão nos custos, mas também aumentando a demanda a reboque do aumento da massa salarial. Como a dinâmica da economia brasileira vem tendo no consumo seu principal propulsor, parece inquestionável a contribuição desse crescimento acelerado do salário mínimo, mesmo que tenha reflexos inflacionários. Modestos, porque a inflação tem se elevado continuamente, mas num nível de variação contido, cujas razões não podem ser imputadas exclusivamente aos aumentos salariais.

Quanto ao futuro, coloco-me entre os que acreditam que a inclusão social verificada no Brasil nos últimos anos, deve-se mais ao aumento do salário mínimo do que ao Bolsa Família, motivo bastante para que a regra seja mantida até que a desigualdade no Brasil atinja níveis civilizados.

Isso não significa que acredito que só isso seja uma garantia do crescimento futuro. Entendo indispensável medidas concretas para o aumento da produtividade de modo a diminuir as pressões inflacionárias dessa prática que, como na maioria das decisões econômicas, tem vantagens e desvantagens que precisam ser gerenciadas adequadamente. Pa-

ralelamente, penso que uma campanha motivacional e instrutiva deveria ser feita para orientar o consumidor brasileiro a ser mais inteligente nas compras. Não somos tão ricos que possamos nos dar ao luxo de manter ao longo de todo o ano nossos hábitos alimentares e de compras inelásticos aos preços. Se a população colaborasse na redução do consumo dos itens que subissem demais os preços, seja adiando as compras do tomate ou do feijão preto, bem como retardando o corte de cabelos ou a compra do carro, creio que parte das pressões inflacionárias hoje sentidas seriam diminuídas em sua intensidade.

Não há política de combate à inflação que resista a um consumidor que paga o preço que for pedido pelos bens e serviços consumidos, acreditando que os salários serão recompostos. E essa indexação generalizada não é somente de salários, mas de aluguéis, juros etc. Sem alterar nossos hábitos de consumo não acredito em inflação sob controle.

Luiz Alberto Gomes Barbosa Neto

Professor, advogado, membro da Comissão Especial de Mediação, Conciliação e Arbitragem da OAB/Ce, Mestre em Políticas Públicas, Especialista em Gestão Pública Municipal e Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão de EAD.

INTRODUÇÃO

Inicialmente, gostaria de agradecer ao jornal Segunda Opinião pela oportunidade de publicar minhas ideias sobre o cotidiano político nacional. Ainda, por rever e avaliar a relevância da produção que tive no ano de 2014, na forma de livro eletrônico com outros colunistas. A proposta do presente texto é apresentar e analisar alguns artigos de minha autoria que foram publicados pelo jornal, verificando a atualidade e a relevância das ideias trabalhadas em cada um dos artigos selecionados.

Pois bem, escolhi três artigos, quais são: “O SISTEMA PRISIONAL E OS LINCHAMENTOS”, publicado em 09/06/2014; “ACESSO À JUSTIÇA E OS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS”, publicado em 15/07/2014 e “SOCIEDADE DO ESPETÁCULO, SIMULACROS E SIMULAÇÃO NOS TEMPOS DE ELEIÇÃO – PARTE I”, publicado em 25/08/2015.

O primeiro artigo, trabalha a questão do “gargalo” do sistema prisional brasileiro, relacionando com a contínua deslegitimidade que o acomete, causando fraturas sociais e reforçando cada vez mais a possibilidade do exercício da jus-

tiça popular (“justiça com as próprias mãos”, por exemplo: linchamentos, espancamentos, lesões corporais contra suspeitos/condenados por delitos).

Em 2014, o Brasil passou a Rússia e se tornou o 3º maior país em população carcerária, atrás somente de China e Estados Unidos. Continua com um déficit enorme de vagas no sistema, mais de 300 mil mandados de prisão em aberto, esperando execução. Diariamente surgem notícias relacionadas aos problemas centrais e relacionados ao sistema prisional como: fugas, rebeliões, “regalias” obtidas por usuários do sistema, briga de facções rivais dentro das unidades prisionais, revista vexatória de parentes etc.

O que estava ruim, pode piorar. Já não bastam as falhas no sistema carcerário dos adultos, recentemente, em março de 2015, um Juiz da Vara da Infância e da Juventude de Fortaleza denunciou uma “tragédia anunciada” e a completa falência do sistema que visa a ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei. Instituições totalmente superlotadas, sem a estrutura e recursos humanos adequados, dificuldade na criação de novas vagas, frequentes fugas e rebeliões, aumento acentuado da reincidência de infrações graves etc.

Desde que redigi o artigo, os problemas se agravam e os questionamentos lançados ainda são pertinentes diante das dificuldades encontradas diante da realidade do sistema prisional: “como se trabalhar com esse contingente de pessoas dentro do sistema, com potencialidade para entrar no sistema (mandados em abertos) e com a deterioração da legitimidade sofrida pelo sistema prisional ao longo do tempo?”.

Vou precisar da ajuda do leitor para tentar responder e refletir melhor sobre as possibilidades para resolução do

problema. No entanto, uma coisa é certa, enquanto o cidadão brasileiro não for tratado de forma efetivamente cidadã pelos poderes públicos e instituições afins, ele não vai entender nem aceitar as propostas que poderiam efetivamente realizar a ressocialização dos usuários do sistema prisional, pois entenderia que o Estado trata melhor quem está dentro das unidades prisionais do que os cidadãos.

Esse é um grande problema para a resolução do problema prisional brasileiro, a falta de explicitação da filosofia, princípios e finalidades que o sistema se fundamenta, que vai de encontro aos anseios humanos mais primitivos que é o da “vingança” ou a proporção direta entre o delito e a pena, sem adentrar no problema da impunidade e dos traços socioeconômicos da maioria da população carcerária.

Outro artigo revisitado fala acerca dos Métodos Alternativos (Adequados) de Solução de Conflitos como concretização do acesso à justiça, alimentado pelo 3º lugar, empatado com os Estados da Bahia e Alagoas, obtido pelo Estado do Ceará num ranking sobre os índices de acesso à justiça. Lembrando que em 2010, segundo o CNJ, o Estado do Ceará tinha o sistema judicial mais lento e congestionado do país.

Tais problemas só aumentam e clamam por uma maior implementação e realização dos diversos Métodos Adequados de Solução de Conflitos (MASCs), dentre os quais, a mediação, a conciliação e a arbitragem, só para citar os mais conhecidos em nosso país.

Na posse do novo presidente do Conselho Nacional de Justiça, em setembro de 2014, o ministro Ricardo Lewandowski reafirmou a urgência e a necessidade da realização de tais meios:

“Procuraremos, igualmente, estimular formas alternativas de solução de conflitos, compartilhando, na medida do possível, com a própria sociedade, a responsabilidade pela recomposição da ordem jurídica rompida, que, afinal, é de todos os seus integrantes. Referimo-nos à intensificação do uso da conciliação, da mediação e da arbitragem, procedimentos que se mostram particularmente apropriados para a resolução de litígios que envolvam direitos disponíveis, empregáveis, com vantagem, no âmbito extrajudicial.” (LEWANDOWSKI, Ricardo, CNJ, 2014)

O CNJ vai fomentar e recomendar a criação de Varas Judiciais especializadas em arbitragem, mediação e conciliação de conflitos já judicializados. Também existem inúmeros programas sendo executados em território nacional sobre Justiça Comunitária ou Programas de Núcleos de Mediação Comunitária que almejam pacificar a sociedade através dos MASCs em âmbito extrajudicial. Os Estados do Distrito Federal, Minas Gerais e do Ceará são reconhecidos como casos de sucessos e exemplos para outros Estados do País. Várias instituições estão somando esforços para que os MASCs sejam mais conhecidos, aceitos e aplicados no cotidiano dos cidadãos. Instituições do porte da OAB, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretária da Reforma do Judiciário (Ministério da Justiça), Escola Nacional de Mediação de Conflitos (ENAM), Conselho Nacional de Justiça (Resolução nº 125/2010 e Semana Nacional de Conciliação), diversos Estados da Federação etc.

A todo momento o Poder Judiciário está elevando o tom sobre a importância dos MASCs para a resolução de vários problemas sociais, objetivando evitar a movimentação da

máquina judiciária para tal. Esse foi um movimento natural que os Estados Unidos da América fizeram ainda na década de 1970 e somente agora, na segunda década dos anos 2000, o Brasil efetivamente realizar esforços concretos para tal.

Eu, como militante da área dos MASCs e dos Direitos Humanos, não canso de reforçar: “NÃO PRECISAMOS MAIS DE JUSTICEIROS, MAS DE CIDADÃOS-MEDIADORES”. Temos que pressionar para efetivamente acabar com programas policiais que só reforçam estereótipos, ódio e desinformação perante a população que tem seus direitos mais básicos violados diariamente, não ajudando em nada para tentar resolver os problemas sociais, ao contrário, servindo apenas de ponte eleitoral para apresentadores oportunistas e sem compromisso algum com as causas da cidadania.

Por fim, trato do artigo “SOCIEDADE DO ESPETÁCULO, SIMULACROS E SIMULAÇÃO NOS TEMPOS DE ELEIÇÃO – PARTE I”, publicado em 25/08/2014, portanto dois meses antes do 1º turno eleitoral. Nele tratei a minha inquietação quanto ao formato de inscrição de candidatos e a transparência das chapas durante o processo eleitoral.

Questionei a razão de só serem exigidos para os cargos de gestão mais importante da nação, os cargos de Presidente e Vice-Presidente e não uma chapa completa com a indicação prévia de quem seria o indicado para todos os Ministérios e Secretarias vinculadas diretamente à Presidência. Dessa forma, poderíamos ter maior transparência ao processo, poderiam ser realizados debates somente entre os possíveis Ministros da Fazenda (como aconteceu uma entrevista no canal fechado GloboNews com o ex-Ministro Guido Man-

tega e Armínio Fraga, possível indicação do candidato Aécio Neves), possíveis Ministros da Previdência, da Justiça, do Meio Ambiente etc.

Além da transparência, como já falado, os candidatos ao cargo de Presidente da República focariam bem mais na forma de Gestão, explicitando princípios, filosofias, práticas inovadoras etc, do que em questões técnicas que eles não dominam e só engolem, decoram e recitam as fórmulas de seus marqueteiros. Qualquer eleição para centro acadêmico, associação comunitária, sindicatos são exigidos a inscrição nominal da chapa completa: presidente, vice, secretários, tesoureiros e outros cargos. Por que não aplicar isso para o andar de cima? Seria bem mais justo e honesto escolhermos o maior gestor da nação, sabendo de antemão qual será sua equipe ou time para gerir a coisa pública.

Evitaria ou pelo menos dificultaria casos como o da Presidente Dilma Rousseff, logo após ser reeleita, indicou uma equipe ministerial bem ortodoxa e conservadora com nomes famosos do conservadorismo como: Joaquim Levy, Kátia Abreu, Gilberto Kassab, Cid Gomes dentre outros, que foram muito combatidos e rejeitados pelos movimentos sociais e apoiadores da reeleição da Presidenta Dilma.

Os marqueteiros acabam produzindo Especialistas em Assuntos Aleatórios (Generalistas superficiais) ao invés de reforçar e explicitar as capacidades de gestão dos possíveis candidatos. Case famoso desse modelo foi a candidata ao governo do Distrito Federal em 2010, Weslian Roriz, esposa do candidato impedido pela justiça Joaquim Roriz, que lançada como candidata em cima da hora, mesmo nunca tendo disputado nenhuma eleição na vida, demonstrou sua pro-

funda falta de preparo diante do sistema eleitoral e formato de debates entre os candidatos. Tem-se inúmeras gravações de peças da campanha e debates memoráveis (vergonhosos) dela na internet.

O tema trabalhado no artigo se tornou ainda mais relevante pelos problemas enfrentados pela Presidenta Dilma e a imprensa extremamente conservadora, que mesmo não tendo conseguido eleger o seu candidato, vem conseguindo impor sua agenda de governo reforçada por ministros alinhados ideologicamente desde o início da nova gestão petista.

Portanto, acredito que a minha contribuição ao *Jornal Segunda Opinião* foi relevante em 2014, como demonstrado. Além de todos os temas tratados continuam retornando às pautas de notícias diariamente em 2015 e, caso não resolvidos ou trabalhados detalhadamente, devem retornar muitas vezes nos próximos anos pelo “caminhar da carruagem”.

O SISTEMA PRISIONAL E OS LINCHAMENTOS

A população carcerária brasileira chegou aos 715.655 pessoas, dos quais 147.937 estão em prisão domiciliar. O número de prisões domiciliares fez o Brasil ultrapassar a Rússia (676.400 pessoas) se tornando a 3º maior população carcerária do mundo. (CNJ, 2014, online)

Sendo que ainda temos 373.991 mandados de prisão em aberto, se todos fossem cumpridos, a nova população carcerária seria de 1.089 milhões de pessoas. Estando o déficit de vagas no sistema prisional em 210 mil, sem considerar as prisões domiciliares, pois saltaríamos para 358 mil vagas faltantes. Considerando-se ainda o número de mandados de

prisão em aberto, o déficit seria de 732.427 vagas faltantes. (CNJ, 2014, online).

Esse é um cenário bem perturbador para o futuro do ponto de vista social e das políticas públicas. Como se trabalhar com esse contingente de pessoas dentro do sistema, com potencialidade para entrar no sistema (mandados em abertos) e com a deterioração da legitimidade sofrida pelo sistema prisional ao longo do tempo?

Esse ano de 2014, nos seus primeiros 06 meses, tivemos inúmeros exemplos da ocorrência desses três desafios citados acima. Tivemos notícias do complexo penitenciário de Pedrinhas na capital do Estado do Maranhão, onde foram gravados vídeos mostrando presos decapitados e guerras entre facções dentro dessa unidade prisional, rebeliões. Também tiveram ampla divulgação os diversos “linchamentos”, execuções sumárias efetuadas pela própria população, ou indivíduos amarrados em postes ou detidos por populares. Ainda, tivemos diversas greves de profissionais da segurança pública reivindicando melhores salários e condições de trabalho para que possam exercer sua profissão de forma digna e plena.

Dentre outras questões, o maior problema que verifico é a deterioração da legitimidade do sistema de justiça perante a população em geral. Diuturnamente alimentada por programas de justiça televisivos que acabam servindo apenas para aumentar o pânico e sensação de insegurança já existente e alta através de julgamentos morais e irrelevantes do ponto de vista jurídico, sem proporcionar uma verdadeira reflexão acerca dos fatos mostrados na tela e como resolver a questão de forma profunda e não eleitoreira.

Essa deterioração da aceitação e confiança no sistema de justiça acarreta casos como relatados anteriormente e suas repetições cada vez mais perversas aliadas à facilidade do acesso aos fatos pelas novas tecnologias, principalmente o compartilhamento de vídeos, fotos e textos pelo aplicativo *whatsapp* e do *facebook*.

Diante da abissal desigualdade social, amenizada pelas políticas de transferência de renda, a população brasileira não entende que para RESSOCIALIZAR (e não apenas VINGAR), caráter insculpido no âmago do sistema prisional brasileiro, o Estado deveria propiciar ou priorizar todas as condições para que o preso pudesse retornar à sociedade de forma a se integrar novamente sem querer ou precisar delinquir outra vez.

Nesse sentido, os argumentos se colocam no mesmo mecanismo que se voltou contra a Copa do Mundo da FIFA no Brasil: como podemos gastar dinheiro público com esses indivíduos que matam, assaltam, estupram, depredam, furtam etc., enquanto não se tem uma saúde e educação pública de qualidade? Como se a forma de resolução dos problemas fosse linear e sequenciada.

Portanto, o problema do sistema prisional é sistêmico ou multicausal, não será resolvido apenas com intervenções endógenas, mas com discussões, debates e políticas públicas dialogadas com diversos setores sociais envolvidos, dentre eles os presos, vítimas e familiares também devem ser ouvidos sobre o problema.

ACESSO À JUSTIÇA E OS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Acabou de sair no dia 06 de julho de 2014 que o Estado do Ceará é o terceiro pior do país em relação ao acesso à Justiça, empatado com Bahia e Alagoas. Em primeiro vem o Estado do Maranhão, seguido por Pará e Amazonas empatados no segundo lugar.

Em 2010, a Justiça cearense era a mais lenta do país, segundo as inspeções do CNJ. Situação que não se modificou muito pelas campanhas e reclamações de usuários advogados, ou seja, de quem mais precisa da Justiça estadual.

O quadro informado acima só demonstra a necessidade de se investir na capacitação, publicização e implementação dos Métodos Alternativos de Solução de Conflitos – MASC como: Conciliação, Mediação, Arbitragem, dentre outros menos conhecidos no país.

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ, órgão responsável pelo controle administrativo do judiciário nacional, desde 2005 propõe resoluções como políticas públicas para melhorar a eficiência do Poder Judiciário. Por isso, foram realizadas tantas inspeções estaduais, para construir um quadro sobre a situação das diversas justiças estaduais e suas dificuldades.

Após os resultados exitosos das Campanhas Nacionais de Conciliação promovidas pelo CNJ desde 2006, que iniciou sendo um dia e se tornou uma Semana Nacional de Conciliação, foi editada a Resolução nº 125 – “Política Judiciário Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário”.

Através dessa Política Pública nacional, o CNJ buscou implementar o paradigma norte americano do Tribunal Multiportas (Multidoor Courthouse) em todo o país. Esse modelo alberga os procedimentos judiciais (processos e métodos alternativos judiciais de solução de conflitos), procedimentos extrajudiciais (métodos alternativos extrajudiciais de solução de conflitos) e serviços de cidadania (emissão de documentos, encaminhamentos, orientações jurídicas etc).

Infelizmente, esse modelo de judiciário não foi discutido e debatido mais profundamente antes de ser formatado como política pública nacional, pois as diversas realidades nacionais atrasam cada vez mais a concretização e aplicada do Tribunal Multiportas no Brasil.

No entanto, enquanto não se consegue a completa operacionalização desse paradigma, o CNJ e a Secretaria de Reforma do Judiciário, vinculada ao Ministério da Justiça, tentam capacitar os quadros de servidores da justiça e a sociedade civil através de cursos oferecidos pelo próprio CNJ e pela Escola Nacional de Mediação – ENAM.

A OAB secção Ceará também acabou de reativar a sua Comissão Especial de Mediação, Conciliação e Arbitragem, na qual fui empossado como membro, para aumentar a divulgação e capacitação dos Advogados nos MASCs.

Não tenho dúvidas que o caminho para um maior e melhor acesso à Justiça será com uma profunda utilização dos Métodos Alternativos (Adequados) de Solução de Conflitos – Conciliação, Mediação, Arbitragem e outros.

A Justiça cearense tem inúmeros equipamentos importantes atuando estrategicamente de forma judicial e ex-

trajudicial, falta uma maior articulação e “aparar egos” de seus gestores para que funcionem efetivamente em rede e eficientemente buscando proporcionar um melhor e mais amplo acesso à Justiça para todos.

Acredito que o maior desafio é administrativo e não humano, precisamos de mais gestão profissional e menos imprevisto. Só assim sairemos dessa incômoda posição de Poder Judiciário paralisado e inoperante que lesa os direitos dos jurisdicionados a uma Justiça Célere e justa.

SOCIEDADE DO ESPETÁCULO, SIMULACROS E SIMULAÇÃO NOS TEMPOS DE ELEIÇÃO

A cada dois anos, uma vez que os cidadãos são chamados ao voto sempre dentro desse período, temos um fenômeno interessante: vemos nossas casas invadidas por seres robóticos (mas revestidos de carne e osso), bem maquiados, penteados, produzidos, descolados, jovens (ao menos no “ar e autoestima artificialmente superiores”), frases de efeito na ponta da língua, tentando demonstrar que são a salvação do povo brasileiro, cada um a sua maneira ou tentando se vender ao seu público alvo.

Tal fenômeno, antes visto de forma engraçada, pois quando se inicia o horário eleitoral gratuito aos candidatos (pois pago pelos cidadãos) muitas pessoas o encaram como comédia, sátira, escárnio, reações próprias da formação da sociedade brasileira, começou a me incomodar desde a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para Presidente da República em 2003.

A decepção não foi com a figura do “LULA” em si, visto na época com salvador da pátria, como Getúlio Vargas

e Tancredo Neves já o tinham sido interpretados da mesma forma e eu sabia que estes não o foram e nem aquele o seria, mas com o Sistema Eleitoral brasileiro.

As discrepâncias sobre as exigências para pleitos de menor importância e os nacionais começaram a me incomodar. Explico. Qualquer estudante que gosta um pouco de política deseja participar de uma eleição para o grêmio estudantil, sejam de colégios ou instituições superiores. No entanto, para tal eleição, todos são obrigados a constituir uma “chapa” e nomear antecipadamente quem vai exercer cada cargo durante a gestão, caso a chapa venha a ser vencedora no pleito.

Então, para concorrer à direção de um grêmio estudantil ou um centro acadêmico de faculdades, **TODOS OS CARGOS: PRESIDENTE, VICE, SECRETÁRIO, TESOUREIRO ETC.**, devem estar preenchidos com os nomes dos titulares que irão assumir no caso de se saírem vencedores.

Essa exigência se espera tanto de grêmios estudantis e centros acadêmicos como de associações comunitárias, eleições internas de partidos políticos etc. Então, por qual razão, para os cargos mais importantes da **GESTÃO PÚBLICA DA BUROCRACIA ESTATAL** brasileira, exige-se a nomeação, **APENAS**, do **TITULAR E VICE**?

Infelizmente, a pergunta acima foi retórica e a resposta fica ainda mais clara quando se tem acesso às obras de Guy Debord, “a Sociedade do Espetáculo” (1967), Jean Baudrillard, “Simulacros e Simulação” (1981) e ao documentário “Arquitetos do Poder”, produzido por Vicente Ferraz (Urca Filmes) e Alessandra Aldé (DOXA-Ex-IUPERJ).

Tal fundamento se dá pela necessidade de se “produzir” e focar na construção da imagem idealizada, mercantilizada,

artificializada dos candidatos. Nesse contexto, no Brasil, nem olhamos para o VICE ou SUPLENTE de algum cargo, pois para nós, o importante é o TITULAR, o VENCEDOR, o SALVADOR DA PÁTRIA.

Para isso a mídia investe em “debates” artificiais e outros “Simulacros” para vender apenas a imagem de certos candidatos da forma mais eficiente de capitalizar votos, ONDE O “CANDIDATO” É ESPECIALISTA EM ASSUNTOS ALEATÓRIOS E NÃO SE FALA NADA COM NADA COM HONESTIDADE. Nesse assunto, é interessante o vídeo editado do primeiro debate da senhora Weslian Roriz candidata ao Governo do Distrito Federal em 2010, colocada no pleito no lugar do cônjuge Joaquim Roriz atingido pela inelegibilidade eleitoral na época.

Portanto, já que se exige cada vez mais transparência, honestidade, “accountability” (auditoria e controle social da gestão pública), por que então só se exigir para os cargos mais importantes da gestão pública como: Presidência da República, Governo do Estado e Prefeituras Municipais, apenas, os nomes dos titulares e vices.

Todos os partidos que quisessem concorrer para tais cargos, deveriam registrar a candidatura com TODAS AS PESSOAS NOMEADAS PARA OS CARGOS DE CONFIANÇA DO GESTOR, que deveriam permanecer (salvo denúncias de corrupção ou casos extremos) durante o primeiro ano de governo, uma vez que naturalmente, todos os anos tem alguma mudança ou reforma de secretarias ou ministérios federais.

Portanto, para registrar uma candidatura, o partido teria que já deixar claro quem exerceria os seguintes cargos, assim, já demonstraria sua intenção de aumentar ou diminuir o número de secretarias e ministérios: Presidente, Vice, Ministros da Fazenda, Planejamento, Casa Civil, Meio Ambiente, Agricultura, Trabalho e Emprego, Previdência etc.

Dessa forma, reforçaríamos as funções, uma vez que a função de Presidente, Governador e Prefeito é de um GESTOR e eles poderiam se preparar melhor do que ficar dando entrevista como se fossem ESPECIALISTAS EM ASSUNTOS ALEATÓRIOS (que bom se fossem Estadistas, mas hoje em dia estão mais para simples Gerentes).

Maria Andréa Luz da Silva

Socióloga, pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Sociais da UECE – NUPES,
Mestre em Políticas Públicas e doutoranda em Democracia no Séc. XXI – Coimbra
/ Portugal.

INTRODUÇÃO

Durante o ano passado, utilizei o espaço do blog Segunda Opinião para discutir três questões que me pareciam muito importantes: participação popular, poder local e cidadania. Os fatos ocorridos no Brasil após o processo eleitoral que elegeu a Presidenta Dilma, no entanto, indicam que eles ainda estão mais atuais do que quando foram escritos. Nos três artigos referidos, introduzi de modo bastante sumário, temas correlatos ao debate atual: a necessidade urgente da Reforma Política.

Os artigos publicados no citado blog questionaram a identidade nacional ante uma força externa que impele a seguir rumos de um valor global de sociedade; o esgotamento da democracia representativa, nos moldes em que ela hoje se impõe, e o fato da consolidação do processo democrático no Brasil, apesar dos enormes avanços para a cidadania não atingir plenamente as expectativas de transformações políticas.

O avanço dos setores conservadores no Parlamento e no conjunto da sociedade está exigindo que os setores populares se arregimentem no sentido de garantir espaço na agenda política nacional e fazer com que suas reivindicações

possam ser tratadas com o respeito e urgência que os casos exigem. A melhor forma de não deixar o Governo ficar refém das forças conservadoras é organizar a participação dos que sempre foram excluídos do processo político.

Os segmentos populares da sociedade não devem cair na armadilha da falsa dicotomia de um discurso preconceituoso, que procura dividir os que participaram do último pleito para escolha do Presidente da República, em dois grupos: um que identifica o Norte e o Nordeste do País, como uma região do atraso e os beneficiários dos programas sociais, como vendilhões do voto; outro, considerado como o grupo consciente e comprometido com a democracia.

Os resultados eleitorais apontam para uma votação consciente, na qual os eleitores fizeram sua opção de conformidade com seus interesses e experiências vividas cotidianamente. As regiões mais pobres de todo o País se manifestaram favoráveis à renovação do mandato presidencial, porque seus moradores se sentiram mais representados pela proposta vencedora.

Os interesses dos trabalhadores, jovens, estudantes, mulheres, negros e de todos que historicamente tiveram seus interesses colocados em segundo plano nas realizações públicas do País devem ficar alerta com a proposta de uma Reforma Política.

A simples proposta do Governo da formação de comitês de participação popular, regulamentação do que já estava previsto constitucionalmente, foi torpedeada pela mídia e pelos congressistas: um bom sintoma de como vai ser difícil trabalhar essa reforma.

O aprofundamento da participação popular é a melhor forma de fortalecer a democracia. Os setores excluídos não devem temer um processo que fortalece seus pleitos e bloqueia ou minimiza o poder.

“OUVIR OU NÃO OUVIR, EIS A DIFERENÇA”

Nos últimos anos, o fenômeno das manifestações populares inquieta diversos estudiosos no mundo todo. O movimento intenso das ruas nos faz refletir sobre uma questão importante: o esgotamento da democracia representativa, nos moldes em que ela hoje se impõe. É urgente, portanto, que ocorra uma revisão das gramáticas sociais utilizadas em decorrência da necessidade de ampliação das práticas democráticas.

No Brasil, apesar do grande avanço dos mecanismos de participação trazidos pela Constituição de 1988, ainda é difícil qualificar a participação política. Várias iniciativas institucionais estão possibilitando um novo olhar sobre o papel do cidadão nos processos decisórios. O Orçamento Participativo é um desses exemplos, nascido no Brasil e constante em todos os continentes, trata-se de uma das práticas que aproxima o cidadão da gestão pública. Outras experiências, como os conselhos municipais e estaduais, o Plano Plurianual, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Plano Diretor da Cidade, também contribuem para o monitoramento da gestão pública e participação mais efetiva do cidadão.

No caso específico de Fortaleza, a gestão municipal peca por não incluir a população no debate de projetos estratégicos para a Cidade. Temas relevantes estão sendo pautados, sem que ocorra um debate público amplo e qualificado envolvendo, os diversos agentes sociais.

Projetos recentes exemplificam bem essa problemática e mostram como a inexistência do diálogo prejudica a própria gestão municipal. As obras dos viadutos na Avenida Engenheiro Santana Júnior que, para serem executadas, derubariam cerca de 90 árvores do Parque do Cocó, a mudança de sentido de duas importantes avenidas da cidade (Av. Santos Dumont e Av. Dom Luís) e o reordenamento da Praça Portugal, são opções significativas para a mobilidade urbana da Capital e que podem até ser corretas. Apesar da reconhecida importância das propostas, no entanto, não houve por parte da Administração um cuidado de interlocução maior com os diversos segmentos da sociedade, antes de ser tomada a decisão pela alternativa expressa.

As manifestações que paralisam as obras por um longo período apenas demonstram a falta do diálogo da Prefeitura, não só com os movimentos organizados, mas também com a Câmara Municipal e, principalmente, com o cidadão comum que vive a Cidade. A falta do contraditório entre as propostas oficiais e alternativas se prestam ao crescimento das dúvidas e incerteza com relação à justeza de propósitos dos administradores públicos.

O que percebemos nesses casos é a dificuldade enorme do Poder Público em incluir o cidadão nos projetos importantes para a Cidade. Existem uma forte tendência de tutela da cidadania e uma desconfiança imensa nos instrumentos participativos.

A escuta do cidadão ainda é um tabu a ser superado. Apesar dos vários instrumentos de participação disponíveis, não é usual, por parte dos governantes, a partilha das decisões de gestão pública. Dessa forma, em vez de aproximar o

cidadão da Administração, o que vemos hoje é um distanciamento cada vez maior.

21 DE ABRIL: LIBERDADE MESMO EM UM MUNDO GLOBALIZADO

Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi executado em 21 de abril, sentenciado pelo crime de lesa-majestade. Após a conquista republicana, o seu nome é cultuado como o Patrono Cívico do Brasil. Embora os incondientes visassem à autonomia somente das Minas Gerais, o mito remete a uma defesa da nacionalidade brasileira.

O enforcamento de Tiradentes, lembrado em plena época da globalização, nos faz analisar a relação entre o local e o global. Ao contrário do pensamento hegemônico, que procura negar a Nação, aproveitamos a homenagem ao símbolo constituído pela brasilidade a fim de destacar a importância de uma relação de não subordinação do sul ao norte.

O avanço da internacionalização põe em xeque os projetos nacionais, haja vista que os aspectos políticos e econômicos estão desafiando constantemente as ideias tradicionais do País. As empresas internacionalizadas, como diz Celso Furtado, estão balizando o espaço a ser ocupado por atividades de âmbito local e/ou informais. No contexto da política internacional, temas são pautados como de interesse global e seguem uma orientação comum para todos os casos: tratando da ecologia, do combate as drogas, da luta contra a violência e tantos outros temas propostos pelo norte.

O avanço tecnológico envolvendo a microeletrônica, a informática e a cibernética alimenta um sistema mundial,

em que as transações comerciais se realizam entre países em questão de segundos. O pensamento hegemônico dissemina o entendimento da necessidade de abertura de todas as fronteiras nacionais. A pergunta que inquieta, no entanto, e a qual deve ser respondida é saber: como fica a identidade nacional ante uma força externa que impele a seguir rumos de um valor global de sociedade? O que de fato torna positivos os avanços globais e negativas as experiências locais?

Três autores da Sociologia contemporânea trabalham bem esses pontos - Anthony Giddens, Manuel Castells e Boaventura S. Santos. Ao tratarem dos problemas sociais modernos, os mencionados cientistas elaboram abordagens interessantes para tentar entender o fenômeno da globalização. Para eles, a globalização é um fenômeno polidimensional, ou seja, esta em todas as estruturas sociais. Existe, contudo, uma tendência a considerar o papel do local de forma central. Giddens alerta para o fato de as economias locais estarem desempenhando papel ativo na nova divisão internacional do trabalho, mediante estratégias de aproveitamento das oportunidades geradas pela globalização o que acarretaria um desenvolvimento dos territórios nacionais.

Castells salienta que a economia local busca a competitividade, como forma de inserir-se as redes globais de produção, distribuição e consumo. Haveria, portanto, uma preocupação em firmar as economias locais por via da tradição cultural e identidade, para garantir a competitividade.

A análise de Santos considera que existe uma força emancipatória na mobilização das experiências locais. Há emergência contra-hegemônica da globalização quando se visibilizam as experiências locais dando foco à sua impor-

tância transformadora do território. O local, ao propor opções à globalização hegemônica, estabelece novas gramáticas sociais, possibilitando um repensar da realidade a partir das experiências de grupos sociais geralmente excluídos das be-
nesses do capital global.

A data comemorativa do Herói da Nacionalidade, por conseguinte, deve servir para se continuar na defesa de mais autonomia do País ante os múltiplos interesses globais.

O VALOR DO VOTO E DO CIDADÃO

Não raro, escutamos algumas pessoas falarem que o cidadão neste País só tem “valor” “em época” de eleição. Para muitos, é nesse período que o cidadão passa a ser considerado um elevado investimento, haja vista a possibilidade de lucro, pois o voto passa a ser tratado como moeda de grande valor. Pois bem estamos novamente às vésperas de uma eleição e novamente esse discurso toma corpo. Em uma análise superficial, a resposta a esse desconforto do eleitor seria o fato de a política ser entendida como algo pejorativo que só diz respeito aos “eleitos”, ou seja, aos políticos profissionais. Ao, no entanto, olharmos essa questão de forma bem mais aprofundada, percebemos que esse tipo de postura do eleitor pode ser analisado levando em consideração duas perspectivas: a primeira é a de que existe hoje em todo o mundo um descontentamento crescente com relação à política e as instituições democráticas; e a segunda é a de que há uma tendência de o cidadão não reconhecer mais a representação como a forma única de exercer a atividade política.

A consolidação do processo democrático no Brasil, apesar dos enormes avanços para a cidadania, não logra atingir plenamente as expectativas de transformações políticas. A cidadania, assim como a participação política, são ambas ampliadas e requerem dos que governam uma maior atenção às demandas da sociedade. As transformações sociais dos últimos 12 anos, a diminuição da pobreza, o acesso de grande parte da população a classe média e aos bens de consumo estão modificando o retrato da sociedade brasileira. As demandas da população, no entanto, como são naturais, não são somente por medidas de subsistência, mas sim, de um acesso aos bens culturais e às políticas públicas de qualidade. O exemplo mais patente foi o das jornadas de junho/ julho de 2013.

A descrença em relação a classe política e o distanciamento com os governos eleitos e seus projetos políticos formam cada vez mais difícil à participação política somente por via do voto. Existe o que alguns agentes afirmam: permanente embate entre a participação convencional e a não convencional (KRISCHKS, 2008). Embora a maioria da população reconheça a Democracia como o melhor regime de governo, a adesão cidadã aos processos participativos vem diminuindo. Esse fenômeno pode ser observado na redução da procura dos jovens por participar do processo eleitoral, na abstenção do voto e no pouco envolvimento, no que diz respeito às instâncias governamentais e partidárias. O voto não é o caminho único de participação cidadã na vida política do Brasil.

Tal fenômeno é considerado por Norris (2011) como mudança na qualidade democrática, haja vista, que, desde o

momento em que o cidadão não se satisfaz com os mecanismos tradicionais de participação política, e busca o enfrentamento de suas questões em uma militância mais constante em um espaço alternativo, ele passa a ser considerado pessoa crítica. Para Norris, o cidadão crítico é aquele que tem como norte a democracia como forma ideal de governo, mas, ao mesmo tempo, é extremamente crítica, ao avaliar as formas de funcionamento das instituições democráticas. Isso, de modo algum, descredita as formas convencionais, materializadas pelo do voto; ao contrário, quando aliadas, as duas posições favorecem uma consciência mais crítica na hora da escolha dos representantes.

As pesquisas são demonstrativas de está diminuindo cada vez mais o número de indecisos e daqueles que não pretendem participar do processo eleitoral em curso. Este fato demonstra pois, que, embora haja um descrédito em relação aos modos convencionais de participação política, os dados eleitorais apontam para uma crescente participação popular. Embora os agentes sociais busquem manifestar suas ideias em espaços não convencionais (como associações, entidades, manifestações de ruas e ativismo digital), não está existindo um menosprezo à participação no processo eleitoral. Portanto, o voto que se avizinha pode ser fortalecido com uma consciência mais crítica de uma cidadania ampliada, reforçado por uma vontade de consolidar os valores democráticos.

Oswaldo Euclides de Araújo

Economista, professor universitário, coordenador do Segunda Opinião.

INTRODUÇÃO

Os assuntos de dinheiro e de política sempre andam juntos, desde que a sociedade se viu organizada em torno do Estado. A democracia e o capitalismo se sustentam sobre a liberdade e a prosperidade, por mais limitadas que possam ser uma e outra na dura realidade da vida das maiorias.

Aqui, ali e alhures, o peso do Estado é cada vez maior, seja ele medido em poder ou em dinheiro. Os processos eleitorais se acirram e neste momento é que as disputas políticas mostram a sua cara: os interesses. Nada a reclamar: faz parte do jogo democrático, faz parte do jogo do dinheiro.

Os dois maiores orçamentos do Estado brasileiro são o da Previdência e o do Banco Central (este na gestão da dívida pública), decisivos, um para a qualidade de vida no outono da vida, o outro para o desempenho da economia, somando bem mais de meio trilhão de reais por ano.

Os quatro artigos a seguir tratam, dois a dois, dessas duas questões, tentando exhibir ângulos e aspectos pouco acessíveis ao cidadão comum, que, mesmo no período eleitoral, nem sempre percebe quanto estão em jogo seus interesses mais diretos.

A CATEDRAL DA MEDIOCRIDADE

Habituamo-nos todos há décadas a aceitar passivamente, sem qualquer crítica, o desempenho medíocre do Banco Central do Brasil. A observação dispensa listar governos e períodos, a mediocridade é permanente, contínua. O BC é uma instituição muito particular de nossa república. Submete-se ao Ministério da Fazenda, mas só em tese, porque de fato costuma haver descasamento operacional e político.

Somos levados a acreditar que temos um sistema bancário sólido e competente, mas sofremos sustos de tempos em tempos. Nossos bancos não têm vocação para emprestar, são alergicamente avessos a riscos, uma circunstância natural do ramo. Os bancos brasileiros só emprestam bem quando o risco é zero, e para eles o risco só é zero quando a garantia real cobre todo o empréstimo e todos os juros.

O BC não sofre controle e fiscalização regular, da mesma natureza e dimensão das outras entidades públicas comuns. Como gestor da dívida pública, ele tem um orçamento aberto, ou seja, sem limites. Nem o Congresso Nacional delibera sobre sua abrangência financeira. Nos anos 80 era o Banco do Brasil que tinha a “Conta Movimento”, agora, respeitadas as diferenças e guardadas as devidas proporções, é o Banco Central.

Nos últimos quinze anos fomos instados a acreditar que foi-lhe atribuída uma única responsabilidade estratégica, uma meta de inflação. Recentemente, convenhamos, uma meta fácil e folgada, tão alto é o índice estabelecido, e tão elástica é a margem de tolerância. Com a liberdade que tem para praticar juros cavalares, com instrumentos suficientemente fortes de que dispõe, resultados melhores seriam espe-

rados. Infelizmente os resultados são medíocres. E o sistema bancário não cumpre sua função na economia (financiar o desenvolvimento). E apesar disso, ninguém reclama, ninguém cobra. A única pressão sobre o BC é para aumentar juro, sempre. Em países mais avançados, a autoridade monetária também é obrigada a, além de controlar a inflação, zelar pelo índice de crescimento da economia e pela taxa de desemprego, com responsabilidades de elevar o primeiro e reduzir a segunda. O comportamento lá fora é o natural, o nosso é que é estranho, porque em economia tudo está mais ou menos conectado.

Dentro dessa visão geral, a circunstância. Tudo indica que o Brasil vai entrar em recessão. O BC passa um ano aumentando juros (somos o único país do mundo a fazer isso, desse jeito, nessa dimensão, neste momento) para combater uma inflação estrutural (não é de demanda). É como puxar o freio de mão de um carro, e deixá-lo puxado. Nessa condição, querer que o carro acelere é insano. É óbvio que o carro da economia vai desacelerar, desequilibrar e, talvez, até parar. Como a economia brasileira dá sinais de recessão, vem o BC e libera dinheiro do compulsório para os bancos emprestarem mais. O paciente tem uma febre, e o médico lhe receita um chá de flor de laranja.

A pergunta é: a quem interessa tanto silêncio sobre tamanha incompetência?

SONHÁTICA OU PRAGMÁTICA

Marina Silva, candidata à Presidência da República, garantiu: se eleita, vai conceder ao Banco Central a indepen-

dência institucional, ou seja, o BC não mais terá que atender à orientação do poder executivo, seus diretores terão mandatos e, ao longo dos mandatos, serão irremovíveis. A depender do texto da lei, claro, outros aspectos deverão mudar, em relação ao que temos hoje.

Seria um modelo parecido com o que foi implantado pelo PSDB quando teve o poder por longos oito anos e fez um amplo processo de privatização. Surgiram as agências reguladoras: Anatel, de telefonia, Aneel, de energia e ANS, de saúde, por exemplo. O Estado entrega a essas instituições a autonomia para fazer a regulação e a fiscalização desses serviços de elevado alcance e interesse público.

Em tese, é interessante a ideia. A teoria é consistente. Na prática, entretanto, as agências reguladoras são dominadas pelo competente assédio dos grandes grupos empresariais privados e uma porta giratória se instala entre os dois mundos (do interesse privado e do interesse público), com executivos transitando de uma esfera a outra, sublimando-se, Deus sabe como, os evidentes e inevitáveis conflitos de interesse.

Na ponta, o consumidor sofre, definitivamente desamparado, pois este caminho parece sem volta. Pergunte a um usuário de linha de telefone móvel como tem sido sua experiência quando vai resolver algum tipo de problema. Pesquise se os preços, serviços e atendimento são razoáveis.

O sistema bancário tem algumas semelhanças com a telefonia. Para os usuários, o custo é alto, o atendimento é falho e o cliente não se sente amparado se tiver que fazer reclamações ou resolver problemas. As empresas pequenas e

médias, regra geral, não encontram financiamento adequado em termos de custos, prazo e volume. Os bancos são alergicamente avessos a riscos e costumam exigir níveis muito altos de garantias.

O Banco Central não tem conseguido promover uma efetiva concorrência entre os bancos. Não consegue reduzir os custos anormalmente altos dos financiamentos a empresas e pessoas físicas. Falha regularmente na fiscalização e prevenção de problemas. Se não é formalmente autônomo e independente, já hoje o BC, com o maior orçamento da República (um orçamento sem limite) não sofre nenhuma supervisão ou auditoria, sequer se submete de fato ao comando do Ministério da Fazenda. A economia brasileira vive de freio de mão puxado, porque o sistema bancário privado é fraco no desempenho de sua missão de intermediar a poupança (em quantidade e adequação) para financiar o desenvolvimento econômico.

O problema do BC não se resolve com a independência. Mas com ela pode complicar.

A “sonhática” Marina Silva conquista o “mercado” com sua proposta. Pragmática, não?

MATADORES DE VELHINHAS

Aprendi não faz muito tempo que as escolhas mais importantes são feitas no campo da política. E também passei a entender que as decisões políticas se tornam concretas no campo da economia. Se é assim, de uma maneira ou de outra estamos sempre falando de dinheiro. De onde ele vem, para onde ele vai. Ou ainda: de quem vem, para quem vai.

As eleições que estão sendo disputadas esses dias colocam em lados opostos dois partidos, um dito de esquerda, outro dito de direita. Mas, pouca gente ainda acredita que haja de fato alguém de esquerda (ou que continue de esquerda após chegar ao poder). Sempre se disse que não há nada mais conservador que um liberal no poder, não há nada mais liberal do que um conservador na oposição.

Essas ideias me ocorrem quando lembro do que os dois partidos que disputam a eleição para a presidência fizeram com os aposentados. Um deles criou o fator previdenciário. O outro vetou o seu fim (aprovado no Congresso). FHC e Lula nunca ficaram tão parecidos, quase iguais.

Mas há uma opinião pública. Há empresários, jornalistas e economistas esclarecidos, sempre atentos e atuantes para evitar a quebra de contratos, combater a insegurança jurídica, condenar a mudança das regras do jogo no meio do jogo. Afinal, é preciso respeitar os contratos, garantir a segurança jurídica, assegurar a estabilidade das regras a longo prazo, em suma, oferecer confiança aos investidores, aos empresários, aos participantes do jogo econômico. O trabalhador também joga esse jogo.

No caso do fator previdenciário, a opinião pública não atuou. Calou-se nos dois momentos. Na criação do fator e, depois, na hora do veto. E tudo foi feito sem que os números reais da Previdência fossem apresentados.

O trabalhador passa anos e anos contribuindo para a previdência com base nas regras do jogo. E, no meio do jogo, alguém muda as regras. A mudança da regra joga sobre este agente econômico (um simples trabalhador) um ônus imenso,

permanente, irreversível. Ele vai pagar caro, muito caro, por ter a possibilidade de viver (quem sabe?) um pouco mais. Vai pagar imediatamente e permanentemente o valor total do ônus calculado sobre uma simples probabilidade estatística futura. Haja flexibilidade (moral? ética? aritmética?) para engolir isso.

Bem... se era o jeito, bem que podiam pegar mais leve.

Bem que podiam cobrar só uma taxa de risco. Não, cobram tudo.

Bem que podiam cobrar o ônus depois de a probabilidade estatística se confirmar. Não, cobram imediatamente.

Bem que podiam partilhar esse ônus com outros agentes. Não, ele paga sozinho.

Bem que podia entrar em vigor só para os novos contribuintes. Não, incluem todos.

Isso tudo acontece quando ele vai viver o momento mais frágil de sua trajetória, o outono da vida.

Não sei exatamente por quê, mas não sai da minha cabeça o título de um filme que jamais me permiti assistir. Logo eu que adoro cinema e procuro ver tudo. Só não gosto de filmes de terror e apesar de todos me dizerem que se tratava de uma comédia, continuo me recusando. O mau gosto do título me bloqueia.

MATADORES DE VELHINHAS - 2

A publicidade é um dos princípios da administração pública. Está escrito na Constituição de 1988 e cabe a cada homem público respeitar e atender a este princípio. Ele obri-

ga o governante, mesmo e principalmente aquele que tem a legitimidade do voto, a prestar contas ao cidadão nascido neste país. Nossos homens públicos sabem disso, usam isso nos seus discursos, mas não praticam de fato a transparência de seus atos e dos dinheiros que usam e manipulam. Fazem propaganda de seus governos, mas sempre sob a forma de autopromoção, divulgando suas obras e méritos. Jamais esclarecem ou prestam contas.

As contas da Previdência Social são um exemplo gritante. Presidentes da República e Ministros nunca se dirigiram ao cidadão para mostrar o que acontece com a conta mais alta da arrecadação e com a conta mais alta do gasto oficial. Supõem que o cidadão não se interessa, pressupõem que ele é incapaz de compreender, assumem que o assunto é chato, ou seja, tratam o cidadão como uma criança ou como um tolo irresponsável. Quando muito, dão um ou outro número da arrecadação ou dos gastos, claro, sempre apontando para um déficit que ninguém, jamais, explica. O pouco que divulgam, fazem-no de forma esparsa, dispersa, descontextualizada, confusa.

Na verdade, o assunto é delicado, sensível, interessa ao cidadão e a sua família, é decisivo quanto à qualidade de vida, tem implicações econômicas e políticas estratégicas. Em outras palavras, nada explica ou justifica a caixa preta que o envolve. A não ser que se tenha como objetivo infantilizar ou imbecilizar o cidadão-contribuinte.

Neste momento, um fato é citado por economistas e estatísticos como possível de acontecer em três décadas: praticamente todos os trabalhadores da iniciativa privada aposentados estarão recebendo só um salário mínimo.

Das medidas recentes do sistema, nenhuma aponta benefício para o aposentado. O servidor público que entra no sistema não se aposentará mais com o salário integral. O trabalhador da iniciativa privada vai pagar um ônus monumental por viver alguns anos (quem sabe?) um pouco acima da média passada, por causa do Fator Previdenciário. Os reajustes acima do salário mínimo não garantem sequer a reposição das perdas inflacionárias.

E, como as eleições passaram, este assunto será esquecido por mais quatro anos, pelo menos. A caixa preta continuará fechada até que tenhamos um governo popular.

Rui Martinho Rodrigues

Doutor em História, professor, advogado.

INTRODUÇÃO

Os textos que se seguem tratam de três temas conexos. O primeiro deles, “Transparência na política”, enfoca o princípio da publicidade dos procedimentos administrativos, legislativos, eleitorais e judiciais. O segundo, “Uma eleição e quatro lições”, tenta extrair algum ensino dos processos eleitorais dos anos recentes. O terceiro, “O enigma da campanha”, dirige a análise do processo eleitoral para um esforço de interpretação dos aspectos enigmáticos encontrados no caminho das urnas.

A publicidade dos atos dos homens públicos é essencial à democracia. A autorização dada pelos governados aos governantes, essência da democracia, precisa ser representativa. Para tanto é preciso que a outorga dada pelos eleitores seja legitimada pelo conhecimento dos fatos, das pessoas e dos seus atos, bem como das motivações destes, o que por sua vez requer o afastamento da obscuridade e da simulação.

A publicidade é de importância capital na busca do aperfeiçoamento democrático.

O segundo deles tenta extrair lições das eleições. É aprendendo com os erros que se pode corrigi-los. O esforço de interpretação dos enigmas eleitorais, assim designados os resultados aparentemente incompatíveis com a realidade,

pretende afastar obscuridades que podem esconder fatos e atos que o público precisa conhecer para que a outorga dada aos governantes seja legítima.

O terceiro deles, “O enigma da campanha” tenta explicar o sucesso eleitoral de candidaturas governistas, quando os serviços públicos são avaliados desfavoravelmente pela população, quando os homens públicos não têm credibilidade, quando as candidaturas oficiais, no início das campanhas eleitorais não encontram receptividade dos eleitores, quando os candidatos à sucessão ungidos pelos governantes são personalidades sem nenhuma expressão eleitoral, os famosos “postes sem luz” e, apesar de tudo isso, as “candidaturas chapa branca” obtêm, nos últimos dias da campanha, consagração junto ao eleitorado. Estas são algumas das questões examinadas no terceiro artigo da trilogia.

TRANSPARÊNCIA NA POLÍTICA

A palavra transparência, na linguagem coloquial, quando o tema é política, expressa a exigência de publicidade dos atos dos gestores da *res publica*. Tal exigência não se confunde com propaganda dos governantes. Significa tornar público o que está sendo feito em nome do soberano, que é o conjunto dos cidadãos. Atende ao imperativo do direito à informação; contribui para a ação dos órgãos de controle, como a Controladoria Geral da União, o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público; facilita a reavaliação, pelos eleitores, das suas próprias escolhas políticas; serve para constranger os gestores públicos, para que pensem duas vezes antes de optarem por práticas ilícitas. Existe um “constrangimento do

bem”, como é o caso na violência doméstica que quando dada a conhecer à sociedade, constrange o agressor.

O segredo acoberta e encoraja torpezas. Uma maneira de se saber se uma atitude é correta é perguntar se ela pode ser divulgada. Comportamentos que exigem segredo são perigosos, tanto do ponto de vista legal como ético. Quando se trate da coisa pública o segredo é ainda mais perigoso. Existe o sigilo de justiça, mas os atos processuais, em princípio, devem ser públicos, conforme recente análise do prof. Cândido Albuquerque, em tese acadêmica. O Legislativo vem restringindo as hipóteses de segredo no funcionamento da própria casa legislativa. As hipóteses de sigilo dos atos do Executivo são as mais restritas, devendo circunscrever-se ao campo da defesa nacional e a certas matérias diplomáticas e ainda assim limitadamente.

O Executivo, porém, tem incrementado a prática do segredo. Contratos de obras no exterior, como no caso do porto de Mariel, em Cuba, são exemplos do incremento injustificado da citada prática. Não se coloca, no caso, apenas o aspecto ético, tão valorizado em anos recentes, por quem hoje o despreza. Nem apenas a defesa do erário, como quando se deplorava, em versos musicados, as práticas acobertadas pelo manto do segredo, dizendo: “dormia a nossa pátria mãe tão distraída/ sem saber que era subtraída/ em tenebrosas transações...”.

Hoje não se diz: “sem ética não dá”, conforme o dístico afixado há poucos anos, nos carros da classe média que a professora Marilena Chauí tanto odeia. Hoje estigmatiza-se o debate ético, acoimado como fascismo, direitismo, undenismo ou moralismo. O segredo, porém, não se presta só para o

enriquecimento de alguns, como no Brasil de outrora. Acrescentaram a destruição das instituições democráticas. Ainda que se abandone a ética, é preciso preservar as instituições. Não é só o aspecto patrimonial da PETROBRAS e do Estado que se acha em jogo. Nem só a moralidade, o que não seria pouco. O Legislativo, a Presidência da República, o processo eleitoral, as instituições democráticas estão na aposta da conquista do Estado. É a “guerra de posições”, a estratégia de cerco, segundo a prescrição do senhor Antonio Gramsci.

Divulgar e apurar crimes, sem puni-los, banaliza as “tenebrosas transações”. Esperemos que não vingue o aparelhamento do Judiciário: ele é a última esperança.

UMA ELEIÇÃO E QUATRO LIÇÕES

Tivemos uma eleição caracterizada pela disponibilidade do eleitorado, que mudava de direção de um dia para o outro. Tivemos, mais uma vez, o crescimento exponencial das candidaturas do tipo chapa branca nos últimos dias da campanha. A reeleição dos titulares de governo tornou-se menos tranquila, como um raro dado novo. Vitórias apertadas, cercadas de mudanças de expectativas, não foram comemoradas, pelo menos em Fortaleza, onde não se ouviu o tradicional troar de foguetes nos ruidosos festejos dos vitoriosos.

Qual o significado disso tudo?

A disponibilidade do eleitorado sugere falta de raízes políticas. O eleitorado não se sente representado e apoia uma candidatura hoje para largá-la amanhã e voltar a apoiá-la no dia seguinte.

O crescimento exponencial das candidaturas oficiais não é novidade, não surpreende. O eleitorado, desiludido, desencantado com todos os partidos e líderes, atirou todos eles na vala comum do descrédito. Afinal o descontentamento expresso nas jornadas de junho não teve resposta. Sem opção, o eleitor vende o voto.

O crescimento subitâneo das candidaturas oficiais resulta do fato de que os administradores de campanha deixam para soltar o dinheiro nos últimos dias. Abrir o cofre cedo enseja oportunidade ao concorrente, que pode vir depois e comprar o voto já vendido. Há também um fato conhecido: o cabo eleitoral, que recebe o dinheiro, gasta todo o numerário e vem pedir mais.

Resta saber os motivos do crescimento em exame ser especialmente das candidaturas oficiais. A resposta é simples: a “viúva” tem mais dinheiro. Geralmente a ela paga por pessoa interposta. O preposto geralmente é uma empresa. Quase sempre verbas lhe são repassadas via licitação de obras públicas ou algo assemelhado.

Inobstante a influência da pecúnia, a reeleição já não se mostra tão tranquila, valendo o mesmo para as candidaturas abençoadas pelos governantes. Isso significa que a desilusão do eleitor, a revolta, inflacionou o preço do voto. As investigações da Polícia Federal e as denúncias do Ministério Público Federal, com o uso da lei lamentavelmente apelidada como “delação premiada” (deveria ser da recompensa pela cooperação com a justiça) parecem ter moderado o uso dos “propinodutos” pelos quais escoo o dinheiro da “viúva”. Não esqueçamos que as tentativas de reeleição, assim como as candidaturas palacianas, têm um certo sabor de referen-

dum a que se submetem os governos. O país dos péssimos serviços públicos, inflação, dívida crescente e cujos noticiários políticos se confundem com os noticiários policiais, tal é a proliferação de escândalos políticos, não surpreendem os resultados cada vez mais apertados das candidaturas oficiais.

Vitórias apertadas, obtidas no contexto de “viradas” de última hora, não foram comemoradas ao som dos fogos de artifício. A eleição tinha tudo para ser emocionante. Foi, porém, das mais frias. O significado se radica na militância paga e no desinteresse do eleitorado desiludido.

TRANSPARÊNCIA NA POLÍTICA

Uma campanha marcada por ataques pessoais, acusações e desmentidos pode significar uma repetição do tradicional personalismo político, como pode ter outros significados. A polarização do eleitorado e o voto útil, tão presentes no atual certame eleitoral, podem ter múltiplos significados. Quem vota para evitar o que entende ser uma opção pior não expressa personalismo nem casuísmo, nem está escolhendo um salvador da pátria e tampouco está sendo levado pelo favoritismo apontado pelas pesquisas eleitorais. Sob este aspecto saudemos o voto útil.

Os ataques e acusações de ordem pessoal podem representar repúdio à roubalheira, ao nepotismo, ao aparelhamento do Estado ou incompetência administrativa. A ênfase em tais aspectos pode significar a manifestação de certos princípios, ideias e valores. Seria ingênuo pensar que não se trata de tática inescrupulosa com que se pretende “desconstruir” candidaturas (com o perdão do clichê). Quem assim

procede, porém, está reconhecendo o repúdio da sociedade diante daquilo que é denunciado. A veracidade das denúncias e ataques sempre pode ser discutida. Valores proclamados podem ser contestados. A hipocrisia certamente espreita. Mas ao afirmar ou negar ideias e valores as partes rendem homenagem aos princípios, ao mesmo tempo em que negam o personalismo e o casuísmo.

Os interesses corporativos, a opção por diferentes políticas fiscais, de crédito, câmbio, salário, como a discussão sobre preservação ambiental e sustentabilidade também escapam à ideia de um salvador da pátria. Até a triste figura do “poste sem luz”, hoje tão presente na política brasileira, nega a tradição do neossebastianismo laico na política. A deplorável venda do voto, que se revela no crescimento subitâneo de candidaturas eleitoralmente inexpressivas até as vésperas do pleito; no favoritismo das candidaturas ricas; e que em parte explica a volatilidade das intenções de voto, confirma a ausência do messianismo personalista.

A publicização da vida privada e das questões de foro íntimo, como a moral sexual ganharam espaço. Isso representa uma lamentável invasão da intimidade pelo Estado. Representa, ainda, um subterfúgio com o qual se busca definir identidades descaracterizadas pelo descrédito de velhos chavões. Quem ontem amaldiçoava o capital estrangeiro hoje proclama ser mais competente para atraí-lo. Estes já não obtêm tanto sucesso explorando a bandeira do nacionalismo. O debate sobre a vida privada surge então como a busca de um substituto para as velhas bandeiras que se fizeram rotas. Significa, apesar do aspecto burlesco, a prevalência de uma preocupação com valores e ideias, ao invés da personalidade

de um líder ou da promessa messiânica contida em doutrinas pífiás. A hipocrisia, sempre presente, é um tributo que o vício paga à virtude. Pior é o cinismo, desprezo explícito pelos valores.

A tanatofilia do nosso tempo ameaça com a morte o estadista, os partidos e as instituições. Leva também ao patíbulo o salvador da pátria e o messianismo das panaceias camufladas sob elaboradas doutrinas, independentemente do resultado da pugna eleitoral. Será a luz do fim do túnel? A fênix renasce das cinzas.

Ricardo Aquino Coimbra

Mestre em Economia pelo CAEN/UFC; Professor Adjunto da FA7;
Professor Adjunto da FANOR/DEVRY; Professor da UAB/UECE;
Professor do Instituto FA7; Professor da FAMETRO;
Conselheiro da Apimec/NE; Colunista do Segunda Opinião;
Coordenador de Pesquisa e Desenvolvimento da Ong. Movimento Coesão Social;
Certificado CNPI 101/00..

INTRODUÇÃO

A perspectiva de inflação e o baixo crescimento nos últimos anos transformou a economia em um dos pilares do processo eleitoral. A todo custo, o governo de plantão buscou postergar seus problemas para o pós-eleição, na perspectiva de, ao demonstrar estabilidade, conseguiria conter os avanços da oposição. Com o medo da inflação e do baixo ritmo de crescimento, o governo utilizou-se da política econômica para tentar estabilizar a economia.

Contudo, utilizou-se de políticas monetárias – elevação da taxa Selic - e fiscais – desonerações tributárias e elevações de gastos públicos - de curto prazo, o que se mostrou ineficiente ao longo prazo. Levando a um crescente das taxas de juros na economia, retração forte do crédito e endividamento crescente dos agentes econômicos. E, de outro lado um crescente déficit público, que só será contido no período pós-eleitoral com fortes cortes nas despesas, elevação da carga tributária e fim das desonerações nos setores produtivos.

Ou seja, a política a ser adotada no novo governo no âmbito econômico por Joaquim Levy deverá ser no sentido contrário da praticada por Guido Mantega até então. O grande

desafio será a implementação e o convencimento das medidas juntos aos agentes econômicos, sociais e políticos, e a efetividade das mudanças. Visto que, não apenas o setor produtivo será afetado, bem como, trabalhadores e a sociedade como um todo.

LIQUIDEZ MONETÁRIA: INFLAÇÃO E CRESCIMENTO

A manutenção da taxa selic em 11% para controlar a liquidez e por consequência tentar manter a inflação dentro da meta de 6,5% no ano de 2014 foi um indicativo da preocupação do Banco Central. Contudo, vem demonstrando que essa política vem gerando enormes efeitos sobre o ritmo de atividade econômica, levando a uma perspectiva de crescimento do PIB abaixo de 1% para todo o ano de 2014.

Daí surge um grande dilema: a necessidade de controle de inflação e o estímulo ao crescimento do PIB em pleno ano eleitoral, o que deve ser prioridade?

E parece que o Banco Central tentou fazer as duas coisas ao mesmo tempo, ou buscou reverter parte dos efeitos da taxa de juros elevada, com alterações no depósito compulsório. Ou seja, passou a permitir que até metade do dinheiro aplicado em forma de depósito compulsório pelos bancos possa ser usado em operações de crédito, permite a liberação automática de mais dinheiro para que os bancos possam emprestar a seus clientes.

Essa medida ampliará, pelo prazo de um ano, o volume de recursos que poderão ser utilizados na contratação de operações de crédito e na compra de carteiras diversificadas (pessoas jurídicas e físicas), geradas por instituições elegíveis,

pois permitirá que até 50% dos depósitos sejam direcionados a esse fim. A estimativa é de que R\$ 30 bilhões sejam injetados na economia com a medida.

A ampliação do rol de instituições financeiras elegíveis de 58 para 134 à condição de cedentes (vendedoras) das operações para fins de dedução dos depósitos leva a crer que o impacto da medida deve ser sentido de forma mais relevante nos bancos médios, que possuem menos liquidez, e financiam, sobretudo, a compra de veículos, por representarem um percentual insignificante do tamanho do mercado de crédito no Brasil, que hoje está em torno de 2,8 trilhões de reais.

Para se retomar uma tendência de crescimento, seria necessário se colocar em ação estratégias mais efetivas de reforma econômica, não medidas paliativas para um único setor. Faz-se necessário a implantação medidas que elevem a produtividade e o investimento.

PÓS ELEIÇÃO, PRÉ-POSSE: O QUE SERÁ PROPOSTO PELA NOVA EQUIPE ECONÔMICA

Anunciada a equipe econômica com Levy, Barbosa e Tombini, agora as indagações são na direção do que será feito, ou o que se está preparando para enfrentar os diversos problemas deixados por Mantega.

Problemas encontrados: baixo crescimento, ou quase nenhum de 0,1% a.a.; inflação em alta com perspectiva para 2015 de 6,5,%a.a, ou seja, no limite superior da meta; bem como baixos níveis de poupança em relação ao PIB, em torno de 14%; uma taxa de investimento como proporção do PIB pífia de 17,4%; câmbio em crescimento, com tendência de

elevação, principalmente, em função de perspectivas do crescimento econômico e elevação da inflação americana; além de um superávit primário inexistente, ou, burlado via congresso; e dívida pública em ascensão dado crescimento dos gastos da máquina pública.

Fica constatado que os problemas, além de muitos, são intimamente ligados. Mostrando não se ter uma receita para tantos problemas. Serão necessárias, e deve ser nisto que estão trabalhando, medidas austeras no primeiro momento. Principalmente, em relação aos gastos públicos e aos controles dos preços administrados, que vem sendo contidos na marra até o momento. Ou seja, preço da energia, transportes e tarifas públicas devem dar um salto significativo no início do ano. O que deverá gerar a necessidade de elevação dos juros para conter a demanda.

O indicativo, já dado, por Levy, é de que irá mirar em alcance de um superávit primário na busca de melhorar as expectativas. Atrelando a esse, redução de gastos com custeio e pessoal. Ao contrário do que vem acontecendo nos últimos anos. Outra mudança estaria em relação as desonerações tributárias, principalmente, IPI dos veículos e folha de pagamento, e estas estão com data marcada para o fim, sendo portanto o fim de 2014, essa data. É bem verdade que isso pode deixar a economia mais fraca em um primeiro momento, e esse é um dos motivos pelos quais as previsões para o PIB de 2015 estão baixas, em torno de 0,8%.

E aí, terá essa equipe o verdadeiro poder de adotar medidas tão impopulares e duras? Serão chamados de neoliberais do PT? Que autonomias terão? São movimentos que acompanharemos ao longo desses novos 4 anos.

**MAIS POLÍTICA,
SEMPRE POLÍTICA.**